UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Doutorado em Geografia Humana

Roni Mayer Lomba

RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NA PEQUENA CIDADE DE CAARAPÓ-MS

**Versão corrigida
Julho de 2011**

De acordo,

Prof. Dr. Júlio César Suzuki

São Paulo, 2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Doutorado em Geografia Humana

RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NA PEQUENA CIDADE DE CAARAPÓ-MS

Roni Mayer Lomba

Tese apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciência, área de concentração Geografia Humana junto à Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Suzuki.

São Paulo, 2011

Dedicatória

*Às pessoas muito importantes nessa trajetória:
minha mãe Dalvaci que sempre me
incentivou nessa luta e
minha esposa Fabiana,
que também soube me aguardar
nos momentos necessários.
Muito obrigado!*

Agradecimentos

A construção da tese é um momento solitário na vida do pesquisador, mas a mesma só pode ser construída direta ou indiretamente por um conjunto de colegas e amigos que nos ajudam de alguma forma nesse período. Em especial destacamos:

Primeiro, aos meus “pais” da ciência: ao Professores Edvaldo Cesar Moretti, orientador no Programa de Iniciação Científica e na monografia de graduação; à Professora Lisandra Pereira Lamoso, pela orientação no Programa de Mestrado da UFMS e ao Professor Júlio César Suzuki, orientador dessa Tese de doutorado. Sem os mesmos eu não estaria aqui nesse momento de encerramento do doutorado.

Especialmente ao Professor Júlio César Suzuki, que além da orientação, foi verdadeiro amigo, nunca mediu esforços para me ajudar em dificuldades, abriu-me as portas da USP e me ensinou a arte de “geografar”.

Agradeço aos meus colegas do colóquio coordenado pelo Professor Júlio César Suzuki, pelos momentos prazerosos que tivemos e pelas muitas discussões de grande valia. Em especial destaco: Sérgio, Antônio Lobo, Imário, Elias, Samarone, Gisele, Alberto, Fábio, Viviane, Hideko, Kátia, Nilton. Aos que não recordo o nome no momento, peço desculpas e os homenageia da mesma maneira. Aos professores de Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados, Silvana, Adauto, Zezé, Pedro, Mário Geraldini, Paula, Daniel, Mário Cesar, Márcia, durante a graduação, pela formação acadêmica e incentivos na progressão dos estudos.

Ao professor Paulo Roberto Cimó Queiroz pela indicação de leitura acerca da história de Mato Grosso do Sul.

Aos professores e diretores da Escola Cleuza Vargas, por me proporcionar o primeiro contato com o ensino na qualidade de professor.

Aos professores, técnicos e alunos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade de Glória de Dourados, pelo primeiro contato como docente de ensino superior e pelos incentivos e compreensão nos momentos que estive ausente para cursar as disciplinas no programa de pós-graduação. Em especial, agradeço a Silvana Lucato, Marcos Kazuo, Mara, Airton, Robinson, Marcos Mondardo, Ana Paula, Valteir, Manoel, seu Ari, Coronel, Letícia, Cristiane, Ereni, Dalete.

À Toninha, pela amizade e cordialidade em me ceder aposento em Glória de Dourados.

Aos colegas do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amapá, por compreenderem esse difícil momento de ausência de tempo para maior dedicação à elaboração da tese.

À Rejane Candado, responsável por eu estar hoje na Unifap.

Aos professores membros da banca de qualificação: Claudete de Castro Silva Vitte e Carlos Franco da Silva, pelas importantes contribuições.

À Marilze Tavares, pela revisão linguística do relatório de qualificação e da tese final.

Agradeço novamente a minha mãe, Dalvaci Albanez Barroso, que além do afeto materno, em muitos momentos foi meu aporte

financeiro nas minhas viagens semanais entre Caarapó e São Paulo para participar das disciplinas e do colóquio.

Aos meus irmãos Frankis, Gilson, Jocimar, Elis.

Às minhas cunhadas Marineide e Vânia.

Aos demais familiares que me incentivaram nesse caminho.

Aos meus sobrinhos: Tayani, Heitor, Ulisses, Beatriz, Nathália, Isadora e Pedro.

À família de minha esposa: Onofre, Nair (*in memorian*), Simara e Claiton, Simone e Rafael.

Aos professores Aduino, Silvana Abreu e Silvana Lucato, pelo empréstimo de diversas obras para leitura.

Ao professor Adão Serejo, pela disponibilidade em me indicar e acompanhar em diversas entrevistas com moradores da cidade de Caarapó.

À Prefeitura Municipal de Caarapó, pela concessão de mapas e imagens.

À Cristina, funcionária do Museu Municipal, pela concessão das fotografias antigas da cidade;

À Secretaria Municipal de Saúde de Caarapó, pela cooperação nos trabalhos de campo.

Ao IBGE de Dourados, pela cordialidade em ceder dados.

A todos os sujeitos da pesquisa, que dispuseram de seus preciosos tempos para concederem alguns minutos de diálogos, fundamentais para a construção dessa análise.

À população brasileira, que diretamente custeia a educação, pública e de qualidade, na qual fora o berço do meu ensino, desde as séries iniciais ao doutorado.

A todos aqueles que, ao se depararem com essas homenagens, não encontraram seus nomes, mas que diretamente contribuíram para essa pesquisa, peço desculpas pelo esquecimento, bem como que se sintam agradecidas.

Resumo

LOMBA, Roni Mayer. *Relação campo-cidade na pequena cidade de Caarapó-MS*. 2011. 239 f. Tese (doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

As pequenas aglomerações urbanas, nos estudos sobre cidades, na Geografia, durante longo tempo, estiveram relegadas a um plano inferior de relevância em relação à pesquisa da metrópole e do entorno metropolitano. Algumas análises encontram a essência da pequena a partir de estudos da economia regional, sendo que, apenas nas últimas décadas, alguns grupos de pesquisas, relacionados à Geografia Urbana ou aos estudos regionais, incorporaram a análise da pequena para a compreensão da rede urbana. Nossa discussão, a partir do caso de Caarapó (pequena cidade localizada a Sul do estado de Mato Grosso do Sul) buscou analisar os sentidos históricos da formação do aglomerado, seus modos de vida, em se ressaltou a recente expansão da industrialização da agricultura e as alterações nos modos de vida tradicionais. Para a efetivação dessa pesquisa, coletamos muitas informações a campo para a compreensão da história da cidade e da importância do campo para a cidade e vice-versa. Na investigação a campo, alcançamos o entendimento de que a cidade desempenha importante significado para o campo, especialmente para a agricultura camponesa, na comercialização de insumos, serviços ou mesmo no comércio varejista. Também o campo congrega a possibilidade de reprodução de muitas atividades urbanas, especialmente no setor terciário, sendo perceptíveis seus reflexos, tanto em termos de desenvolvimento econômico quanto pelas crises impactando as atividades urbanas. No caso da cidade de Caarapó, ficara marcada a presença do campo na cidade. Muitas áreas urbanas, ainda, se colocam para atividades agrárias, onde existem pequenas chácaras dentro da cidade inclusive. Os modos de vida dos moradores que, no início, se mantinham mais fechados e vinculados ao campo vêm passando por transformações, como na ideologia da industrialização do campo com significado na cidade, impactando, por exemplo, a expansão imobiliária acompanhada pela especulação, em alterações das paisagens urbanas e no uso dos equipamentos coletivos.

Palavras-chave: Pequena urbana, industrialização da agricultura, relação campo-cidade, modos de vida.

Abstract

LOMBA, Roni Mayer. *Small urban agglomeration and the countryside-city relationship in Caarapó-MS*. 2011. 239 f. Tese (doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

Small urban agglomerations in studies on cities in the Geography area have long been relegated to a lower level plan of relevance in relation to the research of the metropolis and to metropolitan environment. Some analyses find the essence of the small agglomeration based in studies of the regional economy. However, it was only in recent decades that some research groups related to Urban Geography or related to regional studies incorporated an analysis of small agglomeration to the understanding of the urban network. As far as the case of Caarapó (a small town in the South of the state of Mato Grosso do Sul) is concerned, our discussion aimed at analyzing the historical meanings of the cluster formation, their ways of life; hence, being possible to highlight the recent expansion of the industrialization of agriculture and amendments to the traditional ways of life. For the fulfillment of this research, we collected a great amount of field information so as to understand the history of the town, and the importance of the countryside for the town and vice versa. In the field research, we reached the understanding that the city has an important role in the countryside, particularly in the peasant agriculture inputs, in the trading of inputs, services, or even in retail trade. The field embraces the possibility of reproducing many urban activities, especially in the tertiary sector in which their reflexes are noticeable, both in terms of economic development and the urban crisis that impact on the activities. In the case of the town of Caarapó, there will always be the marked presence of the countryside in the town. Many urban areas still arise for agrarian activities, where there are small farms within the city. The ways of life of the dwellers, which – in the beginning – remained more closed and bound to the field, have been undergoing transformations, like in the ideology of industrialization of the field with a meaning in the city, and impacting, for example, on the real state expansion followed by speculation on changes of urban landscapes and on the use of collective equipment.

Keywords: Small urban agglomeration, agricultural industrialization, countryside-city relationship, ways of life.

LISTA DE SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SPI – Serviço de Proteção aos Índios
USP – Universidade de São Paulo
FFLCH – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
ETR – Estatuto do Trabalhador Rural
ET – Estatuto da Terra
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
UDN – União Democrática Nacional
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
PDS – Partido Democrático Social
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
CEASA/SP - Central de Abastecimento de São Paulo
CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo
ADM – Archer Daniels Midland
COAMO - Cooperativa Agropecuária Mourãoense
C.VALE¹ - Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda
PRONAF – Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar
CUT – Central Única dos Trabalhadores
FETAGRI – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
COOAGRI – Cooperativa Agropecuária e Industrial
OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

¹ Em 2003 a Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda (Coopervale) mudou sua razão social para C. Vale – Cooperativa Agroindustrial.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - O PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL E A FORMAÇÃO DO AGLOMERADO URBANO DE CAARAPÓ	375
CAPÍTULO 2 - MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E AVANÇOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO EM CAARAPÓ.....	79
CAPÍTULO 3 - RELAÇÃO CAMPO-CIDADE EM CAARAPÓ.....	240
CAPÍTULO 4 - VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO E ALTERAÇÕES NOS MODOS DE VIDA EM CAARAPÓ	179
CONSIDERAÇÕES FINAIS	222
REFERÊNCIAS.....	232

INTRODUÇÃO

Em decorrência de experiências realizadas durante os anos de discussões e pesquisas na Geografia, desde o período da graduação e do mestrado, aproximamo-nos dos debates sobre a pequena urbana e a relação campo-cidade, o que nos foi possibilitado principalmente com a integração ao grupo de pesquisa coordenado pelo professor Dr. Júlio César Suzuki no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

Trazendo conosco algumas inquietações a respeito do processo da capitalização da agricultura em Caarapó, discutimos, nesta pesquisa, os conceitos de pequena cidade e suas relações produtivas, econômicas e sociais pelo viés da relação campo-cidade, com referência na transição de povoado numa economia do excedente para o contexto de cidade numa economia de mercado com base na propriedade privada da terra e na industrialização da agricultura.

Como uma das análises acerca da pequena cidade, podemos citar como exemplo a dissertação de Lencioni (1985) para a qual a pequena cidade é aquela de pequena dimensão, em que há uma dinâmica própria, com hábitos de vida distintos de centros urbanos maiores e baixa centralidade, como se demonstrou em relação à dependência de Jardinópolis a Ribeirão Preto entre os anos 1970-80. Tal estudo identificou que a dinâmica da agricultura produziu novos contornos na relação entre agricultura e urbanização², perpassando a fase de expansão econômica pela agricultura do café, para uma fase de pouco dinamismo com a sua crise até os anos 1980, quando se dá a inserção da moderna agricultura da cana-de-açúcar. Apesar das alterações verificadas nas estruturas sociais, a população rural ainda depende, em maior ou menor grau, das atividades terciárias oferecidas nessa cidade, Jardinópolis.

Outros estudos que categorizaram a pequena cidade foram as teses de Bernardelli (2004), Endlich (2009) e Nardoque (2007). Apesar de possuírem objetos e métodos distintos, as pesquisas procuraram compreender a cidade

² Para Sandra Lencioni (1985), a relação é para além do liame entre campo e cidade, pois supera as mediações entre materialidades espaciais, chegando ao vínculo entre os processos produtores do campo (agricultura) e da cidade (urbanização).

pequena dentro do contexto da regionalização. Tal fato permite a compreensão de que, no contexto urbano, as cidades de pequeno porte continuam sendo marginalizados nos estudos geográficos, tendo em vista que suas dinâmicas socioeconômicas mais modestas não são entendidas como sínteses de processos gerais, nos quais se inseririam, também, a média e a grande cidades. Nos três estudos, foi possível identificar que se tratavam de cidades que mesmo com o avanço da agricultura, possuíam pouca dinâmica econômica. Algumas dessas cidades apresentavam sinais nítidos de decréscimo populacional que resultavam em atitudes desesperadas dos agentes políticos locais em fornecer habitações populares para fixar trabalhadores (especialmente trabalhadores sazonais, como o caso dos boias-frias que cortavam cana-de-açúcar), buscando reduzir a perda de população e assim impedir que esses municípios perdessem repasses do Fundo de Participação dos Municípios como apontou Bernardelli em sua tese.

A discussão sobre o urbano e a relação entre agricultura e urbanização pode ser concebida a partir da absolutização da propriedade privada da terra, que, segundo Suzuki (1996), promovera mudanças significativas nas características do urbano (campo e cidade podem ser concebidos de uma forma orgânica na qual seus significados muito pouco se distinguem para uma relação calcada na propriedade privada em que cidade e campo passam a desempenhar sentidos distintos, entretanto, integrados). A formação das pequenas aglomerações ocorre, num primeiro momento, para suprir necessidades do campo (SINGER, 1990) ou são induzidas por agentes externos, como aponta Endlinch (2009), ao analisar o caso da urbanização incentivada no Paraná por empresas de colonização. Bernardelli (2004) afirma que os sentidos urbanos das pequenas cidades se delineiam, principalmente, em relação à concentração da mão de obra barata e mal-qualificada que vai servir à agricultura moderna.

Veiga (2003) faz duras críticas às leituras sobre a definição de urbano no Brasil. Ao realizar uma comparação em direção ao processo de urbanização apresentado pelos países membros da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o autor afirma ser mais correto identificar como urbanos núcleos com população acima de 50 mil habitantes e densidade

demográfica superior a 80 hab/km². O autor vai deduzir que, no Brasil, apenas 455 dos 5.507 municípios brasileiros seriam urbanos, enquanto 567 estariam em um estágio de transição e 4.485 municípios brasileiros deveriam estar enquadrados como rurais. Os municípios “rurais”, identificados por Veiga, aglutinariam cerca de 30% da população brasileira no censo de 2000.

Graziano da Silva (1996), na sua obra *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*, faz uma inversão do pensamento de Veiga afirmando que, no Brasil, a modernização levou os sentidos do urbano para o campo, ou seja, o campo tecnificado nada mais possui de características rurais. Para o autor então, a discussão da relação campo-cidade já estaria superada pela modernização embebida na lógica urbana.

Abramovay (1992) defende que o modelo tradicional de camponês está sestituindo, sendo necessário nesse momento pensar num novo tipo de produtor, o agricultor familiar moderno, inserido no mercado e em relações mercantis. Essa concepção leva a crer na destituição do modo de vida rural, que conseqüentemente coloca em xeque as particularidades das pequenas aglomerações urbanas.

Apenas por essas vertentes de análise, já é possível compreender que a relação campo-cidade ainda não está resolvida. Se para Graziano da Silva, o rural se transformou em urbano, para Veiga, parte do urbano é que deve ser compreendido como rural, enquanto Abramovay entende que o rural é algo ultrapassado. Nesse sentido, concordamos com Lefebvre (2001) que, na obra *O direito a cidade*, afirma que a relação campo-cidade está longe de ser resolvida. Aqui, porém, abre-se uma ressalva a Lefebvre já que o mesmo afirma que o urbano está eliminando o rural, o que conduziria para a compreensão de que o modo de vida urbano está diluindo o modo de vida camponês.

É preciso entender, contudo, que a discussão sobre as cidades pequenas foram mediadas por processos gerais presentes nas cidades médias e grandes. Não se trata aqui de realizar uma defesa sobre a importância das pequenas aglomerações urbanas, mas de compreender que nas dinâmicas de acumulação e expansão do capital prevalecem formas e sentidos

contraditórios, como a presença de espaços rurais no interior das cidades, sobretudo nas cidades pequenas, as quais possuem importante significado na urbanização da sociedade brasileira.

Apesar das considerações bastante contraditórias de Veiga (2003), por exemplo, ao buscar comparar a urbanização de países de capitalismo avançado com o Brasil, é preciso levar em consideração o que o autor escreve quando critica os sentidos do urbano no Brasil. Para o autor, o urbano é posto como sinônimo de moderno, enquanto o rural, de atraso. Regido pelo Decreto-Lei 311 de 1938 que transformou todas as aglomerações (vilarejos, povoados) em urbanos, ampliou-se o frenesi da busca pelo desmembramento de povoados para a constituição de cidades com fins de receber repasses federais, como o Fundo de Participação dos Municípios, diga-se de passagem, principal recurso da grande parte dos pequenos municípios brasileiros.

No entanto, seria necessário um planejamento mais adequado para os pequenos municípios brasileiros, postas as suas especificidades em termos de dinâmica espacial. A lógica que homogeneíza as cidades, colocando dentro de um mesmo sistema grandes, médias e pequenas cidades é inadequado no momento atual. Uma vez que grande parte dos municípios brasileiros é de pequeno porte, como afirma Veiga (2003), faz-se necessário compreender suas lógicas e dinâmicas para um pensamento mais específico para os mesmos. Entender, por exemplo, que um número considerável de pequenos municípios vem se transformando em refúgio para as classes médias e aposentados em buscas de melhores condições de vida, representadas pela segurança, maior proximidade em relação aos elementos da natureza, dentre outros, é importante para assinalar que os significados do campo não estão dissociados da vida urbana ou mesmo como resíduos em extinção, nem as pequenas aglomerações devem ser percebidas unicamente como núcleos com tempo limitado para a permanência de práticas não necessariamente urbanas.

Entendemos que as cidades de pequeno porte conservam uma forma de estruturação própria, possuindo elos de defesa social, como se verifica na maior proximidade entre os seus moradores, de fundamental importância para a reprodução dos que ali vivem, por mais que mediadas por processos gerais

que tendam à uniformização social, como se dá com a capitalização da agricultura, cuja temporalidade de espraiamento espacial pelo Brasil esteja se dando com cronologias diversas.

Anterior à capitalização da agricultura, as dificuldades de circulação impunham às pequenas aglomerações um grau de autonomia maior e importância mais significativa para seus moradores, seja no campo ou na cidade. Com a industrialização da agricultura e as facilidades de circulação, a centralidade urbana desse tipo de núcleo tendeu a se multiplicar em outros pontos que não o de concentração das atividades do setor terciário, geralmente, o sítio original. No entanto, ainda, permanecem importâncias e sentidos passados, por mais que modificados.

Para estudar as primeiras relações sociais e econômicas que se estabeleceram em Caarapó para a formação do povoado, tomaremos como base teórica a diferenciação entre frente de expansão e frente pioneira proposta por Martins (1975 e 1997), que permitem discutir dois momentos de produção do aglomerado urbano³.

A ocupação no Sul do antigo estado de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, se dera pela exploração ervateira via arrendamento de terras à Cia. Matte Larangeira⁴, que, segundo Arruda (1989), se utilizava principalmente da

³ Quase todas as análises feitas por pesquisadores sul-mato-grossenses, especialmente historiadores e geógrafos, retratam as duas temporalidades afirmadas por Martins em seu livro *Capitalismo e Tradicionalismo* (1975), para o qual haveria duas temporalidades distintas, a frente de expansão (marcada pelo posseiro, pela posse e pela economia do excedente) e a frente pioneira (definida pela presença do proprietário de terra, pela propriedade e pela economia mercantil). O mesmo Martins (1997), entretanto, no seu outro trabalho, *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*, faz uma reavaliação da expansão das relações de produção capitalistas. Assim, as características dos dois momentos formariam uma totalidade única, conformando a fronteira, em que a diferença apareceria no olhar do pesquisador: frente de expansão, a do antropólogo, e a frente pioneira, a do geógrafo.

⁴ As análises realizadas até então por vários historiadores e geógrafos sul-mato-grossenses destacam que a Cia. Matte Larangeira insere-se na frente de expansão enquanto empresa capitalista em termos de relações comerciais, mas que se apropriava de elementos não bem definidos no antigo estado de Mato Grosso, como no arrendamento de terras públicas (em detrimento da condição de propriedade privada da terra já estabelecida pela Lei nº601 – Lei de Terras); como também nas formas de trabalho, especialmente na coerção do trabalhador paraguaio via escravidão por dívida. Para nós, tem sido uma forma errônea de analisar a frente de expansão e a frente pioneira. Reafirmamos, portanto, a incompatibilidade da inserção da empresa capitalista no contexto de expansão. Para Martins (1997, p.155), “(...) a frente de expansão aparece como expansão da sociedade nacional; para outros como expansão do capitalismo e para outros, até, como expansão do modo capitalista de produção. (...) Já a concepção de frente pioneira desaparece aos poucos, diluída na de frente de expansão, à

contratação temporária de trabalhadores paraguaios na colheita. Fazendo contraponto ao domínio territorial ervateiro, alguns imigrantes, especialmente sulistas, paulistas, mineiros e cuiabanos, se assentaram na região para criação de gado de forma extensiva e na agricultura de subsistência. Esse momento, segundo Albanez (2003), pode ser caracterizado pela fraca atuação política do Estado até início do século XX em termos de consolidação da propriedade privada da terra, prevalecendo, portanto, a ocupação que se acentuava em razão das deficiências de meios de circulação (dificultando o processo de valorização da terra enquanto propriedade privada), reforçada pelos menos expressivos significados urbanos das cidades e povoados existentes no antigo estado de Mato Grosso na primeira metade do século XX.

A partir da década de 1940, segundo Lenharo (1986), a nova política do Estado Novo de Vargas tinha como pressuposto a ocupação dos “espaços vazios”⁵ pelo programa Marcha para Oeste, que previa a nacionalização das fronteiras, assim, retomando as terras concedidas à Cia. Matte Larangeira⁶. A Marcha para Oeste simbolizou a expansão da propriedade privada da terra, enquanto mercadoria; de sua apropriação por meio da compra e venda, possibilitando a formação da renda absoluta ao estabelecer as formas de circulação dessa porção oeste aos grandes mercados consumidores (São Paulo, Rio de Janeiro e outros)⁷.

medida sobretudo que a frente de expansão passa a ser entendida, predominantemente, como frente econômica”.

⁵ A concepção da política de Vargas em ocupar os “espaços vazios” na Marcha para Oeste era uma retórica ao não reconhecimento do processo de ocupação já existente, fomentando um modelo de colonização arbitrária do Estado Novo, o qual objetivava controlar o processo de apropriação das terras devolutas. Assim, indígenas e camponeses já estabelecidos foram desconsiderados dentro desse projeto político para o beneficiamento de grupos específicos e com vistas à inserção de um moderno modelo de agricultura capitalista (LENHARO, 1986, p.18).

⁶ Deve-se destacar que a Cia. Matte Larangeira estava sob domínio, no início do século XX, de capitais de origem argentina. Não só as terras do extremo sul de Mato Grosso, mas também as demais terras, como as dos pantanais, que estavam sob domínio de grupos estrangeiros foram nacionalizadas e disponibilizadas aos brasileiros, deixando claro que o objetivo da Marcha para Oeste tinha caráter eminentemente político e militar, de reforçar o papel do Estado nas fronteiras, especialmente numa faixa que historicamente fora considerada sob litígio (ARRUDA, 1989, p.45).

⁷ Destaque a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil, no início do século XX, interligando Corumbá e o extremo sul de Mato Grosso aos mercados paulistas, e também a integração a troncos rodoviários que vão interligar todo sul de Mato Grosso ao mercado nacional, especialmente São Paulo. A partir dessas medidas, merece destaque a passagem de Corumbá

A expansão da Marcha para Oeste conjunto aos programas implantados no II PND, nos anos 1970, nos dá a dimensão da valorização fundiária decorrente dos investimentos do Estado nos meios de circulação e pesquisas, cujo impacto foi a formação dos complexos agroindustriais, o que permitiu a valorização das terras, naquilo que Marx (1988) considerou como renda diferencial.

Segundo Calixto (2004, p.50), o Estado possibilitou a fomentação da agricultura capitalista moderna a partir da década de 1970, quando a região passa a ser inserida no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), com investimentos públicos na construção de rodovias e ferrovias, centros de pesquisa e linhas de crédito facilitadas. A partir das análises obtidas em Abreu (2001, p.63) e Silva (2000, p.17), percebemos o quanto os incentivos públicos foram fundamentais para a capitalização da agricultura, que até então se caracterizava pela baixa produtividade e sem uma presença efetiva do urbano. Faz-se necessário afirmar que as fragilidades dos significados urbanos existentes até meados da década de 1960 se devem ao predomínio de relações de trocas predominantemente fundadas pela ausência do dinheiro. Assim, campo e cidade muito pouco se diferenciavam.

O resultado desse planejamento estatal, importante na desconcentração da estrutura produtiva do Sudeste, produziu, segundo o IPEA (2001), a formação de arquipélagos econômicos em vias de desenvolvimento em plena década de 1980, considerada como a década da crise da balança de pagamentos, na qual o Estado interventor perde boa parte do seu fôlego enquanto agente investidor. O resultado para a região Centro-oeste foi a formação do complexo agroindustrial dinâmico pautado na exportação de matéria-primas, especialmente oleaginosas. Tal fato permitiu a essas regiões prosperarem, enquanto a economia nacional encontrava-se em crise e as grandes metrópoles começavam a sinalizar perdas de sua relevância concentradora da riqueza nacional.

para Campo Grande como principal centro urbano do sul de Mato Grosso. Goldenstein e Seabra (1982, p.32), embasados em Francisco de Oliveira, afirmam que “O Centro-Oeste, após a segunda guerra começa a configurar-se como extensão da agricultura do Sudeste nas áreas que lhe são contíguas”.

Suzuki (1996), ao analisar o processo de urbanização em Rondonópolis-MT, aponta alguns elementos que buscamos compreender em nossa análise. Afirma que a capitalização da agricultura provocou a ampliação das trocas pela cidade, quando esta passa a ganhar centralidade e a exercer importantes atividades, ampliando, conseqüentemente, a distinção em relação ao campo.

Suzuki (1996) apontou, também, que a capitalização da agricultura não tende a separar o campo da cidade, mas une quando se analisa pelo viés da propriedade privada. A transformação da terra em mercadoria tanto no campo quando na cidade revela uma associação das duas materialidades espaciais, não a diluição das suas diferenças.

É assim que vários aglomerados dispersos e com poucas atividades urbanas passam a incorporar maior contingente de população, atingindo a condição posterior de cidade. Nesse contexto, Caarapó, enquanto um pequeno aglomerado, se desvincula de Dourados, elevado à condição de município em 20 de dezembro de 1958, como sede municipal.

A industrialização da agricultura⁸, entendida por vários autores, como modernização da agricultura, ampliou as relações entre campo e cidade em Caarapó. A implantação de uma base produtiva assentada na agroindústria aponta para uma forte interrelação entre o campo e a cidade, assim, uma passa a depender cada vez mais da outra. Segundo Bernardelli (2004, p.23),

É preciso ressaltar, ainda, que o processo de modernização da agricultura no país, iniciado no pós Segunda Guerra no Estado de São Paulo e, principalmente, após 1970 no Brasil como um todo, contou com expressiva participação do Estado. Houve a transformação da base técnica da produção, após a incorporação do uso de fertilizantes e maquinários, visando à elevação da produtividade. Em meados da década de 1960, houve a implantação do Departamento I (D1) para a agricultura, internalizando a produção de insumos modernos, máquinas e equipamentos agrícolas, envolvendo tanto mudanças na base técnica quanto transformações substanciais nas relações de

⁸ Sobre a modernização da agricultura, Brum afirma que ela “(...) tem por objetivo o aumento da produção e da produtividade agropecuária mediante a renovação tecnológica, isto é, a utilização de métodos, técnicas, equipamentos e insumos modernos, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária. Essa orientação está voltada para a viabilização e implantação da empresa rural capitalista no campo.” (BRUM, 1987, p.55)

trabalho, inclusive promovendo diminuição no contingente de mão-de-obra necessária à produção.

A industrialização da agricultura, para Bernardelli (2004, p.22 e p.87), proporcionou novos rearranjos na relação cidade-campo, permitindo, com a transformação da base técnica, a concentração da força de trabalho nas cidades, fomentando o surgimento e ampliação de vários pequenos núcleos urbanos, cidades essas cuja principal atividade seria a residencial, em grande medida para os trabalhadores do campo.

Assim, tivemos uma grande migração de trabalhadores rurais para a cidade, basicamente porque passam a não mais terem as condições de viver com a produção agrícola. Podemos destacar que a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR, Lei 214/1963) e suas Leis Complementares 5889/73 e 6019/78, assim como o Estatuto da Terra (ET, Lei 4504/1964), que, por um lado, promovia a adequação da industrialização do campo, levando os direitos do trabalhador urbano para o trabalhador permanente no campo; por outro, terminou por ampliar a expulsão dos trabalhadores do campo para a cidade com o emprego agora do trabalho pendular cidade-campo, por meio de contratos de trabalho precários e sazonais, como os casos dos boias-frias, cortadores de cana e outros.

A cidade de Caarapó vem passando por alterações nos últimos anos em relação à divisão social do trabalho, em grande parte por conta da industrialização da agricultura, particularmente por conta da chegada da atividade industrial na cidade.

Endlinch (2009, p.32) realizou uma interpretação no sentido de pensar a reestruturação produtiva do capital em relação à desconcentração da indústria promovendo a transferência de plantas produtivas nas cidades de pequeno porte, as quais têm se revelado bastante atrativas ao capital em decorrência dos menores custos de produção em comparação aos grandes centros urbanos.

Pensando na realidade das pequenas cidades, sinaliza-se a reestruturação promovida pelo capitalismo, para o qual agora interessa a desconcentração espacial das atividades. Esse processo tem sido destacado como forma de impulsionar e viabilizar a instalação de atividades industriais e de serviços em

pequenas cidades quiçá trazendo novas possibilidades econômicas (ENDLINCH, 2009, p.32).

Essas mudanças se devem principalmente ao desenvolvimento da circulação, já que o capital passa a incorporar algumas regiões ao circuito da produção, ampliando suas funções dentro do capitalismo avançado e determinando novos papéis às cidades pequenas. A especialização, segundo Arroyo (2001), tende a levar a universalidade comercial, como é o caso da especialização produtiva pelos exemplos da soja e da cana-de-açúcar em Caarapó. Para a autora,

(...) quanto mais especializado produtivamente estiver um lugar, uma região ou país, mais vulnerável ele pode tornar-se no quadro das relações internacionais. Isso acontece, sobretudo, quando se trata de bens pouco diferenciados, com baixo valor agregado, tipicamente o caso das matérias-primas (ARROYO, 2001, p.54).

Tomaremos como forma de análise a reestruturação produtiva no capitalismo sob a ótica do território, no qual se inserem os debates sobre circulação e especialização produtiva. Castells (1999) aborda as transformações tecnológicas e administrativas do trabalho e das relações produtivas que são o principal instrumento do processo de globalização que afeta a sociedade. (CASTELLS, 1999, p. 124). Já para Harvey (1994, p. 135-140), a grande recessão econômica de 1973, aliada à reestruturação de vários países no pós-guerra, levou ao acirramento pela competição no mercado internacional, culminando com mudanças econômicas e sociais identificadas como acumulação flexível. Santos (1994, p.186) atribui a esse contexto o desenvolvimento dos meios de comunicação e transportes que possibilitou a produção em maior escala e conseqüentemente a valorização do espaço. As argumentações nos permitem afirmar que o desenvolvimento da tecnologia e dos meios de circulação forneceram as bases da especialização produtiva no território com base na propriedade privada da terra, tornando mais próximas e mais baratas as relações de trocas num mundo de comércio globalizado.

Para estudar a modernização da agricultura e seus reflexos na relação campo-cidade em uma cidade de pequeno porte, retomamos o conceito de

território por considerarmos que tal categoria expõe uma base material necessária para compreendermos a transição de uma economia de excedentes para a economia de mercado, respondendo por relações de poder, ou seja, é a base tanto para o capital quanto para o Estado.

Arroyo (2001, p.14) aborda a categoria de Estado territorial, explicando:

Se pensarmos o “território” como um conceito que supõe o exercício do poder e que implica um processo de apropriação, de delimitação e de controle, estamos enfatizando, sem dúvida, sua dimensão política. E se, além disso, pensamos na legitimidade desse poder e, portanto, na idéia de soberania, estamos cada vez mais próximos de sua dimensão jurídica. Por sua vez, a dimensão político-jurídica do território está associada à existência do “Estado” como a instituição que detém o poder de soberania, ou seja, controle exclusivo de um âmbito geográfico definido. Chegamos assim, à idéia de território do Estado ou de Estado territorial.

Vários foram aqueles que procuraram discernir sobre o território, como Raffestin (1993), que parte da ênfase político-administrativa dominado pela ordem jurídica, ou Haesbaert (2004), que salienta, nos estudos territoriais, a dimensão cultural, de elementos subjetivos da cultura, como o imaginário e a identidade. Além destas duas dimensões de análise territorial, Haesbaert (2004) destaca a dimensão econômica, o território como produto social do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho. Já Saquet (2007) procurou entender as sutilezas da territorialidade num movimento histórico multiescalar.

De todas as discussões acerca do território, a contribuição de Arroyo (2001) fora mais importante porque a autora apresenta categorias fundamentais à construção desta pesquisa, sobretudo ao debater as dimensões do papel do Estado e do capital na construção territorial.

Dedicando um pouco de nossa atenção à área de estudo, a pequena cidade de Caarapó é uma cidade que possui, segundo o IBGE (2010), uma população de 25.763 habitantes. Localizada na microrregião de Dourados, seu povoamento esteve vinculado à Cia. Matte Larangeira, particularmente ao se materializar como local de pouso dos transportadores de erva-mate até chegarem ao seu destino final, os portos de exportação. Como apontaremos no

primeiro capítulo, trata-se de um lugar que se colocava sob diversos interesses: ora por interesses do domínio territorial da Cia. Matte Larangeira, ora por interesses de produtores de erva-mate independentes, posteriormente pelas companhias de colonização e, finalmente, por produtores vinculados às agroindústrias (da soja especialmente). O topônimo de origem tupi-guarani sobreveio em consequência da grande quantidade de erva-mate existente: CAA, erva-mate, e RAPÓ, raiz de erva-mate, em síntese, terra da erva-mate (IBGE, 2010).

A primeira povoação a surgir teve a denominação de Santa Luzia, atualmente município de Juti (desmembrado de Caarapó em 1988). Foi construída pela citada companhia em virtude da necessidade de se estabelecer um ponto de pouso para os tropeiros ou ervateiros que afluíam, em grande número, vindos do Paraguai.

Em 1927, se constitui o povoado, atual sede do Município de Caarapó, que teve como fundadores Nazário de Leon e Manoel Benites. Posteriormente, ali se instalou o médico Humberto de Freitas Coutinho, procedente de Uberaba, Minas Gerais, acompanhado do cuiabano Francisco Serejo, homem dedicado ao comércio e à política (IBGE, 2010).

Como se percebe, a erva-mate, enquanto primeira atividade econômica na região, teve grande impacto na formação regional, sendo responsável pela criação de diversos pequenos núcleos de povoamento, basicamente para servir de suporte para as atividades da empresa⁹. Em um segundo momento, com o findar do poder da Matte, diversos povoados criam contornos urbanos, estabelecendo núcleos que servem como entreposto de trocas as mais diversas. O assentamento de alguns profissionais não ligados à atividade do campo, como professores, médicos, assim como aqueles voltados às atividades comerciais, permite a constituição, no povoado, de algumas características urbanas, fundamentais para a fundação do distrito de paz.

⁹ A Matte, criou pequenos povoados para servir de entreposto, mas dificultava que esses mesmos povoados prosperassem e se tornassem cidades.

A transformação do povoado de Caarapó em pequena cidade possui relevância para as discussões na Geografia Agrária e Urbana porque aborda a partir da industrialização da agricultura novas relações entre campo e cidade. Essas modificações terminam por se espalhar nos modos de vida dos moradores da cidade e do campo.

O centro da análise se estabelece na compreensão de que as cidades de pequeno porte podem ser mediadas pelos processos gerais que perpassam as cidades médias e grandes. No entanto, as cidades pequenas, como está sendo aqui abordado, guardam sentidos peculiares representados pelos modos de vida de seus habitantes. Mesmo com a industrialização da agricultura, com novas demandas para o urbano, a cidade pequena ainda continua sendo o lugar de maior socialização entre os moradores, possuindo menores índices de criminalidade e, por isso, suas estruturas, como os equipamentos públicos de lazer (a praça pública), acabam sendo ponto de encontro para grande parte dos seus habitantes. Na cidade pequena, ainda há a possibilidade de se realizarem diversos percursos (ir ao trabalho, à escola, à praça, entre outros) a pé, por isso, a inexistência de transportes coletivos.

A cidade pequena é menos agitada em termos de vida noturna, que praticamente não existe, bem como suas ruas normalmente se transformam em ponto de encontro. Na cidade pequena, não há arranha-céus, há sim casas, sendo comum os moradores utilizarem a calçada existente na frente da casa como espaço para conversas, fofocas etc. Na cidade pequena, ainda prevalecem formas não modernas de relações comerciais, como a venda no varejo por meio de anotações em cadernetas e notas promissórias. Na cidade pequena, a dimensão da política local é muito forte e muitas vezes expandem para o plano familiar, no qual quase todos se conhecem, havendo práticas de assistencialismo, muito comumente permeadas por intenções eleitorais.

Na cidade pequena, a vida particular de cada morador pode se transformar em objeto público por meio das fofocas e do diz-que-me-diz. Qualquer novidade, por menor que seja, boa ou ruim, pode se transformar num acontecimento que atinge a órbita de todo o grupo. As pessoas assim perdem privacidade sendo obrigadas a se reservarem para evitar as fofocas.

Na cidade pequena, as atividades de lazer são muito restritas. Isso se deve, em parte, ao fato de que o lazer também se sofisticou. No início do povoamento, a inexistência de mecanismos de rádio e televisão¹⁰ resultava numa aproximação maior das famílias, na existência de festas típicas, tais como as quermesses e outros eventos religiosos com grande simplicidade, depois as culturas de massa impostas pelos meios de comunicação começaram a ganhar mais espaço na vida das pessoas mesmo nas cidades pequenas. A sofisticação do lazer hoje, baseia-se em grande parte, nas configurações padronizadas encontradas somente em cidades de maior porte, com forte apelo ao consumo, como *shopping center*, jogos eletrônicos, cinema, boates ou discotecas, shows com artistas de renome nacional entre outros. Esses tipos de lazer ou divertimentos são inviáveis para cidades de pequeno porte porque requerem grandes investimentos de capital para atendimento de um grande número de público. Assim, esse tipo de lazer fica restrito, numa cidade pequena como Caarapó, ao ato de se deslocar (por automóvel particular especialmente) para Dourados e Campo Grande. Por serem atividades que requerem gastos mais elevados, ficam restritas então às classes sociais de maior recurso financeiro.

Em alguns momentos, há um esforço em possibilitar aos seus moradores o acesso à cultura de massa. Tal fato é observado na feira agropecuária da cidade, na qual há um apelo para conseguir público pela divulgação de shows com bandas de maior prestígio. Outra data comemorativa na cidade é o seu aniversário de emancipação, em 20 de dezembro, para o qual a Prefeitura Municipal tem financiado show popular gratuito para a população.

As campanhas eleitorais que ocorrem a cada dois anos se transformavam numa atração na cidade, com comício (na realidade showmício), não em seu sentido original que seria o de ouvir as propostas dos

¹⁰ Culturas de massa, como a televisão, têm alterado o ritmo de vida de grande parte dos moradores das pequenas cidades transformando-se numa atividade de lazer barata sem os mesmos saírem de suas residências. Programas de auditório, *realities shows*, novelas e campeonatos de futebol são os mais apreciados. O que se observa nessa prática é a redução do convívio social, reduzindo significativamente outras práticas sociais, como nas reuniões de bairros, organização das quermesses e eventos religiosos, redução das práticas esportivas amadoras entre outras.

candidatos, mas sim pela possibilidade de assistir a um show gratuito nas ruas da cidade. Essa prática foi banida pelas novas regras eleitorais definidas pela Justiça Eleitoral. De qualquer forma, essa prática demonstrava a carência de lazer para os moradores da cidade, que, além de não terem acesso às formas de cultura de massa, não conseguem reinventar formas alternativas.

Os esportes amadores, especialmente o futebol e as disputas de laço, terminam por serem as atividades com maior número de praticantes devido ao baixo custo para serem realizadas.

Os traços de ruralidade dentro da cidade ainda são comuns. Os moradores criam animais domésticos destinados à alimentação, como aves, suínos, bovinos etc. Além disso, há a produção de hortaliças e de alguns outros gêneros de alimentação; na cidade existem inclusive, muitos terrenos baldios ocupados por esses tipos de culturas. Os primeiros lotes estabelecidos no perímetro urbano eram geralmente grandes, permitindo a atividade de pequenas culturas agrícolas.

A ruralidade foi mais presente na cidade até a década de 1990, quando era frequente a comercialização dos produtos *in natura* nas feiras livres ou na relação direta entre produtor/consumidor, como no comércio de aves, leite e derivados, carne de suínos, dentre outros. Essas relações passaram por redução significativa quando a legislação sanitária passou a restringir essa prática no que concerne aos produtos de origem animal, além da contínua valorização do espaço urbano, que passa a sofrer pressão por rendas maiores com o aumento da demanda por moradia, diminuindo as áreas não-edificadas.

Em parte, as antigas formas sociais vêm passando por alterações pela presença mais significativa da propriedade privada da terra, que com a valorização imobiliária passam a representar maior renda capitalizada quando colocada à disposição para a construção civil.

Outra modificação recente foi a substituição de grande número dos pequenos comércios de secos e molhados, também conhecidos por botecos e botequins, por supermercados, bem como a instalação de algumas lojas de departamento, o que evidencia mudanças no modo de vida e no consumo dos

moradores. O desenvolvimento da agroindústria introduziu novos hábitos alimentares, com destaque para o consumo de alimentos industrializados e dos produtos semiprontos. Assim, a modernização resultou em mudanças no modo de vida dos moradores, acostumados, em outro tempo, a produzirem alguns gêneros de alimentação, a estabelecerem trocas ou a manterem o antigo hábito semanal de adquirir produtos nas feiras¹¹ diretamente dos produtores, passando então para o hábito de estarem semanalmente ou com maior frequência nos supermercados.

Além dos hábitos de consumo, o crédito é outro elemento a ser destacado. As relações que se estabeleciam por meio do crédito pessoal, da confiança entre os comerciantes com seus clientes tais como nas anotações em cadernetas ou notas promissórias, paulatinamente vêm se transformando em relações mais impessoais com o uso do cartão de crédito.

A vinda de indústrias de maior porte, especialmente aquelas voltadas ao setor energético, que notoriamente, ao se estabelecerem, alteram o panorama social no município, como na estrutura de oferta de emprego, na gênese da renda da terra rural pelos arrendamentos, assim como na cidade, alimentando a especulação imobiliária. Nesse caso, temos tanto a ampliação de empregos de maiores remunerações que exigem qualificação profissional, como também a grande oferta de empregos mal qualificados, insalubres e temporários que empregam uma grande quantidade de trabalhadores sem qualificação e com baixa remuneração, com destaque para o emprego da mão-de-obra indígena. Nesse caso, percebemos a ampliação das periferias e das ocupações irregulares com pouca infraestrutura. As elites, especificamente aquelas que detêm um número maior de propriedades no campo ou na cidade, tendem a ser beneficiadas pelo fato de poderem ampliar seus ganhos.

É possível observar que houve, num curto período, com as especulações e início de montagem das plantas industriais da Usina Nova

¹¹ Por volta de 1998, a Prefeitura Municipal tentou reintroduzir as feiras livres às quintas-feiras nas calçadas de uma rua central da cidade. Em meados de 2006, foi construída uma estrutura também pela Prefeitura mais adequada a esse tipo de atividade, com *stands* e banheiros. Entretanto o que se pode observar é a mudança nas características dos feirantes, que, desde 2000, são compostos principalmente de comerciantes da cidade de Dourados, que basicamente revendem produtos adquiridos no CEASA de São Paulo.

América, recentemente associada ao Grupo Cosan e da usina de biodiesel de capital externo AGRENCO, o aumento no preço dos imóveis, a incidência de trabalhadores com renda mais elevada nessas empresas, assim como as explorações sazonais de trabalhadores, especialmente indígenas. Todos esses elementos constituem formas que merecem uma análise mais aprofundada dos fatos, justificada por uma contribuição teórica que explique esse novo momento em que vive a cidade.

Assim, o caso emblemático da industrialização já aponta para as mudanças nas formas e funções das pequenas cidades, como o caso estudado, tanto em termos físicos (infraestrutura, logística, bens e serviços urbanos), quanto humanos (alterações nas relações sociais e modos de vida).

Esta pesquisa compreende a análise de dois momentos: a economia do excedente realizada pelos primeiros colonizadores a ocuparem a região, passando pelo impacto do processo de colonização e absolutização da propriedade privada da terra, conduzindo para a instalação da economia de mercado. Nesse sentido, debatemos os significados das agriculturas capitalistas e camponesas na conformação do passado e do presente do pequeno aglomerado urbano que constitui a cidade de Caarapó.

A seguir apresentamos o mapa que representa atualmente a configuração dos municípios pertencentes ao estado de Mato Grosso do Sul, com destaque para o município de Caarapó.

Mapa 1 - Localização do município de Caarapó
no estado de Mato Grosso do Sul

Para dar conta do processo de metamorfose pelo qual passou Caarapó, estruturamos o trabalho em 4 capítulos.

No capítulo 1, faz-se uma análise geográfica e histórica acerca do processo de ocupação do sul do antigo estado de Mato Grosso, retomando as discussões sobre a ocupação ou frente de expansão conjunta à colonização ou frente pioneira, com uma nova reinterpretação das leituras já realizadas acerca da ocupação sul-mato-grossense, sobretudo ao discutir a fronteira dentro de uma unidade. Analisamos os modos de vida dos primeiros povoadores não índios a assentarem na região, no processo histórico que remonta às últimas décadas do século XIX e grande parte da primeira metade do século XX.

Sobre a ocupação fomentada pelo Estado, por diversos motivos, importa considerar aquilo que muitos autores analisaram como frente pioneira¹², mas que consideraremos apenas como a absolutização da propriedade privada da terra ou a possibilidade de transformação de fato da terra em mercadoria, a posse pela compra e venda da terra, que se dera tanto pela doação de pequenas propriedades a colonos quanto à venda de latifúndios pelo Estado. O que caracteriza a absolutização da propriedade privada da terra é o esforço do Estado em garantir sua presença, com a inserção da propriedade privada, numa região que durante longo período esteve considerada sob litígio.

Para tanto, foram incentivadas políticas que previam a interligação dessa porção extrema do oeste do território brasileiro ao mercado nacional, especialmente com São Paulo, com a construção de ferrovias e rodovias, que serviram, portanto, para a valorização das terras e a possibilidade de sua comercialização. Este capítulo foi elaborado a partir de leituras direcionadas ao processo de ocupação do sul do estado de Mato Grosso, pensando as atividades econômicas e os modos de vida daqueles que ocuparam a região no decorrer da passagem do século XIX ao início do século XX. Pesquisas de

¹² Não consideramos pertinente a distinção histórica entre frente de expansão e frente pioneira, pois, como já afirmamos, ambas fazem parte de uma totalidade histórica, mesmo durante o período que se considera como de frente de expansão, haveria relações econômicas tipicamente capitalistas, como a da situação da Cia. Matte Larangeira. Do mesmo modo, durante o início do processo de colonização, que se refere ao momento em que se considera o início da frente pioneira, ainda se encontram elementos que caracterizam uma economia de excedentes.

campo com entrevistas qualitativas foram realizadas com moradores que diretamente vivenciaram o período da transição da economia de excedentes para a de mercado. Em Caarapó, também entrevistamos os povoadores e descendentes do processo de ocupação a partir da comercialização de terras, especialmente do Estado a grupos de empresários e latifundiários de prestígio, que posteriormente irão se interessar em revender a terra por um preço especulativo aos migrantes de várias regiões do país.

Assim o objetivo foi realizar uma comparação entre os modos de vida no passado para a compreensão do presente necessário para entender o processo de capitalização da agricultura e a alteração dos modos de vida. Para tanto, foram realizadas entrevistas qualitativas de forma oral com pioneiros ou descendentes dos mesmos com o intuito de resgatar a memória no passado, sobre as dificuldades encontradas pelos mesmos para compreendermos o processo de valorização das terras. Foram coletadas, para o capítulo, fotografias que representam o passado no Museu Municipal e nos centros de documentação em universidades e do Estado. Figuras e mapas foram confeccionados com fins de identificar o processo de migração, consolidação e ocupação no sul do estado de Mato Grosso.

No segundo capítulo, apresentamos o processo atual de que, tomando como base a industrialização da agricultura, observamos a territorialização de grandes empresas ligadas ao campo (agroindústrias), de certa forma, completando o sentido da modernização do campo, que entre outras facetas, interferem diretamente na reprodução do espaço urbano.

Pudemos perceber com mais detalhes a relação cidade-campo com a vinda de grandes empresas do setor agropecuário, como frigoríficos, grandes cooperativas e usinas de álcool e açúcar que integram o território numa articulação em rede, retirando o contexto socioeconômico do município de uma condição mais regionalizada para sua integração em circuitos de cooperação nacional e internacional. As características apresentadas nos permitiram entender como a reprodução ampliada do capital permitiu um novo contexto de relação cidade-campo aos habitantes da cidade com a inserção de forma mais densa do trabalho assalariado, alterando os modos de vida.

A valorização do espaço urbano, como um processo que recai na nova configuração da agricultura, promoveu, contudo, o surto da especulação imobiliária, que aguça ainda mais a distinção social na cidade. Para elaborar esse capítulo, foram necessárias leituras acerca do processo de articulação do território em redes e dos circuitos espaciais de produção compreendendo como esses circuitos se estabelecem modificando a relação campo-cidade. Assim, entrevistamos empresários ou responsáveis pelas empresas sediadas em Caarapó com o intuito de identificar o processo de territorialização das empresas e a construção dos territórios em redes. Entrevistamos também representantes dos trabalhadores rurais, moradores e organismos públicos para entendermos os problemas e dilemas vividos pelos diversos grupos sociais em Caarapó e as alterações no modo de vida. Como a questão imobiliária na cidade e o acesso aos bens de consumo coletivo vêm se transformando num impasse aos moradores, um enfoque foi dado para perceber as alterações na forma de acesso à cidade, repercutindo diretamente nos modos de vida dos moradores.

No terceiro capítulo, analisamos, de forma mais conceitual, a relação campo-cidade em Caarapó. Buscamos analisar o quanto as empresas podem interferir no espaço local, no assentamento da agricultura capitalista e camponesa e nas relações que se estabelecem na cidade. Compreendemos, nesse capítulo, o quanto o rural ainda se faz presente no urbano, elemento característico de uma cidade de pequeno porte. Buscamos entender também as especificidades socioeconômicas da cidade, ao desvendar os impactos tanto da agricultura na cidade quanto do comércio e da prestação de serviços em termos de geração de riquezas.

Para tanto, realizamos diversas pesquisas e entrevistas junto a representantes comerciais, agricultores (capitalistas e camponeses), moradores, representantes de bairros e agentes políticos no sentido de compreender a importância da cidade para os que nela habitam e os sentidos que levam as pessoas a residirem na pequena urbana.

No quarto e último capítulo, preocupamo-nos em analisar o contexto da valorização imobiliária em Caarapó, as alterações nos modos de vida dos

moradores e a presença do moderno e não-moderno a partir da paisagem urbana. A valorização imobiliária destacada é fruto de um processo recente de crescimento populacional que, na última década, fora de 19,5%, decorrente especialmente do aumento das expectativas geradas pela implantação de grandes empresas no município, ofertando novos empregos. Caarapó vive um momento de efervescência, resultado, em grande medida, tanto da intenção da cidade se modernizar (repercutindo na apropriação e transformação da paisagem) quanto da alteração em parte dos modos de vida tradicionais na cidade. O modo de vida dos moradores de uma pequena cidade como Caarapó é bastante própria a de outras aglomerações de mesmo porte, retomando contornos religiosos assim como práticas coronelistas, de certa maneira ser comum alguns moradores interferirem diretamente na vida alheia.

Em toda a análise, utilizamos referências com bases cartográficas, gráficos e tabelas com intenção de apresentar de forma mais clara e coesa o processo de ocupação e de redefinição urbana de Caarapó. Confeccionamos mapas que demonstraram a origem do processo de ocupação, ou migrações e outros mapas que apresentam a formação da propriedade privada e o processo de formação da cidade tendo em vista seu espraiamento. Gráficos e tabelas foram construídos, a partir de dados obtidos junto a órgãos públicos, como IBGE, INCRA, arquivos da Prefeitura Municipal, Tesouro Nacional e outros, para demonstrar o processo de capitalização da agricultura e os dilemas envolvidos neste setor por meio da produção tanto para a agricultura capitalista quanto para a camponesa, além de outras tabelas que procuraram caracterizar o perfil socioeconômico da cidade. Séries fotográficas foram realizadas para a construção de uma base demonstrativa em que pudéssemos realizar comparações entre o passado e o presente, conformando um problema de análise.

**CAPÍTULO 1 – O OPROCESSO HISTÓRICO DE
OCUPAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL E A
FORMAÇÃO DO AGLOMERADO URBANO DE
CAARAPÓ**

Neste capítulo, enfocamos as bases históricas que compreendem o processo de ocupação e expansão da fronteira agrícola; a conformação da propriedade privada da terra e a capitalização da agricultura em Mato Grosso do Sul. A partir das atividades do campo, temos a conformação e reestruturação das estruturas urbanas de diversas cidades que hoje conformam a porção sul de Mato Grosso do Sul, dentre elas, Caarapó. Utilizamos como pressuposto teórico leituras acerca da frente de expansão e pioneira para compreendermos a formação da fronteira enquanto categoria que nos permite analisarmos a atual inserção da região de estudo na divisão territorial do trabalho.

Tal processo perpassa a ocupação (frente de expansão). Na fronteira, é comum a expansão, paulatinamente, ceder espaço à ocupação pioneira, que teria como pressuposto a intervenção direta do Estado, permitindo, contudo, a legitimação da propriedade da terra e a inserção dela enquanto mercadoria. Verificamos que a fronteira é o espaço do conflito social, da disputa pela terra e pela manutenção dos modos de vida (dos indígenas com os posseiros, dos posseiros com a empresa privada de colonização, dos camponeses frente à expansão capitalista da agricultura). Esse conflito se estabelece entre as categorias sociais que vivem a fronteira segundo relações e modos de vida distintos.

É importante destacar que mesmo com a instituição jurídica da propriedade privada tendo como parâmetro no Brasil a Lei de Terras promulgada em 1850, no início do século XX, o estado de Mato Grosso ainda se apresentava como limite de expansão da fronteira, predominando, quase um século após a aprovação da Lei de Terras, a doação das mesmas pelo Estado, a ocupação em forma de posse e a grilagem.

A conformação da propriedade privada da terra é o elemento base para entendermos a capitalização da agricultura, que incentivada pelo Estado, paulatinamente substitui a produção de excedentes para a produção com vistas ao mercado (regional, nacional e internacional), permitindo com isso, a

expansão de vilas e povoados, que de funções limitadas, passam a exercer cada vez mais importância, tanto para possibilitar a expansão dos negócios (mercado), quanto para atender as necessidades de uma população em vias de crescimento. Essa expansão de funções e atividades permitiu a formação de aglomerados urbanos transformando-se em vilas e cidades como apresentaremos a seguir, enfocando o caso da cidade de Caarapó.

O presente capítulo foi estruturado a partir da compreensão de um passado não muito distante (final do século XIX e o decorrer do século XX), com vistas a entender o processo de ocupação e das formas econômicas que se fizeram presentes no sul do antigo estado de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) perpassando pelo assentamento da propriedade privada e sua capitalização com fins a possibilitar a compreensão do processo de ocupação que permitiu a formação do aglomerado urbano para posteriormente redefinir suas formas urbanas atuais.

1.1. Considerações sobre a frente de expansão e a frente pioneira

Compreendemos como frente de expansão a migração que leva a formação da economia de excedentes e a frente pioneira enquanto relações econômicas com vistas ao mercado, assentado na propriedade privada da terra. Martins, na obra *Capitalismo e Tradicionalismo* (1975), compreendeu a frente de expansão e a frente pioneira a partir de uma separação histórica entre temporalidades distintas. Para o autor, sua primeira forma de distinção entre frente de expansão e pioneira estariam assim discernidas:

O caráter do excedente do produto da frente de expansão se combina com essa forma peculiar de posse da terra em decorrência da satelitização das relações de troca, isto é, da presença do colonialismo como elemento da estruturação dessas relações. O excedente é, assim, o artigo que adquire valor porque há condições econômicas para sua comercialização e não porque tenha entrado nas relações de troca como resultado da divisão do

trabalho. Na frente de expansão, as condições de vida são reguladas pelo grau de fartura e não pelo grau de riqueza. O empreendimento capitalista se situa “fora” dos componentes da estrutura social da frente de expansão e absorve a renda potencialmente gerada pela terra. Por isso mesmo, as tensões que marcam a frente de expansão são tensões entre a sociedade capitalista que se faz presente na fronteira econômica e a sociedade tribal à qual se disputa, mediante o empenho dos que estão situados na frente de expansão, a terra necessária à preservação dessa frente. Essas referências sumárias sobre frente de expansão são indispensáveis para se compreender o alcance e os limites do conceito de frente pioneira. A característica imediata desta última é a de que se instaura como empreendimento econômico: empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, bancárias etc., loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam a produção e o comércio. Passa-se, assim, da produção do excedente para a produção da mercadoria. A frente pioneira surge não como consequência “rebarbativa” da sociedade capitalista, mas como resultado direto da necessidade de reprodução desta (MARTINS, 1975, p.146-7).

Nessa análise, realizada por Martins (1975), demonstra-se que a frente de expansão antecede a frente pioneira, contribuindo para que diversos autores fizessem suas interpretações sobre a produção do espaço regional. O autor interpreta que os agentes envolvidos na frente de expansão seriam aqueles que têm a terra como meio de reprodução das condições mínimas de sua sobrevivência, não permitindo a obtenção de renda, mas sim, de possibilitar a manutenção da família, ou seja, produção de excedentes ou valores de uso. Assim, autores como Queiroz (2003), Arruda (1989), Lenharo (1986), Brand (1993), Albanez (2003), entre outros, apontaram que a ocupação no sul de Mato Grosso ocorreu com a vinda de migrantes para essa região por volta das três últimas décadas do século XIX e grande parte da primeira metade do século XX. Essa população era composta especialmente por pecuaristas vindos da região de Cuiabá, ocupando os pantanais; mineiros e paulistas que ocuparam as áreas de fronteira entre Mato Grosso e os respectivos estados na porção leste, além dos migrantes gaúchos vindos do Sul, ocupando área da porção sul e na fronteira com o Paraguai, disputando a posse pelas terras com a Cia Matte Larangeira.

Sobre a ocupação da porção sul do estado, que é o foco de nossa pesquisa, a forte presença da Cia Matte Laranjeira, entre o final do século XIX

e início do XX, promoveu a quase monopolização do uso das terras no extremo-sul do estado, dificultando a ocupação de diversas formas, entre elas, o uso da violência por meio de suas milícias armadas.

Dentro dessa relação situam-se os primeiros habitantes: os indígenas de origem Guarani/Kaiowá, que, segundo estudos antropológicos apontados por Queiroz (2003), por lá chegaram há cerca de 6.000 anos. No contexto da frente de expansão, segundo Brand (1993), com a presença da Cia Matte Larangeira, esses indígenas conseguiram manter seu modo de vida pouco modificado, tendo ainda acesso a grandes extensões de terras que não se encontravam exploradas pela empresa, entre outros fatores, pelo fato de que a presença de ervais nativos não ocorria de maneira uniforme, possibilitando portanto aos indígenas manterem seu modo de vida ao passo que não eram vistos como empecilho à atividade da Matte.

Os autores citados fizeram suas avaliações, de certa maneira, um tanto equivocadas, quando, por exemplo, interpretaram a atuação da Cia. Matte Larangeira enquanto frente de expansão. Tratava-se de uma empresa capitalista, que utilizava mão-de-obra assalariada, detinha vínculos comerciais bastante estruturados mantendo relações especialmente com os países platinos. Não se tratava, portanto, de uma relação econômica de excedentes e não caberia encaixá-la dentro do contexto de frente de expansão. Os autores que citamos se preocuparam em compreender a gênese da empresa capitalista no contexto da expansão, o que para nós fora um equívoco. É sobre essa vertente que nos apoiaremos, para afirmar que há na realidade uma unidade entre frente de expansão e pioneira, na discussão acerca da fronteira, ou seja, que formas de produção capitalistas e não capitalistas podem se encontrar presentes tanto na frente de expansão quanto no frente pioneira. A esse respeito, Martins (1997, p. 159) explica:

Essa distinção não é conceitual nem é classificatória, ao contrário do que entendem diferentes pesquisadores que trataram da fronteira a partir do surto expansionista de 1964. Nesse equívoco repousa a controvérsia sobre o tempo histórico da frente de

expansão e o tempo histórico da frente pioneira, pois não se reconhece que o tempo histórico de um camponês dedicado a agricultura de excedentes é um. Já o tempo histórico do pequeno agricultor próspero, cuja produção é mediada pelo capital, é outro. E é ainda outro o tempo histórico do índio integrado, mas não assimilado, que vive e se concebe no limite entre o mundo do mito e o mundo da História. Como ainda é inteiramente outro o tempo histórico do pistoleiro que mata índios e camponeses a mandado do patrão e grande proprietário de terra: seu tempo é o do poder pessoal da ordem política patrimonial e não o de uma sociedade moderna, igualitária e democrática que atribui à instituição neutra da justiça a decisão sobre os litígios entre seus membros. A bala de seu tiro não só atravessa o espaço entre ele e a vítima. Atravessa a distância histórica entre seus mundos, que é o que os separa. Estão juntos na complexidade de seu tempo histórico composto pela mediação do capital, que junta sem destruir inteiramente essa diversidade de situações.

Ainda para Martins (1997, p.160-161),

A distinção entre frente pioneira e frente de expansão é, na melhor das hipóteses, um instrumento auxiliar na descrição e compreensão dos fatos e acontecimentos da fronteira. É um instrumento útil quando as duas concepções são trabalhadas na sua unidade, quando destaca a temporalidade própria da situação de cada grupo social da fronteira e permite estudar a sua diversidade histórica não só como diversidade estrutural de categorias sociais, mas também como diversidade social relativa aos diferentes modos e tempos de sua participação na História. (...) Assim, o modo capitalista de produção, em sua perspectiva, é estritamente constituído por um jogo de categorias que, embora contraditórias, tem uma mesma e única data, a do tempo da burguesia e do proletariado. Quase sempre essa data única está subjacente à idéia do capitalismo como sistema (e como conceito) que, por isso, reduz todas as relações, por mais diversificadas que seja, a uma única, definida como capitalista.

A economia de excedentes, para Martins (1997), se estabelece em lugares quase sempre distantes dos principais centros consumidores, o que teoricamente tende a inviabilizar comercialmente a produção agrícola devido às dificuldades de circulação, portanto, não atrativo ao capital. O excedente se faz quando se produz de forma planejada, ainda, na roça, mais que o necessário à sobrevivência, devendo ser o excedente comercializado no mercado para a aquisição de outros bens.

Essa discussão está presente na concepção de renda da terra em Marx (1988), em que a distância do mercado consumidor inviabiliza uma produção com vistas ao comércio, tendo como fator os elevados custos com transportes e as dificuldades por ela condicionadas. Seriam os lugares em que a terra não produz renda ou no máximo produz a renda absoluta.

Na formação da agricultura capitalista que consiste no avanço das técnicas de produção aliadas à conformação da propriedade privada, os lugares passam a ser incorporados pelo capital, valorizando-se. Passaria então da forma de renda absoluta para a renda diferencial, que, segundo Marx (1988, p.186), estaria relacionada à incorporação de áreas pelo mercado, tais como, as melhorias dos meios de transporte e circulação.

No cerne do desenvolvimento da agricultura capitalista, esta depende necessariamente da cidade, que se transforma no centro tanto para fornecer os insumos à agricultura quanto por consumir seus excedentes, por isso Lencioni (1985) afirma que a reprodução do capital no campo não poderia prescindir da existência da cidade, estabelecida nas relações sociais dominantes e na divisão territorial do trabalho. Para a autora, “ao se buscar entender o campo acabamos por encontrar a essência do urbano” (LENCIONI, 1985, p.2), pois ao analisar a urbanização de Jardinópolis-SP, percebeu que havia um processo único que mediava a produção do campo e da cidade, a capitalização.

Lencioni aponta, assim, que não há produção do campo, em forma comercial, sem a presença do urbano. Quanto mais as relações se intensificam, maior a interferência da cidade sobre a agricultura, em termos de fornecimento de equipamentos, insumos, comercialização dos produtos do campo como também a mão de obra que, nos últimos anos, vem residir na cidade, sendo os trabalhadores contratados de forma temporária via assalariamento. Na discussão sobre a capitalização do campo, Lencioni (1985, p.146) afirma:

A urbanização do campo compreendida no movimento de reprodução do capital indica a contradição cidade campo, mas, também a direção para superar essa contradição. O campo moderniza-se, consome, mercadorias produzidas por processos industriais e desenvolve o assalariamento como principal forma de remuneração de sua força de trabalho. Cada vez mais o campo se vê marcado pelas condições de expansão do capital industrial apresentando um caráter de produção nitidamente capitalista que implica na oposição entre os trabalhadores.

A gênese da capitalização do campo, aqui apontada, evidencia que as relações capitalistas vêm unindo campo e cidade em uma proposta em que a subordinação da agricultura à indústria promove a diminuição dos distanciamentos entre campo e cidade.

Suzuki (1996) considera que, no debate acerca da modernização ou capitalização da agricultura, é fundamental se levar em conta a absolutização da propriedade privada da terra, com a transformação da terra em mercadoria. A propriedade, para o autor, possibilita a união de cidade e campo nesta perspectiva, na de que tanto o campo quanto a cidade não podem ser compreendidos um sem o outro (cada vez mais a cidade é o ponto de referência para as atividades do campo como também, muitas pequenas e médias cidades possuem forte dependência em relação ao campo).

É comum empresários da cidade serem proprietários de terras, assim como o campo pode definir funções e características do espaço urbano. Nesse sentido, ao analisar a ocupação em Rondonópolis, Suzuki (1996, p.89) aponta:

Um novo tempo, de busca de terra de trabalho e de terra de negócio, com outra imagem de eldorado: para uns de reprodução da família, para outros de enriquecimento fácil, para outros..., impulsiona a chegada dos primeiros migrantes que se fixam às margens do rio Vermelho e iniciam a ocupação daquelas terras, do que se originara um povoado que, após, aproximadamente, sete décadas, transforma-se em cidade. Um processo lento que só se explica pela expansão da propriedade privada da terra, produzindo a transição do rural ao urbano e a constituição da cidade de Rondonópolis.

A renda capitalizada da terra, como indicou Suzuki (1996), sobre o processo de transição do povoado de Rondonópolis à cidade, e Martins (1997), nos permite compreender que o cerne que diferencia o campo e a cidade está vinculado às formas de existência e apropriação da renda da terra. A renda da terra constitui-se em tributo cobrado de toda sociedade, mas apropriado por poucos.

1.1.1. Contexto da apropriação do território no antigo Sul de Mato Grosso

Diversas pesquisas já foram realizadas acerca do processo de ocupação do Sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul). Não procuramos esgotar o assunto, mas retomar uma análise do passado foi importante nessa pesquisa para identificarmos as metamorfoses que implicam o processo de absolutização da propriedade privada da terra e as mudanças percebidas na cidade de Caarapó. Nessa cronologia, retomamos o processo da ocupação e os conflitos sobre as terras pertencentes aos indígenas, a territorialização da Cia. Matte Larangeira na região, as correntes migratórias que fizeram parte da ocupação da referida região, rivalizando a disputa pela terra junto à Cia. Essa análise vem corroborar com a informação de que os espaços não eram vazios como era afirmado no discurso estadonovista que, a partir da década de 1930, começa a incentivar um novo tipo de ocupação nessa região, a colonização, com o avanço da fronteira agrícola ou a agricultura capitalizada.

O elemento que simbolizou o processo de ocupação do sul do antigo estado de Mato Grosso pode ser resumido no elevado clima de tensão que existia quanto à regularização das fronteiras, primeiramente entre portugueses e espanhóis, posteriormente entre brasileiros e paraguaios. É relevante afirmar, segundo Queiroz (2008), que o território em disputa já era habitado por indígenas de origem guarani há cerca de 6.000 anos.

A concentração populacional no estado de Mato Grosso, no século

XVIII, ocorreu nas zonas mineiras, especialmente em Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade. Como não havia recursos suficientes ou mesmo interesse político em ocupar a porção sul do estado, a ocupação só começou a ocorrer efetivamente posterior à segunda metade do século XIX com o findar das atividades mineiras, o que permitiu a dispersão da população. No entanto, o clima de tensão era intenso pela disputa territorial com o Paraguai, fronteira que só vem a ser de fato concebida e respeitada após a Guerra da Tríplice Aliança (Guerra do Paraguai 1863-1870). A respeito desse assunto, Corrêa (1999, p.78) afirma:

A partir de então, o Sul da Capitania de Mato Grosso despertaria maior interesse das suas autoridades, mas apenas seria, em definitivo, ocupado e incorporado ao território brasileiro na segunda metade do século XIX. O conquistador desse espaço complexo e *sui generis*, que configurou uma das últimas fronteiras do Império luso na América, precisou superar obstáculos inéditos, como adaptar-se ao meio exuberante da sua natureza, enfrentar a barreira hostil dos índios canoeiros e cavaleiros, sofrer privações decorrentes da ausência de suportes de abastecimento e de segurança, penetrar com obstinação por caminhos quase intransitáveis e conformar-se em fazer longas, demoradas e sofridas travessias. Por tais motivos esse processo de conquista assumiu, também o caráter de aventura, exigindo determinação e forte ambição dos pioneiros que se assentavam na região fronteira.

Uma vez estabelecida a demarcação da fronteira, a ocupação da mesma passa a ser intensa. Diversas frentes de migração começam a ocupar o território do atual Estado de Mato Grosso do Sul. Albanes (2003) aponta três frentes de ocupação no Estado. Uma no sentido Norte-Sul, por cuiabanos, que fugindo do conflito político de 1834 conhecido por *Rusga*, passam a ocupar as áreas de pantanais, introduzindo ali a pecuária. No sentido Leste, tivemos a vinda de migrantes de Minas Gerais, ocupando as divisas de Mato Grosso do Sul com São Paulo, Minas Gerais e Goiás, se assentando nos Campos de Vacaria até o encontro com os cuiabanos no vale do rio Miranda. Na porção Sul do estado, a migração gaúcha começa a se fazer presente, fugindo da Revolução Federalista no final do século XIX, ocupando áreas de matas e ervais no sul de Mato Grosso do Sul.

O mapa 02 demonstra essa dimensão do contexto da ocupação¹³, com as correntes mineiras instalando-se na porção leste do estado, bem como os cuiabanos e demais trabalhadores das minas de Cuiabá se dirigindo especialmente aos pantanais e os gaúchos para a porção sul do estado.

Mapa 2: Frente de expansão no Sul de Mato Grosso e o povoado de Caarapó

¹³ Utilizaremos em alguns momentos a categoria frente de expansão quando nos referirmos às formas de apropriação do território em que não prevalecem as ações do Estado.

Segundo Albanez (2003, p. 25-26), a ocupação se dava pela posse, mesmo porque não havia ainda uma legislação que regulamentasse a ocupação, fato que vem a ser mais bem delineado a partir da regulamentação do processo de ocupação das terras públicas com a Lei de Terras em 1850. No Mato Grosso, a criação da Repartição Especial de Terras Públicas se deu em 1858, sendo a posse garantida àqueles que conseguissem enfrentar os obstáculos naturais e os índios, dificuldades essas que retardavam a efetivação da Lei de Terras na Província. Os latifundiários puderam organizar o registro da propriedade no prazo dado pelo Regulamento de Terras em 1854. Essa facilidade de titulação de grandes latifúndios era um benefício para os privilegiados politicamente, mesmo porque as distâncias em relação aos núcleos urbanos mais dinâmicos do Império dificultavam a ocupação (esparsa e rarefeita), mantendo a estrutura do latifúndio pouco alterada nesse período.

No que tange à posse da terra, Moreno (1993) argumenta que o processo de transferência de terras públicas para o domínio particular entre 1892 a 1930 ocorreu da seguinte forma: 1 – Regularização das concessões de sesmarias e legitimação das posses; 2 – Concessões gratuitas a imigrantes nacionais e estrangeiros, e concessões especiais a colonizadores e empresas particulares; 3 – Arrendamento e aforamento para a indústria extrativa de vegetais; 4 – Contrato de compra e venda de terras devolutas (MORENO, 1993, p.127).

Nas vertentes de ocupação de Mato Grosso do Sul, floresceram alguns núcleos urbanos, especialmente Corumbá, que se transforma no principal entreposto comercial. As precárias condições de transportes, da difícil comunicação terrestre em direção aos principais centros consumidores do país, transformaram a bacia hidrográfica platina pela vertente do Rio Paraguai, no principal escoadouro dos excedentes de produção até as primeiras décadas do século XX. Pelo Rio Paraguai eram exportados especialmente o gado e a erva mate (principais produtos da economia de excedentes no antigo Estado de Mato Grosso), por onde também vinham vários produtos para consumo local. Essas relações comerciais beneficiaram as casas comerciais existentes em

Corumbá entre o final do século XIX e início do XX (ALBANEZ, 2003, p.28).

Também Queiroz (2003, p.20) afirmava:

Algumas das principais características dessa região, que emergem e são reiteradas ao longo dos séculos poderiam ser assim resumidas: vastidão territorial; situação fronteiriça; grande distância dos centros dirigentes brasileiros (situados no litoral atlântico); precariedade das vias de comunicação existentes no interior da própria região e entre ela e os ditos centros; população não-indígena diminuta e dispersa; estrutura fundiária marcada pela grande propriedade. Tais especificidades configuraram uma sociedade que se poderia talvez caracterizar como “gelatinosa” (no sentido que a expressão é utilizada por Gramsci) e, ademais, dotada de um débil aparato estatal local – e é nesse contexto que adquire particular relevância o papel aí desempenhado pelo Estado nacional brasileiro, com vistas a garantir a segurança das fronteiras externas e integridade territorial.

De qualquer maneira, as relações comerciais estabelecidas nesse período priorizavam de forma nítida a comunicação portuária entre Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. Essa rota era utilizada até mesmo para atingir o Atlântico e estabelecer relações com o Rio de Janeiro (capital do país na época). No início do século XX, o Estado brasileiro, já preocupado com as intensas relações que se estabeleciam nessa porção do território junto aos países platinos, inicia a construção de uma ferrovia que possibilitasse a comunicação terrestre com o Sudeste do país. A ferrovia Noroeste do Brasil foi construída interligando Corumbá, Campo Grande, Ponta Porã, até Araçatuba, próximo à divisa com São Paulo (QUEIROZ, 2003, p.28).

Durante o contexto da ocupação espontânea, vem se estabelecer na porção sul de Mato Grosso do Sul, a atividade econômica mais lucrativa à época: a exploração dos ervais nativos pela Cia. Matte Laranjeira. Arruda (1989) elucida o processo de atuação da Cia., tendo destacado a cumplicidade existente entre o público e o privado, estando a empresa sempre a buscar benefícios próprios junto ao poder público estadual que Arruda (1989) denomina como os “amigos da Cia.”. Isso facilitava o arrendamento de uma grande extensão de áreas, quanto ao esvaziamento da atuação pública dentro

das áreas dominadas pela Matte Larangeira, possibilitando a empresa criar um poder de polícia paralelo e o não pagamento de impostos. A grande liberdade de atuação da empresa no território sul-mato-grossense levou a criação da terminologia “Estado dentro do Estado”.

Segundo Arruda (1989, p.38), a epopeia do surgimento da Cia ocorrera em 1882 quando Thomaz Larangeira tornou-se o primeiro concessionário legal da extração ervateira da região, por meio do decreto nº 8.799 de 09.12.1882. Larangeira conheceu os ervais por ocasião dos trabalhos de demarcação da Fronteira Brasil-Paraguai após a Guerra do Paraguai, onde trabalhou na demarcação da fronteira. Assim que o Barão de Maracaju foi nomeado presidente da Província, Larangeira recorreu a sua proteção e conseguiu o decreto de 1882.

Estava iniciando assim o surgimento de uma empresa privada com apoio do Estado numa região muito pouco povoada, sendo notório afirmar que o povoamento quase inexistente tenha facilitado as iniciativas de Larangeira. O poder absoluto do empresário não foi longe. Até a Proclamação da República, com o Governo de Antonio Maria Coelho, os interesses de Larangeira estavam garantidos, tendo o mesmo a liberdade de, sempre que necessário, requisitar a presença do Estado para garantir seus interesses privados. A deposição de Coelho, pela “revolta armada” chefiada por Generoso Ponce e a Família Murtinho colocou em xeque o poder absoluto do empresário. Os Murtinho passaram a exercer o controle da empresa por meio do Banco Rio e Mato Grosso, sendo que Thomaz Larangeira passa a figurar como um sócio minoritário, criando assim a Cia Matte Larangeira (ARRUDA, 1989, p.42).

Os negócios da Matte estavam centrados na exploração dos vastos ervais nativos existentes no sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul. A posse da terra como já afirmamos se dava por arrendamentos de terras públicas, chegando a perfazer um total de 5 milhões de hectares. A mão de obra empregada era basicamente constituída por paraguaios, imperando a subordinação do trabalho pela escravidão por dívida. Praticamente toda

produção da empresa se destinava à exportação (especialmente para o mercado argentino), sendo que a empresa dispunha de escritório em Buenos Aires, onde a erva era beneficiada (ARRUDA, 1989, p.45).

Em 1902, a falência do Banco Rio e Mato Grosso promoveram alterações no domínio acionário da empresa, em sociedade com a Família Murtinho, mas controlada pelo grupo argentino Francisco Mendes Gonçalves & Cia, fundando a Larangeira, Mendes & Cia.

A presença da empresa dificultou a expansão de frentes migratórias nas áreas de arrendamentos, entretanto não impediu. A migração de gaúchos na região atrapalhava os interesses da empresa, que sempre quando necessário, buscava apoio aos seus “amigos” representantes do Estado. O uso da violência em todo território mato-grossense era algo comum à época, tanto pelos fazendeiros pecuaristas (os coronéis), quanto pela empresa, prevalecendo o clima hostil e de impunidade. A presença de gaúchos na região da Matte chegava a ordem de 5.000 migrantes já em 1905, que se destinavam principalmente à pecuária e à extração “clandestina”¹⁴ da erva mate.

O grande embate que se travava entre os migrantes gaúchos e empresa se dava pelo fato de esses migrantes reivindicarem um trabalho autônomo, longe dos interesses da Cia., ou seja, enquanto a empresa tentava impor mediante sua força política e militar o trabalho sob o regime de escravidão por dívida, aos gaúchos interessava o trabalho autônomo por meio do qual pudessem ser proprietários de seus meios de trabalho e subsistência. A insistência dos gaúchos favoreceu a primeira perda do poder pleno da Matte, quando à época da renovação dos arrendamentos em 1916.

¹⁴ Toda exploração de erva-mate não processada pela Cia era considerada clandestina. A empresa reprimia toda forma de exploração que não fosse pela mesma, tendo para isso o apoio do Estado e de suas forças de opressão particulares. Entretanto, a repressão não impediu que outros se dedicassem ao processo de elaboração, denominados de *changa-ys*, conseguiam comercializar a erva na região de fronteira com o Paraguai. Em 1915, Arruda (1989, p. 45) afirmou que 30% da erva produzida se processava por produtores “clandestinos”.

A solução para a renovação dos contratos em 1916 apareceu com a Resolução nº 725 de 24.09.1915, que estabeleceu as bases dos novos arrendamentos. Garantia aos que, antes de 1914, já moravam dentro da área arrendada, a preferência para a aquisição de até 7.200 hectares dentro dos limites do arrendamento, mesmo que contivessem pequenos ervais. (ARRUDA, 1989, p.73).

A Resolução limitou também a área dos arrendamentos em 1.440.000 hectares, a serem escolhidos pelo arrendatário, e fixava em 10 anos a duração do contrato. A medição dos terrenos ficou sob responsabilidade do Estado. O reconhecimento da preferência de compra para os ocupantes da área a ser arrendada representou uma vitória dos gaúchos (ARRUDA, 1989, p.73).

Segundo Albanez (2003, p.33), a Matte Larangeira é concebida como um corpo estranho que dificultava a ocupação e o desenvolvimento regional.

A produção da Companhia Matte Laranjeira era praticamente toda destinada ao mercado de Buenos Aires. Os gêneros de subsistência eram importados e a tributação que sofria por parte do Estado era bastante baixa frente à grande capacidade de produção. Do ponto de vista econômico e social, portanto, as críticas de vários observadores têm sido implacáveis em relação à Empresa, classificando-a como um verdadeiro enclave – corpo estranho à região, voltado para fora, que pouco contribui para o desenvolvimento local.

Dificultar a ocupação dessa região pela Matte, nas palavras de Brand (1993), simbolizou, entretanto, a manutenção dos modos de vida dos indígenas que aqui se faziam presentes. Num primeiro momento, o contato entre os interesses da empresa com os indígenas simbolizou sua escravidão, entretanto, as fugas dos indígenas que conheciam bem essa região, mudou os planos da empresa, que então passa a buscar mão de obra paraguaia. Como na região dominada pela Matte havia abundância de terras, tanto para a extração da erva, quanto para permitir a manutenção dos modos de vida indígenas, seus hábitos e costumes pouco se alteraram no período em que a Cia. manteve sua influência.

A Cia., também não incentivava a formação de cidades. Alguns povoados, entretanto, vieram a se estabelecer a partir da atuação da empresa, como a atual cidade de Ponta Porã (como caminho para se atingir ao porto de Concepcion no Paraguai), Porto Murtinho, criada para escoar a produção pelo rio Paraguai, Guaíra, moderna vila criada pela Cia. no estado do Paraná, para ser o entreposto comercial no momento em que a erva passa a ser escoada pelo rio Paraná até o rio da Prata, Campanário¹⁵, outro moderno povoado em Mato Grosso do Sul, estabelecido como sede principal da empresa a partir da década de 1920, era dotada de uma infraestrutura moderna que surpreendia a todos os visitantes a época (ARRUDA, 1989, p.97).

Foto 1: Povoado de Campanário na década de 1920

Fonte: Prefeitura Municipal de Caarapó, coletado em 15 de julho de 2010.

Na fotografia 1, é possível identificar o sentido de urbanização no povoado de Campanário. Enquanto só havia povoados com papéis praticamente irrisórios, Campanário era dotada de uma infraestrutura invejável a diversos núcleos urbanos no país à época. Possuía eletricidade e uma série

¹⁵ Destaque para sua importância e toda infra-estrutura existente na época, referendada inclusive pelo jornalista Assis Chateaubriand em sua visita à Matte. Campanário possuía modernas instalações na época, como escola, hospital, hotel, fábrica de gelo, eletricidade, água, esgoto, cinema, quadras de esporte, pistas de corridas de cavalos e um cassino, no qual a fina sociedade de Campanário se reunia à noite para ouvir música, jogar *bridge* e *snooke*. A mesma não se transforma em cidade justamente porque era de domínio privado, uma pequena vila com ares de moderna cidade, controlada e vigiada pela empresa (ARRUDA, 1989, 97).

de serviços tipicamente urbanos numa região muito pouco habitada. Em Campanário havia escola e hospital de boa qualidade, por exemplo, que serviam à população da região. Esses mesmos serviços se faziam importantes devido às necessidades daqueles que habitavam Campanário, como os administradores da empresa e outros profissionais mais qualificados que necessitavam de serviços e formas de lazer mais sofisticados. Campanário, entretanto, mesmo com “ares” de moderna cidade, não se transforma enquanto tal. Nem poderia ser, pelo fato de pertencer a uma empresa privada, que nenhum interesse tinha em transformar o que era de propriedade sua em algo público. Tratava-se então de um povoado, uma “ilha” com características urbanas modernas à época, mas num ambiente com tensões e rusticidade em relação ao trabalho e à sobrevivência.

Nessa conjuntura, o povoado de Santa Luzia e de Caarapó¹⁶ se constituiu como passagem para os carreteiros de erva puxados a bois que tinham como destino o Porto de Concepcion, Porto Murtinho e posteriormente o Porto Felicidade (no atual município de Juti), servindo assim, como refúgio seguro para o descanso da viagem à noite, evitando possíveis assaltos.

A foto 2 retrata as formas rudimentares de escoamento da erva via Porto Murtinho até Buenos Aires. A utilização da bacia hidrográfica do Rio Paraguai, à época, era a única alternativa para se atingir importantes mercados consumidores tendo em vista que rodovias e ferrovias eram inexistentes. Tratava-se de embarcações bastante simples nas quais a erva-mate era escoada dentro de sacarias. Até esse momento da produção a erva era semi elaborada, sendo que a fase final de elaboração para consumo se realizava por outra fábrica pertencente também à Matte Larangeira em Buenos Aires. Com isso também, o produto tinha maior facilidade para ser incorporado no mercado platino.

¹⁶ Na época, um povoado distante cerca de 30 km de Campanário, principal sede da Matte.

Foto 2: Exportação de erva-mate via Porto Murtinho – década de 1920
Fonte: Prefeitura Municipal de Caarapó, coletado em 15 de julho de 2010.

É importante destacar também o fato de que o Estado muito pouco se fazia presente na região, já que obrigava a Cia. a construir suas próprias formas de circulação para transportar a erva até os mercados platinos. A empresa fora responsável pela abertura de estradas, construção de ferrovias, portos, inclusive núcleos urbanos que serviam como entrepostos comerciais, como o caso de Guaíra no estado do Paraná.

O declínio das atividades da Cia. Matte Larangeira se dera por dois motivos: o primeiro foi a redução da sua exportação para o mercado argentino a partir da década de 1930, devido ao fato de o Estado argentino passar a incentivar a produção nacional com subsídios, aumentando os tributos sobre a erva brasileira. O segundo motivo foi a Revolução de 1930, na qual a ascensão de Vargas ao poder passou a impor novas regras para a ocupação, passando a implantar uma política de expansão da fronteira agrícola com base na

propriedade privada da terra. O argumento dessa política seria conceber essas áreas enquanto “espaços vazios”, conceito que discutiremos a seguir.

1.1.2 Expansão da propriedade privada: retórica dos espaços vazios e urbanização em Caarapó

O discurso estadonovista de que havia áreas pouco habitadas (espaços vazios) marca o processo de colonização incentivada a partir da ascensão de Vargas ao poder na década de 1930, fato que vem a se efetivar no decorrer dos anos 1940 com a Marcha para Oeste. Como pudemos demonstrar, as terras de fato não estavam vazias; pelo contrário, havia um clima intenso de disputa pelo acesso. Poderia ser considerada sob a ótica da expansão capitalista e da propriedade privada, como áreas pouco aproveitadas, e sua renda não poderia ser extraída na totalidade em razão das dificuldades para atingir grandes centros consumidores.

Se o temor dos proprietários da Matte Larangeira, por algum tempo esteve concentrado em barrar a entrada de migrantes indesejados, tendo como suporte a ajuda mútua de um Estado dominado por “amigos” de confiança da empresa, a partir da ascensão de Vargas ao poder e sua política adotada chamada “Marcha para Oeste” com a intervenção direta do Estado Federativo sobre os estados, o poder absoluto da Cia. na região estava por se encerrar. Para tanto, a empresa passou a adotar novos discursos. Sua principal retórica seria justificar sua atuação como uma empresa nacionalista que possibilitara a ocupação brasileira em áreas “selvagens”. No discurso da Matte, a área já estava ocupada, não havendo necessidade da preocupação do Estado em promover a ocupação das grandes áreas arrendadas.

Para tanto, a Cia passa a promover, segundo Arruda (1989), um grande esforço em sensibilizar grupos formadores de opinião, divulgando propagandas sobre os grandes feitos da empresa “desbravadora de sertões despovoados”. A Matte, para tanto, passa a patrocinar a vinda de figuras ilustres para realizar

visitas em sua sede (Campanário), como jornalistas, poetas e o próprio presidente da república, Getúlio Vargas. A língua espanhola, muito comum nessa região em razão da grande massa de trabalhadores paraguaios, passa a ser reprimida, sendo adotada a língua portuguesa nas escolas instaladas nas sedes da Cia., cujo objetivo era educar as crianças nos desígnios nacionalistas.

Entretanto, todo esforço dos representantes da Matte parece ter sido em vão (mesmo porque o momento era outro; estava esgotada a possibilidade da empresa recorrer a seus “amigos” representantes da esfera estadual). A política de Vargas, ao assumir o poder era outra. Segundo Lenharo (1986), a política da Marcha para Oeste constava em ocupar áreas que historicamente estiveram sob litígio, como era o caso da região que se encontrava sob domínio da Cia., lugar em que foram estabelecidos os combates da Guerra do Paraguai. Para tal, foi efetivada a formação do Território Federal de Ponta Porã em 1943. Além disso, ao Estado Novo interessava ocupar áreas pouco povoadas e diminuir as tensões e conflitos pela terra, como era o caso verificado na região Nordeste, na qual a política de Vargas apontava para o beneficiamento das elites nordestinas (que o apoiaram durante a revolução de 1930) ao não realizar a reforma agrária naquela região, que levaria ao esfacelamento do poder das elites locais, mas transferir trabalhadores sem terra para o sul de Mato Grosso.

Na prática, as atividades exercidas pela Cia. provocavam um forte esvaziamento do discurso nacionalista: apenas a porção territorial era nacional, porque de resto baseava-se numa atividade estrangeira. Os trabalhadores eram paraguaios, o que possibilitava a difusão da língua espanhola. As relações comerciais estavam baseadas principalmente no mercado platino, sendo a empresa praticamente tomada por capitais argentinos. Havia grande circulação de moeda estrangeira, como o caso da libra esterlina. Outro fator era que a empresa dificultava ao máximo a ocupação por migrantes independentes que não estavam à disposição como mão de obra para a empresa. Além disso, a empresa criou um forte clima de esvaziamento do Estado na região, o que

poderia facilitar o surgimento de grupos separatistas contrários à política de integração brasileira.

Lenharo (1986) ressalta que o Estado Novo teve que intervir de forma rígida nesse espaço. Primeiramente, retirando o controle das terras que estavam sob o domínio dos Estados locais¹⁷ para a esfera federal. Em segundo momento, fora necessário eliminar o poder paralelo dos grupos locais, como os coronéis e as milícias comandadas por interesses privados, em que imperavam o roubo de gado, o contrabando de armas, submetendo os agregados a relações de trabalho baseadas em vínculos pessoais. Assim, é instaurada a lei do desarmamento a partir de 1937, os coronéis, de responsáveis pela ordem e segurança pública, passam a ser classificados como bandoleiros, eliminando, contudo, o intenso clima de impunidade.

Temos a instauração em 1943, do Território Federal de Ponta Porã (no “coração” da Cia) para resguardar a área de fronteira, retomando assim as terras concedidas para fins de colonização. A partir de então, uma nova política quanto ao uso da terra começa a ser instaurada, privilegiando a propriedade privada da terra, por meio da colonização pública, como o caso da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, assim como na comercialização de grandes extensões de terras públicas a grupos empresariais com fins à comercialização de terras em lotes menores.

Para os indígenas, o avanço da frente pioneira simbolizou a mudança brusca de seus modos de vida. Enquanto a presença da Matte possibilitou, segundo Brand (1993), em parte, a manutenção de seu modo de vida, tanto por dificultar a ocupação das terras quanto por permitir a livre circulação dos indígenas nas áreas sem a presença de ervais.

A partir de 1915, a atuação da SPI, já no primeiro momento de perda absoluta dos domínios da Matte, segundo Brand (1993, p.69), “*Oficializa-se*

¹⁷ Segundo Albanez (2003, p.40), desde a República, a política fundiária passa a ser competência dos estados, o que permitiu a transferência para as oligarquias regionais o monopólio sobre a posse da terra.

assim um amplo processo de confinamento compulsório dos índios kaiowá dentro das oito reservas de terras que lhes são destinadas”.

O confinamento apontado Brand (1993) simboliza uma alteração radical sobre os modos de vida dos indígenas da região, que entendem a terra como objeto de uso e não como elemento da troca. Segundo Brand (1993, p.71), *“Para conseguir a expulsão dos índios de terras que ocupam e o seu confinamento nas reservas, o recurso à violência física passa a ser comum, como atesta o relato do funcionário do Posto Indígena Benjamim Constant”.*

Durante o período de estudo pela SPI para a demarcação de terras indígenas, mesmo havendo grande disponibilidade da mesma, haja vista que sua valorização era quase inexistente, privilegiou-se mesmo assim, o confinamento dos indígenas em pequenas reservas, impedindo os mesmos de preservarem algumas características de seu modo de vida. Tal fato vai resultar, posteriormente, em problemas para os mesmos, como o reduzido acesso a terra como no caso da reserva indígena Te`Yi Kuê existente em Caarapó. Para Brand (1993, p.77), eram evidentes as estratégias de confinar os indígenas em pequenas extensões de terras, geralmente próximas às cidades, inviabilizando a manutenção de sua cultura e tradição e forçando esses povos a buscarem atividades remuneradas nas cidades próximas, se transformando numa mão de obra barata tanto para atividades urbanas quanto para o trabalho nas fazendas da região.

Sobre o contexto da conformação da propriedade privada, Lenharo (1986) reporta-se aos ideais do Estado Novo sobre o processo de colonização, em se colocar uma moderna agricultura capitalista que superasse uma suposta estrutura “feudal”, promovendo um cerco em longo prazo sobre o latifúndio improdutivo e instaurando uma moderna atividade agrícola que fosse capaz de atender aos interesses industriais. Para Lenharo (1986, p.14),

(...) o *slogan* da Marcha para Oeste visava, entre outros alvos, criar um clima de emoção nacional de modo a que todos os brasileiros

se vissem marchando juntos, e, conduzidos por um único chefe, consumassem coletivamente a conquista, sentindo-se diretamente responsáveis por ela.

A preocupação com os supostos “espaços vazios” era evidenciada, segundo Lenharo (1986, p.18), não apenas pela sua ocupação econômica, mas especialmente para fixar o homem à terra por meio de métodos cooperativos. A colonização era a maneira de fixar uma massa significativa de trabalhadores rurais à terra, evitando que as conquistas efetivadas para o trabalhador urbano da moderna indústria, que estava sendo estruturada, pudessem ficar corroídas em caso de um processo de migração acelerado do campo para a cidade. Assim, as garantias oferecidas para o trabalhador urbano da indústria nos anos 1940 não foram estendidas para o trabalhador rural.

As Colônias Agrícolas foram pensadas numa organização de auto-abastecimento para se expandir num lócus urbano-industrial, funcionando como cidades indústrias instaladas em espaços pouco habitados, podendo irradiar seus princípios para o entorno, como no caso da fundação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, cuja cidade de Dourados, instaurada segundo a concepção estadonovista num grande vazio populacional, se transformaria numa moderna cidade para atender à agricultura capitalista que estava por se criar, podendo, contudo, desenvolver o mercado interno e a indústria (LENHARO, 1986, p.48).

Para o sucesso do modelo de colonização pública, as normas eram rígidas, inclusive os modos de vida dos colonos eram controlados pelos administradores. Para tanto, Lenharo (1986, p.54) afirma:

O pé descalço, a camisa fora da calça, cachimbo de barro, o aguardentismo, o jogo, foram coisas banidas em Pedras. Os preceitos de higiene eram tão rigorosamente obedecidos que ninguém sequer cuspiu num passeio, ou se cuspiu, por inadvertência, merecia séria reprovação dos demais.

Entretanto, a política de colonização ou Marcha para Oeste terminou em possibilitar um novo contexto para a ocupação da terra: sua intensa valorização. A gênese da propriedade privada da terra resultou numa mudança quanto à política de transferência de terras públicas para o setor privado. Privilegiou-se, a partir de então, a transferência pela venda de terras devolutas. Entre 1940 e 1960, a venda de latifúndios passou a ser a principal receita do Estado. Em geral tratava-se do reconhecimento de posses, geralmente de terras griladas. Após a deposição de Vargas em 1945, o poder decisório sobre o processo de colonização volta a ser incumbência dos estados, permitindo a promiscuidade do jogo do poder, tais como a troca de votos por terras. Na década de 1950, a maior fonte de arrecadação pública no estado de Mato Grosso advinha do comércio de terras (ALBANEZ, 2003, p. 55).

Lenharo (1986) e Moreno (1993) destacaram em seus trabalhos que a frente pioneira¹⁸ proporcionou o comércio febril de terras no Mato Grosso, a perpetuação de jogos de interesses de troca de privilégios por terras, beneficiando especialmente os grandes capitais que nesse espaço se instalaram enquanto companhias particulares de colonização, como o caso da Cia de Colonização Lunardelli, que adquiriu da Matte Larangeira 450.000 hectares de terras com fins à implantação de áreas produtoras de café e também a especulação de terras pela venda de lotes que levaram à formação de povoados em Caarapó, como os atuais distritos de Nova América e Cristalina, e as glebas do Engenho Velho, Saidju, Colônia Paulista e Café Porã.

Nesse sentido, Moreno (1993, p.223) afirma

Desse modo, de 1951 a 1955, houve um total de 7.363 títulos provisórios em 21.949.568 hectares. A renda total foi de Cr\$129.803.110,69, confirmando a tese de que a maior arrecadação do estado provinha da venda de terras devolutas. Entre 1956 e 1960 foi expedido um total de 3.234 títulos provisórios com 12.049.698,38 ha, e 2.343 títulos definitivos, com 9.920.565,794 ha, rendendo aos cofres estaduais um total de Cr\$

¹⁸ Reafirmando que os autores fazem uma análise de frente pioneira como temporalidade distinta da frente de expansão.

198.154.056,40. Para o período de 1961 a 1964, o movimento com as terras públicas continuou alto: 1.354 títulos provisórios, com 3.885.224 ha, e 2.398 títulos definitivos com 10.315.146 ha, obtendo o governo nesse período a renda total de Cr\$ 331.056.822,00.

Albanez (2003) destaca também que o processo de valorização das terras, a partir da década de 1940, acarretou novas dinâmicas para o antigo Sul de Mato Grosso. A abertura de troncos rodoviários nos anos 1960, ligando o Mato Grosso ao Sudeste, proporcionou a elevação de Campo Grande como principal cidade do sul do Estado devido sua posição estratégica em detrimento de Corumbá, cuja economia voltada pelo eixo de integração hidroviária pelo rio Paraguai na bacia Prata passa a entrar em decadência.

A política de colonização serviu mais para controlar a entrada de colonos imigrantes do que a expansão da pequena propriedade, deixando clara a opção dos governantes por uma política de concentração fundiária, cujas bases já vinham se firmando na desenfreada apropriação de grandes propriedades. (MORENO, 1993, p.145-6)

Segundo Martins (1997, p.153),

No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que supunham os que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas.

Albanez (2003, p.42) destaca que o resultado de todo esse percurso foi que, com o passar das décadas, algumas ranchadas, ou entrepostos foram, sobretudo, com a chegada das frentes pioneiras modernas, aglutinando população e elevando-se da condição de núcleos populacionais a vilas e distritos para, por fim, alcançarem o *status* de sedes de municípios emancipados.

Assim, vemos o caso de Caarapó, um aglomerado constituído nas primeiras décadas do século XX, basicamente como entreposto para o abastecimento das tropas de carreteiros de erva-mate, povoado por paraguaios e gaúchos com diminuta população, que é elevada a condição de distrito e posteriormente em município na década de 1950. Destaque para a economia municipal, baseada na extração e produção da erva-mate e na pecuária que só vem a modificar em parte suas características a partir da década de 1960 com os projetos de colonização e incentivos a agricultura, com destaque para a cultura do café.

O que era um povoado com funções urbanas limitadas ou pouco definidas, em que rural e urbano possuíam poucas distinções, passou por uma nova metamorfose posterior à década de 1960, com o assentamento da propriedade privada da terra, da intensa migração, a reestruturação urbana com a ampliação dos estabelecimentos comerciais, dos arruamentos e outras funções urbanas mais distintas.

1.2. Formação do aglomerado urbano e constituição da cidade de Caarapó

Como descrevemos anteriormente, enquanto o processo de ocupação espontânea permitiu a formação de uma povoação rarefeita e uma estrutura urbana quase inexistente na qual as trocas comerciais eram praticamente nulas, com a colonização, a formação das propriedades privadas e ampliação dos meios de circulação, percebe-se uma gradual ampliação das relações de trocas, o aumento dos estabelecimentos comerciais. Isso aumentou a população do povoado, e, nos anos 1930, o elevou à categoria de Distrito de Paz de Juty, na Vila Caarapó.

Enquanto no início do século eram raros os municípios no estado, atualmente, a divisão administrativa já se encontra mais estruturada, contando atualmente com 78 municípios emancipados.

Para a elaboração desta parte do trabalho, tivemos a difícil tarefa decorrente da precariedade de materiais existentes e publicados. Foi necessário realizar trabalhos de campo como entrevistas qualitativas, coletas de dados em órgãos públicos entre outros. Esses procedimentos demonstraram-nos, em parte, um panorama das estruturas socioeconômicas existentes em Caarapó e os modos de vida do passado para a compreensão do presente. A pesquisa, entretanto, não se pautou em fazer um relato de memórias, já que as entrevistas realizadas serviram para demonstrar como se percebia a cidade e a agricultura no passado e como ela se põe no presente.

Caarapó é lembrada, segundo nossas coletas de informações, como área de belas aguadas, entre as cabeceiras dos córregos Caarapó, do Engenho Velho, Saijú e Diogo Cuê, no espigão mestre. Segundo Oliveira (1987, p.19), tratava-se de um local próprio para paragem de carreteiros, já no período de exploração de erva-mate, servindo como um lugar seguro para o pouso de tropas que levavam erva.

Os primeiros moradores não índios da região datam do final do século XIX. Essa população era basicamente composta por paraguaios e gaúchos que se dedicavam à cultura da erva-mate e à pecuária extensiva. Como dito anteriormente, nessa região, prevaleceram os interesses da Cia. Matte Larangeira até o período de renovação dos contratos de arrendamento dos ervais em 1916. Reafirmando, a presença em toda região, inclusive em Caarapó de populações não integradas à Cia., forçou a redução do poder exclusivo da empresa, impondo a mesma a permitir a presença de trabalhadores, coletores de erva e pecuaristas independentes na região.

Entretanto, a atuação da Matte no território que hoje compreende Caarapó pode ser notada até a década de 1940, impondo sempre seus

interesses¹⁹. Segundo entrevista concedida por Arari Fernandes em 26 de junho de 2010, “em Caarapó, a erva-mate na década de 1940 rendia muito dinheiro, era explorada especialmente por paraguaios e gaúchos”.

Foto 3: Família de Trabalhadores nos Ervais – década de 1950

Fonte: Prefeitura Municipal de Caarapó, coletado em 15 de julho de 2010

A fotografia 3 reproduz parte das características dos trabalhadores na região no período em que se predominava a economia de excedentes e a exploração dos ervais com fortes vínculos ao campo. A figura aponta a existência de famílias numerosas, já que a prole de muitos membros tenderia a melhorar as formas de reprodução familiar, visto que mais braços destinados ao trabalho permitiam o aumento das rendas das famílias. Outro fato marcante

¹⁹ Destaque ao famoso caso que envolveu um dos primeiros moradores do povoado de Caarapó, Nazário de Leon, paraguaio que de simples ervateiro e campeiro, consegue o título definitivo de uma área de terras próximas à atual área de Caarapó, uma fazenda chamada pelo mesmo de La Buena Vista, uma área de 3.500 ha. Enganado pelo sobrinho (Dr. Azevedinho), troca suas terras pela área que hoje compreende o município de Caarapó, que compreendia cerca de 5.000 ha. Essa área, entretanto, não estava escriturada, estando sob disputa junto à Cia Matte Larangeira. Em 1927, Nazário de Leon fora novamente enganado, dessa vez pelos agentes da Cia Matte Larangeira, tendo assinado (em razão de ser analfabeto e estar sem a presença de seu advogado) um termo de desistência das terras de Caarapó. Nazário, um homem com significativas posses para a época, morre empobrecido em 1946 (OLIVEIRA, 1987, p.23).

na figura era a simplicidade nas vestimentas, porque na economia de excedentes, as famílias fabricam quase tudo que necessitam, inclusive as mulheres eram ensinadas, desde cedo, a costurar e a fabricar as roupas dos demais membros da família, adquirindo apenas os tecidos e aviamentos.

Durante a primeira metade do século XX, as atividades econômicas existentes em Caarapó eram bastante residuais, demonstrando significativo empobrecimento econômico e não possibilitando o crescimento do núcleo urbano. Isso se deve por dois motivos: primeiro porque a Cia. Matte Larangeira dificultava a ocupação das terras e conseqüentemente isso implicava na dificuldade do assentamento da propriedade privada e da urbanização. Segundo porque as relações de trocas eram bastante escasseadas, devido principalmente às dificuldades encontradas pelos pioneiros que se assentaram nessa região. Conforme entrevistas, a grande dificuldade em se atingir os centros urbanos de maior porte (especialmente Ponta Porã) aponta o volume reduzido de trocas.

Ponta Porã foi a primeira cidade com a qual Caarapó estabeleceu maior volume de trocas. Na cidade de Ponta Porã, eram comercializados o gado e principalmente a erva-mate, até os anos 1950., Essa cidade fornecia ainda outros produtos necessários a esse povoado, especialmente o sal, o trigo (importado da Argentina), tecidos e querosene. Essa economia, caracterizada como de excedentes, possuía diversas dificuldades, especialmente no que tange ao transporte das mercadorias, sendo as condições de circulação bastante precárias. O transporte era realizado por picadas abertas na mata e por parte das vias de circulação usadas pela Matte (os relatos apontam que um pequeno percurso poderia demorar dias). Em entrevista concedida por Joaquim Batista Severo, coletada junto à Prefeitura Municipal de Caarapó em 15 de julho de 2010, é possível observar o seguinte:

A erva era levada pra Ponta Porã e de lá se trazia mercadoria. Levava 6,7 e às vezes até 12 dias para ir e voltar. O caminho era pela “boca da picada”. O seu Osório Pedroso da Silva morava na

“boca da picada”, era comerciante. Mais na frente, lá no “Central”, lugarejo prá lá de Laguna, tinha o seu Mário, tinha a fazenda do seu Lino Cardenau e mais pra frente ainda tinha o seu Luga e a fazenda do Deufino Vieira, à direita.

Como se percebe, a relação espaço-tempo era bastante distinta do período atual, com viagens feitas por carretas puxadas por bois e percurso a cavalo. As estradas, quando existiam, eram precárias, e as comunicações, também. Havia dependência política de Cuiabá, capital de Mato Grosso. Segundo entrevista concedida por Garcia Kemparsk, coletada em 26 de julho de 2010, *“uma pequena solicitação, por menor que fosse a Cuiabá levava meses ou anos”*.

Em outra entrevista, concedida por Egídio Cariaga em 18 de julho de 2010, obteve-se a informação de que na sede da Cia. Matte Larangeira, em Campanário, eram oferecidos outros serviços à população local, que basicamente consistia numa estrutura urbana particular para atender aos interesses econômicos e administrativos da empresa. Campanário, criada a partir da década de 1920 e distante 30 km de Caarapó, oferecia estrutura médica e educacional moderna à época, inexistente na mesma proporção em Ponta Porã. Atendia muitos moradores da Vila de Caarapó, mas como se tratava de uma pequena privada, deduz-se que seus serviços eram oferecidos aos que não se opunham à Cia.

A formação do Distrito de Paz iniciou-se em 1925 na Vila Santa Luzia (atual município de Juti). O movimento de criação do Distrito de Paz de Juty não se prolongou, e foi incorporado por moradores na perspectiva de transferir o Distrito de Paz para a Vila Caarapó, sendo redigida a ata e encaminhada para Cuiabá em 1928. Em setembro de 1929 foi confirmada pelo Governador do Estado a criação do Distrito de Paz de Juty com sede na Vila Caarapó, e foi também criada a área de patrimônio, segundo o entrevistado Egídio Cariaga²⁰ da Vila de Caarapó, perfazendo um total de 900 ha, entre os córregos Caarapó

²⁰ Segundo entrevista de Egídio Cariaga em 18 de julho de 2010, Nazário de Leon, após perder a quase totalidade das terras que possuía, aceitou doar o pouco que lhe restava para a formação do Patrimônio de Caarapó.

e Diogo Cuê em terras outrora pertencentes a Nazário de Leon, Arthur Pereira da Silva e da Matte Larangeira. (OLIVEIRA, 1987, p.24)

A intenção de instaurar o Distrito de Paz de Juty na Vila de Caarapó “foi minada” pela ação do Governador Aníbal Benício de Toledo, um “amigo da Cia. Matte Larangeira”, que pouco antes de sua deposição pela Revolução de 1930, em um ato de vingança contra os interesses da Cia., transfere a sede do Distrito de Paz para a Vila Santa Luzia. Esse ato provocou a dependência da Vila Caarapó a Santa Luzia, Ponta Porã e, posteriormente, a Dourados, após a emancipação deste município de Ponta Porã em 1935. Com a redemocratização do país em 1946, novamente se forma um movimento político na Vila Caarapó com a intenção de se criar um Distrito de Paz que se desmembrasse de Juty, tendo se efetivado em 1948 (OLIVEIRA, 1987, p.24-5).

Em 1952, o Distrito de Paz de Caarapó foi elevado à condição de sub-prefeitura de Dourados, condição que se firmou até 1958, quando obteve sua emancipação política. A transição política apenas se efetivou com a eleição do primeiro prefeito municipal em 1962, Eptácio Lemes dos Santos que tomou posse em 1963.

Foto 4: Instalações da Prefeitura Municipal – década de 1960

Fonte: Prefeitura Municipal de Caarapó, coletado em 15 de julho de 2010

Foto 5: Novas instalações da Prefeitura Municipal – década de 1970

Fonte: Prefeitura Municipal de Caarapó, coletado em 15 de julho de 2010

É possível observar, nas fotografias 04 e 05, a precariedade existente na conformação da cidade. A foto 04 mostra o primeiro espaço (improvisado) que foi utilizado para abrigar a sede da Prefeitura Municipal durante a década de 1960. Tratava-se de uma construção em madeira numa estrutura bastante rústica. Já na foto 05, a construção do novo prédio demonstra a conformação de uma estrutura mais moderna, não apenas da estrutura administrativa, mas as próprias formas urbanas, percebidas no arruamento retilíneo em frente à Prefeitura, que foi o espaço destinado à construção da Praça Pública.

Na estrutura política que se estabeleceu por décadas em Caarapó, segundo relatos de alguns entrevistados, dentre eles, Arari Fernandes, Garcia Kemparsk, Aparecido Fernandes dos Santos, em 21 de junho de 2010 e Jacinto Marques, entrevistado em 26 de junho de 2010, observa-se um intenso clima de rivalidade política. Prevalecia a “política de favores” com base em relações coronelistas, rivalizada por políticos ligados à legenda UDN contra os grupos ligados às legendas PSD e PTB. A rivalidade entre os grupos resultava inclusive em agressões verbais e físicas. Pertencer a um grupo de políticos ligados ao poder poderia simbolizar uma série de privilégios, como a ocupação de cargos públicos e também a requisição de terras e lotes urbanos. Joaquim

Batista Severo, em entrevista obtida junto à Prefeitura Municipal de Caarapó em 26 de julho de 2010 relata:

Eu comecei a votar em Caarapó. Conheci muito o seu Cid. Ele foi nomeado (prefeito), ele sempre dava assistência pra pessoa que precisava, levava daqui pra Dourados, de jardineira ou de caminhão: saía cedo e voltava à tarde.

Foi o Waldemar que abriu a estrada da Fazenda do Jofre. Eu votei no Eptácio. Fui muitas vezes com ele no comício da Vila Juti. O seu Armando foi quem mandou “medir certo a rua”, foi quem largou tudo certinho. Foi um bom prefeito. Construiu prédio também.

Quando o seu Cid quis construir um hospital onde é o Grego, o Eptácio, seu adversário político não deixou. O “buchicho” (cochicho, falatório) começou por aí. Eu não sei porque o Eptácio mandou prender o seu Cid, dizia. Quando o prefeito foi baleado eu estava cerrando com o Antunes lá na fazenda do Rodolfo Acosta. Aí, suspeita um, suspeita outro e assim vai, mas, quando descobriram que era ele, de certo queriam prendê-lo. Daí ele cismou e foi posar lá onde a gente estava, no rancho da fazenda do Rodolfo Acosta. O Antunes, muito gozador foi se “bobiando” e falou:

_ Acho que foi o “Chiru” que atirou no prefeito e está escondido aqui.

_ Eu não. Se fosse eu, já tinha ido embora. Eu não tinha nada a ver com isso. Aí eu disse:

_ Seu Cid, o que é que está havendo lá? A gente já sabia, mas fizemos de conta que não...

_ Como está a coisa lá na cidade?

_ Está fervendo? Estão suspeitando de um, de outro? Já descobriram quem foi?_ I!!!... é difícil descobrir.

_ Mas, seu Cid, quem o senhor acha que foi...?

_ Ah! Isso aí não é nada. O pior eles fizeram comigo. Mandaram me prender e bater, sem eu dever nada. Decerto que agora mexeram com quem podia.....

Um elemento simbólico lembrado nessa entrevista é a construção do hospital público em Caarapó, que segundo outros entrevistados teria sido iniciada a partir da administração de Cid Viriato. Como a rivalidade política era forte nesse período, era comum o prefeito sucessor não dar continuidade aos projetos iniciados na administração anterior. No caso do hospital, a administração de Eptácio Lemes dos Santos, ferrenho adversário político de Cid Viriato pôs abaixo a estrutura que havia sido iniciada para a construção na administração anterior, tendo transferido o hospital para o prédio em que estava situada a Igreja Católica, onde hoje está assentado o único hospital

público da cidade, o Hospital Beneficente São Mateus. A Igreja foi construída em outro terreno doado para elevação do novo templo a partir do ano de 1963.

Foto 6: Casamento na antiga Igreja Matriz em 1963 (atual Hospital Beneficente São Mateus)

Fonte: Prefeitura Municipal de Caarapó, coletado em 15 de julho de 2010

A disputa política, em princípio, circulava entre o grupo ligado a Cid Viriato, prefeito nomeado em 1959 para administrar o novo município até que ocorressem as eleições para prefeito em 1962, filiado ao PSD e o político Eptácio Lemes dos Santos filiado à UDN, sub-prefeito entre 1952 a 1955 e o primeiro prefeito eleito em 1962, assumindo o cargo de administrador público em 1963. Segundo informações colhidas nas entrevistas realizadas com Garcia Kemparsk e Jacinto Marques, a obra de construção do hospital público iniciada por Cid Viriato fora demolida por Eptático por mera rivalidade política. As

provocações verbais e físicas levaram a prisão e agressão de Cid Viriato pelo grupo ligado a Epitácio que, em contrapartida, promovera revide com a tentativa de homicídio de Epitácio por pessoas ligadas a Cid Viriato.

Essa condição se perpetuou durante o regime militar com a formação da ARENA. Nessa legenda atuavam os antigos grupos políticos formando suas dissidências (ARENA 1 e 2). O ambiente de rivalidade política fazia florescer uma intensa dominação do público pelo privado, sendo que o administrador público eleito atuava no sentido de privilegiar os interesses dos grupos a ele ligados. A política de favores fora bastante presente desde os primeiros momentos da formação política do povoado até o período de redemocratização do país, com o fim da ditadura militar em 1984 à formação de leis que regulam a função pública, como a Lei de Responsabilidade Fiscal e a obrigatoriedade de realização de concursos públicos para cargos da administração.

A constituição da propriedade privada regulamentada pela compra e venda da terra em Caarapó começa a se efetivar na década de 1960 a 1970, com a presença das Cia. Colonizadora Lunardelli e Ariosto Riva. Esse processo é destacado por Martins (1990, p.68), para o qual o fim da escravidão possibilitara a liberação do capital antes preso à renda capitalizada do escravo para a terra. Tal gênese possibilitara a transformação da terra em mercadoria, novas formas de acesso à mesma, como o intenso processo de grilagem. Alguns fazendeiros paulistas capitalizados, como o caso de Lunardelli, vão acompanhar o processo de expansão da fronteira agrícola, incorporando terras férteis e baratas para um novo ramo de negócio em termos de reprodução do capital: o lucrativo comércio de terras fracionadas.

Até a década de 1950, segundo nossas entrevistas, a terra não possuía quase preço algum. Muitas delas eram requeridas junto ao Estado, que emitia títulos provisórios para posterior regularização. Com a chegada de Lunardelli e Ariosto Riva a Caarapó, por meio de suas Companhias de Colonização, inicia-se o processo de valorização das terras e sua especulação. Segundo Arari Fernandes, Lunardelli chegara a plantar cerca de 260.000 pés de café na

fazenda Caarapozinho. Para Aparecido Fernandes dos Santos, a Colonizadora Lunardelli realizava uma intensa propaganda no Estado de São Paulo. A empresa realizava, para os interessados, um percurso de avião sobre a área comercializada, sendo que de quem comprasse a terra, o ônus do percurso não era cobrado. Mostrava-se uma área já aberta e com cafezais, sendo que a área vendida era coberta de matas originais. Outro elemento destacado era o preço cobrado pelas terras. Como os migrantes não tinham parâmetros com relação aos preços das terras em Caarapó, a Colonizadora cobrava um preço muito maior que o preço de mercado da época.

As colonizadoras foram precursoras de um processo de migração que começa a se assentar em Caarapó. Lunardelli e Ariosto Riva foram responsáveis pelo loteamento das “glebas Caarapozinho, Engenho Velho, Conchita Cuê, Sayju, Café Porã, Liberal e São Lourenço entre 1950 e 1965” (OLIVEIRA, 1987, p.127). Nesse período da história, Prado Jr. (1989, p.24) avalia o momento em que a terra passa a representar não apenas a reprodução do capital pela produção mas também pela especulação, quando grandes latifundiários passam a incorporar, pela aquisição ou pela grilagem, grandes áreas de terras para simplesmente revendê-la de forma fracionada, incorporando a renda obtida com a comercialização. Trata-se de entender a agricultura no Brasil como um grande negócio para a burguesia.

(...) E não precisamos ir longe para verificar que a agropecuária brasileira foi e ainda é em geral um bom negócio: basta observar à que riqueza que proporcionou no passado a seus empreendedores – senhores-de-engenho do Nordeste, seringalistas da Amazônia, cacauicultores da Bahia, fazendeiros de café no Rio de Janeiro, Minas Gerais, S. Paulo, pecuaristas do Rio Grande do Sul; mais recentemente usineiros de açúcar em todas as partes do País. E isso para não citar senão algumas instâncias mais flagrantes e de maior vulto, do bom negócio proporcionado pela agropecuária brasileira. E ainda hoje, dificilmente se negará que fazendeiros e grandes proprietários façam boa figura financeira nos círculos abonados da população, círculos esses a que indiscutivelmente pertencem (PRADO Jr. 1989, p.24).

A introdução do café, que atraiu inúmeros migrantes para a região, não perdurara longo tempo devido principalmente à altitude e ao clima impróprio à esse tipo de cultivo, tendo as fortes geadas da década de 1960 reduzido enormemente a lavoura. As geadas levaram à perda de cafezais e forçaram, desde o início, o processo de redução do povoamento das colônias agrícolas, a formação de propriedades rurais de maior porte e o aumento da população na cidade e nos distritos.

Segundo Lomba, Valente e Silva (1994, p.35),

Teve fundamental importância na instalação das colônias o paulista Jeremias Lunardelli (sic), o “Rei do café” no Brasil, que comprava grandes propriedades de terra e as dividia em duas. Uma das partes era dividida em pequenas propriedades que seriam vendidas aos camponeses, normalmente de origem paulista, que iriam implantar a atividade agrícola nessas terras. O lucro obtido com o loteamento e venda destas propriedades, iriam ser suficientes para que Lunardelli desmatasse e implantasse a atividade agrícola que lhe interessasse na porção de terras que ficava na sua posse.

Em razão da colonização, temos também o surgimento de povoados que posteriormente se transformaram em Distritos de Paz, como Cristalina, elevada a distrito em 1963 e Nova América, também em 1963 (OLIVEIRA, 1987, p.65-7).

Na cidade de Caarapó, a elevação dos preços dos imóveis também é recente. Segundo destacaram dois entrevistados, Egídio Cariaga e Arari Fernandes, a relação de compra e venda é mais atual, como também afirmou Jacinto Marques em: *antigamente para conseguir terreno era só ir na Prefeitura e requisitar. Se fosse aprovado pela câmara, o título era concedido.*

A análise de Suzuki (1996, p.150) evidencia que o ocorrido em Rondonópolis a esse respeito pode ser observado também em Caarapó, sendo que o processo de produção do espaço urbano havia passado, em um primeiro momento, pela doação para, em um segundo momento, ser concebida como

mercantilização da terra. Esses fatos corroboram para se afirmar que nos momentos em que não há valorização imobiliária, a terra possui preço insignificante. Por isso a doação de lotes ao passo que o processo de especulação via mercado imobiliário, passa ela ser concebida como mercadoria, sofrendo consequência então do processo de especulação.

A ampliação dos arruamentos urbanos data dos anos 1970. O processo de crescimento populacional, conjunto ao processo de valorização imobiliária, viabilizou a necessidade por novas áreas urbanas destinadas à habitação. Os primeiros lotes da cidade eram amplos, em razão dos preços dos imóveis serem muito baixos, tendo os mesmos uma dimensão superior a 1000 m².

Foto 7: Abertura dos arruamentos em Caarapó – década de 1970
Fonte: Prefeitura Municipal de Caarapó, coletado em 15 de julho de 2010

Na foto 7, temos a ampliação do núcleo urbano na cidade. Trata-se da expansão urbana horizontal, incorporando áreas agrícolas em urbanas. No entanto, o sentido desse início de arruamento é contraditório, uma vez que ainda não se fazia presente a necessidade de expansão urbana, tornando em muitos casos os lotes distribuídos pela poder público local sob a tutela de interesses eleitorais.

Entretanto, é necessário afirmar que a cidade estava vivendo um novo momento – o da ampliação das trocas comerciais, como pode ser atestado pela foto 8, a Casa Paulista, estabelecimento de comércio varejista de produtos diversos.

Foto 8: Casa Paulista – armazém geral (década de 1960)

Fonte: Prefeitura Municipal de Caarapó, coletado em 15 de julho de 2010

A Casa Paulista foi um dos primeiros armazéns de comércio de Caarapó. O estabelecimento foi edificado na década de 1960 para atender a uma demanda maior do efetivo de consumidores da cidade, possibilitando a necessidade cada vez maior do estabelecimento de trocas. É um fato marcante para compreendermos o processo de absolutização da propriedade privada da terra e contornos mais nítidos entre campo e cidade, para o qual passam a estabelecer relações mais distintas.

Da agricultura do excedente, temos uma agricultura cada vez mais capitalizada e dependente do setor financeiro. A valorização do campo, conseqüentemente, se transporta para a cidade, na qual os terrenos passam a incorporar valor enquanto renda capitalizada, alterando, gradualmente, sua importância única como valor de uso em favor da importância para troca. O modo de vida é outro elemento a se destacar. Em um determinado momento

em que havia poucas relações de trocas, o dinheiro era quase inexistente, as relações estabelecidas entre as pessoas eram bastante diferentes. Segundo Egídio Cariaga, as brincadeiras entre as crianças eram inventadas pelas mesmas. Havia um culto de religiosidades intenso. As festas possuíam também outro sentido, segundo Arari Fernandes.

Para ir em festa tinha que ser convidado, tudo convidado pelo dono da festa. As festas aconteciam em casas. As moças usavam vestidos armados e longos. Quem morava no campo sempre andava armado. O sujeito entregava a arma para o dono da festa, que embrulhava num pano e guardava, devolvendo ao proprietário no final da festa. Briga era raro, havia um respeito muito grande.

Nas entrevistas verifica-se que o uso de armas era comum e livre entre os membros da comunidade, mas o mesmo cita que havia grande respeito (ou medo?) entre os moradores. O mesmo entrevistado narra que supostas desavenças resultavam em brigas que levavam a mortes, sendo comum numa briga “*morrer dois, três ou mais*”.

Podemos destacar também que grande parte das trocas se estabelecia na cidade, inexistindo formas comerciais diversificadas. Na economia do excedente, na própria cidade era comum a criação de animais para fins de alimentação (aves, suínos e outros). As feiras livres eram tradicionais na cidade, para as quais eram trazidos víveres do campo para a comercialização.

Foto 9: Feira livre de Caarapó – década de 1970

Fonte: Prefeitura Municipal de Caarapó, coletado em 15 de julho de 2010

A foto 9 retrata o processo de ampliação das trocas que permitiram o surgimento da feira livre. Na feira era possível realizar o comércio direto entre os produtores rurais e os consumidores da cidade. Tratava-se basicamente do comércio de produtos do campo como frutas e hortaliças, frangos, queijos entre outros produtos. Era realizada na própria calçada da rua, em forma improvisada, ocorrendo especialmente aos domingos pela manhã. Esse tipo de comércio fez parte dos hábitos dos moradores de Caarapó até a década de 1980, vindo a encerrar nos anos 1990. A feira livre retornou sua existência no final da década de 1990 por incentivo do poder público local, mas agora com outros protagonistas, especialmente por comerciantes de Dourados que adquirem parte de suas mercadorias nos grandes centros, como o CEASA e o CEAGESP de São Paulo. Antes, a feira, realizada na rua pública, passa a possuir um espaço específico. Isso demonstra o enfraquecimento, os desestímulos e as dificuldades que passam a sofrer a agricultura camponesa em Caarapó.

Percebe-se que as relações sociais no início da formação da cidade eram mais próximas, mesmo com a impunidade e o medo. O principal conflito

na transição de povoado para cidade ocorria mesmo dentro do âmbito político, para o qual os grupos sociais deveriam pertencer à agremiação política A, B ou C para o acesso a benefícios, direitos e vantagens. Foram-nos relatadas, entretanto, diferenças, a partir das entrevistas, da territorialização entre os grupos pertencentes a culturas distintas. Os migrantes gaúchos e paulistas afirmam que se vivia em harmonia, não havendo preconceitos culturais ou exclusão. Já entre os paraguaios, percebia-se uma animosidade em relação aos gaúchos e a outros migrantes, tendo inclusive registrada certa divisão dessas culturas entre as crianças nas escolas da cidade.

É preciso remeter novamente a compreensão do sentido da fronteira na transição do povoado à cidade, da formação da propriedade privada à modernização da agricultura e o complexo agroindustrial que se tem formado em Caarapó. Conforme afirma Martins (1997), a fronteira deve ser entendida pelo conflito (do indígena e do posseiro em relação ao jagunço a serviço do fazendeiro entre outros agentes que se encontram presentes na fronteira). O conflito que não pode ser entendido apenas pela posse da terra, mas por diversas formas de habitar e produzir o espaço (do camponês capitalista ou não, do latifundiário, da empresa etc.).

Entendemos que o conflito na fronteira pode estar mais intenso em um momento e com menor intensidade em outro. A formação da propriedade capitalista da terra leva a mais aguda forma de conflito entre os membros que já se encontram assentados na terra (indígenas e posseiros) frente aos agentes que transformam a terra em mercadoria (fazendeiros, empresas de colonização e Estado).

Em Caarapó, esses conflitos estiveram marcados desde o início do povoamento, da disputa pela terra entre migrantes gaúchos frente ao domínio pela Cia. Matte Larangeira. Esses conflitos se tornaram ainda maiores com a presença mais incisiva do Estado, que vendia terras a fazendeiros e colonizadoras, expulsando indígenas e posseiros. Fruto dessa política, assiste-se, no atual momento, a novas disputas por terras, cujos principais envolvidos

geralmente são indígenas, camponeses sem-terra e fazendeiros²¹. Dessa forma, a nova fronteira agrícola não se encontra mais no sul do estado de Mato Grosso do Sul, mas no sul da Amazônia (norte de Mato Grosso, Rondônia, Tocantins, sul do Pará). Apesar disso os conflitos verificados na fronteira ainda se vêem presentes na região de estudo.

O encerramento dessa análise sobre a formação histórica do sul de Mato Grosso do Sul e a formação da cidade de Caarapó remonta aos próximos capítulos, a discussão das abordagens atuais, a modernização da agricultura com o avanço da industrialização, os sentidos da relação campo-cidade e as transformações nos modos de vida.

²³ Instrumento criado pelo Governo Federal para o desenvolvimento da região CentroOeste, foi regulamentada pela Lei 7827, de 27 de setembro de 1989, para o qual seus recursos passam a serem administrados via repasses pelo Banco do Brasil.

CAPÍTULO 2 - MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E AVANÇOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO EM CAARAPÓ

Neste capítulo, analisamos o processo do avanço do capital na agricultura que, conseqüentemente, proporcionou a elevação dos preços das terras no campo e na cidade de Caarapó. Esse debate é importante para a nossa análise, porque a expansão do capital no campo reproduz novas relações sociais, promove alterações na relação cidade-campo e na renda terra.

O capítulo 2 será importante para esta tese ao sustentar a discussão acerca da relação campo-cidade em uma cidade de pequeno porte, uma vez que a industrialização com base na agricultura permite a valorização territorial repercutindo na cidade (na estruturação social e nos modos de vida dos moradores).

A reboque da capitalização da agricultura, diversas empresas agroindustriais tais como empresas do ramo de oleaginosas, frigoríficas, de energia entre outras, passaram a atuar em boa parte do Estado de Mato Grosso do Sul em função da elevação dos preços da soja e do milho no mercado, das terras mais baratas e férteis (comparadas as terras no Sudeste e Sul) que impulsionaram a vinda de novas levas de migrantes capitalizados da região Sul do país. É importante também destacar a presença mais incisiva das políticas públicas de Estado que favoreceram a expansão da renda da terra pelos diversos investimentos em infraestrutura, nas melhorias dos meios de transportes, comunicação e principalmente na expansão do crédito tanto para a agricultura quanto para a construção de plantas industriais.

Tal fato vem nos revelando que, mesmo em cidades de pequeno porte, como o caso de Caarapó, há significativas metamorfoses acontecendo nos últimos anos em termos econômicos e na alteração do modo de vida dos moradores. A capitalização da agricultura, que se apropriou tanto da agricultura capitalista quanto, em menor escala, da agricultura camponesa revela outras facetas como a expansão das desigualdades de renda e a concentração de

riquezas apropriadas por uma pequena parcela da população local e, principalmente, por grandes capitais.

2.1. Território e territorialidades: impactos das grandes empresas na agricultura capitalista e camponesa

As categorias centrais a serem utilizadas, neste segundo capítulo, são a valorização do espaço e a territorialização do capital na agricultura, em um período recente, materializadas pelo capital industrial (agroindústrias) que se instalaram no município de Caarapó a partir dos últimos 20 anos.

Para compreendermos a territorialização do capital, utilizamos o conceito de território. Trata-se de uma categoria importante para a Geografia para entender o assentamento do capital, do Estado e das relações de classes no espaço. Saquet (2007, p.19) analisou o território a partir da territorialidade por meio das dimensões econômicas (E), políticas (P), culturais (C), e as relações que os homens estabelecem com sua natureza exterior (N), levando em consideração ou não o movimento a partir da constituição das redes de circulação e comunicação, relações de poder e da identidade. Saquet (2007, p.24) também advertiu a possibilidade de compreender o território que superasse as relações de poder a partir de múltiplas visões.

Enquanto Saquet se esforça em se posicionar em uma vertente que sistematiza o que seria o território, este como elemento explicativo, Haesbaert define o território a partir da sua constante reterritorialização, ou seja, considera que o território está em metamorfose, se desestruturando e se reconstruindo historicamente. Assim, na atualidade, os homens podem viver diversos territórios ao mesmo tempo, reconstruindo o seu espaço de vivência, fato que o autor considera como multiterritorialidade e não desterritorialidade.

O mito da desterritorialização é o mito dos que imaginam que o homem pode viver sem território, que a sociedade pode existir sem territorialidade, como se o movimento de destruição de territórios não fosse sempre, de algum modo, sua reconstrução em novas bases. Territórios, visto por muitos numa perspectiva política ou mesmo cultural, é enfocado numa perspectiva geográfica, intrinsecamente integradora, que vê a territorialização como o processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) (HAESBAERT, 2004, p.16).

A tese de Haesbaert é contraditória quando vista em outro prisma. Não há uma lei geral que rege a lógica da desterritorialização e reterritorialização, já que, por exemplo, diversas tribos indígenas no Brasil e no mundo foram desterritorializadas sem que todas conseguissem se reterritorializar completamente, muitas tendo sido massacradas, enquanto outras foram relegadas ao confinamento em pequenas áreas de terras.

Entendendo que em sua constituição histórica, o capitalismo se constrói dentro de sua própria contradição, nos posicionar numa dimensão única de explicação do território pode ser inadequado e nos levar a um reducionismo perigoso. Para entender o território, é necessário entender as formas com que se constitui o capitalismo, suas estruturas e metamorfoses. O território dentro do capitalismo está e estará sempre em permanente transformação, por isso, pensar numa estrutura fixa é cair em um erro. Somente ao entendermos a estrutura do modo capitalista de produção, entenderemos suas profundas transformações. Nesse sentido, Marx e Engels (1998, p.43) afirmavam:

A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, das relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. (...) Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profano e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens

A citação de Marx e Engels retoma a ideia de que a burguesia e também o Estado podem constantemente revolucionar suas relações. Assim, espaços podem se valorizar ou desvalorizar mediante os anseios de uma classe social. Cidades ou comunidades podem se transformar em “ilhas” de desenvolvimento ou podem ser relegadas ao esquecimento, como podem ser citadas áreas de grande produção agrícola, de mineração, de exploração turística entre outros.

Embasado no pensamento marxista, Oliveira (2004, p.40) estabelece a seguinte concepção sobre o território a partir da síntese contraditória:

Parto, portanto, da concepção de que o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.), em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é, assim, efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terras.

O enfoque de Santos em relação à técnica, de Arroyo em relação ao território e à circulação e de Dias sobre o conceito de redes são outras mediações que podem fundamentar o processo de modernização produtiva que perpassa o entendimento entre campo e cidade. Santos, por entender o quanto a técnica é importante para compreendermos a produção do espaço, Arroyo por defender o avanço do capital pela circulação e Dias para o qual as redes permitem o ato de comunicar e circular. Trata-se de categorias importantes para, por exemplo, para entendermos o processo de avanço do capital industrial e agricultura moderna em nosso objeto de estudo.

É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais

e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Essa forma de ver a técnica não é, todavia, completamente explorada (SANTOS, 1994, p.25).

O mesmo autor continua:

As técnicas são datadas e incluem tempo, qualitativamente e quantitativamente. As técnicas são uma medida do tempo; o tempo do processo direto do trabalho, o tempo da circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação (SANTOS, 1994, p.45).

Santos (1994) entende que a mediação política é preponderante para que a técnica possa se materializar na produção do espaço. Trata-se do caso, por exemplo, da desestruturação do regime colonial imposto pelos países europeus para garantir a segurança das relações comerciais juntos a suas colônias. No final do século XIX e início do XX coube aos Estados Unidos romper com essa estrutura política para se inserir vantajosamente na competição por meio de suas tecnologias, incentivando o processo de descolonização em diversas partes do mundo.

Se anteriormente, o homem dependia exclusivamente da natureza, paulatinamente o mesmo desta vai se distanciando, com a imposição de técnicas eficientes que contribuam para a acumulação do capital um pouco mais independente dos processos naturais. Para Santos, “podemos admitir que a história do meio geográfico pode ser grosseiramente dividida em três etapas: o meio natural, o meio técnico, o meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 1994, p.186).

O meio natural é caracterizado no período em que o homem dependia exclusivamente do ciclo da natureza para a prática de suas relações sociais. Com o meio técnico temos uma nova composição nas relações de trabalho, pois com o advento da máquina e demais tecnologias, estas, impõem as regiões especializações produtivas. O meio técnico-científico-informacional, proposto pelo autor, estaria baseado na especialização das atividades produtivas do homem, em especial o desenvolvimento da comunicação e dos

transportes, unindo todos os espaços ao tempo real; estaria baseada a união da técnica, da ciência para um mercado global aliado à informação (SANTOS, 1994, p.186).

Arroyo (2001) realiza leitura sobre o território buscando compreender como os mercados (empresas capitalistas particulares ou não) e o Estado têm o poder de organizar/articular o território. O território é visto a partir do Capital, dos mercados e do Estado (agente regulador). Esse debate é importante para nosso trabalho porque aborda o quanto o capital tem se internacionalizado, promovendo transformações na Divisão Internacional do Trabalho.

Para Arroyo (2001, p.14), o conceito de território supõe tanto a dimensão política (de controle espacial) na relação Capital-Mercado quanto ao Estado por meio da ideologia da soberania. É um conceito apresentado pela autora como “Estado territorial”. Outro elemento, que ora nos esclarece, ora nos confunde, seria a perspectiva de se pensar os territórios dentro de uma conjuntura de mercado, com relações cada vez mais estreitas em nível global. Quais seriam os papéis do Estado na atualidade e quais os limites do Capital no território? Arroyo (2001, p. 34) sugere, então, a “transformação dos territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional”.

O capital pode ainda organizar o território em rede, como explica a autora:

Muitas dessas empresas, estruturadas funcional e espacialmente em forma de rede, passam de uma estratégia multinacional a estratégia global, acompanhada por uma produção fragmentada e/ou uma terceirização (fornecimentos externos à empresa) em escala mundial (ARROYO, 2001, p.38).

Dias (2003, p.146-7) apontava que os avanços das redes no século XX permitiram formular a seguinte ideia: as qualidades de instantaneidade e simultaneidade das redes de informação que imergiram de novas complexidades no processo histórico. Por um lado a integração produtiva de

mercados, financeira e de informação; mas por outro lado, a desintegração de vastas superfícies do globo, como o continente africano, o que sugere afirmar que o capital tanto pode organizar e de certa forma unificar o território como também pode fragmentar e marginalizar. Tal fato implicou estratégias de circulação e de comunicação, ou seja, as redes são instrumentos que viabilizam o ato de comunicar e circular. Nesse sentido, a autora afirma:

Os fluxos, de todo tipo – das mercadorias às informações pressupõem a existência das redes. A primeira propriedade das redes é a conexidade – qualidade de conexo -, que tem ou em que há conexão, lugares de poder e de referência, como sugere Raffestin. É antes de tudo pela conexidade que a rede solidariza os elementos. Ao mesmo tempo em que tem o poder de solidarizar, de conectar, também tem de excluir (...) Em outras palavras, nunca lidamos com uma rede máxima, definida pela totalidade de relações mais diretas, mas como a rede resultante da manifestação das coações técnicas, econômicas, políticas e sociais (DIAS, 2003, p.148).

Para Dias, neste final de século XX, o debate sobre as redes reapareceu renovado pelas novas descobertas e avanços, inclusive na própria Geografia.

(...) a análise das redes implica abordagem que, no lugar de tratá-la isoladamente, procure suas relações com a urbanização, com a divisão territorial do trabalho e com a diferenciação crescente que esta introduziu entre as cidades (DIAS, 2003, p.149).

Significativa parte das grandes empresas capitalistas vem experimentando novas formas de organização produtivas, amparada no desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e transportes. Isso repercute em novas formas de organização da divisão do trabalho, tendo as empresas incorporado áreas antes proibitivas para a reprodução do capital (ora por condições ambientais ora por dificuldades de transporte e comunicação), podendo se libertar e estabelecer novas regras tais como nas relações de trabalho, nas relações junto ao Estado entre outras. Castells (1999) já advertia sobre a possibilidade das empresas se estruturarem em verdadeiras redes de

atuação, pelas quais cada vez mais se poderia internacionalizar o capital. Assim, *“às transformações tecnológicas e administrativas do trabalho e das relações produtivas que é o principal instrumento por meio do qual o processo de globalização afeta a sociedade”* (CASTELLS, 1999, p. 124).

Em contrapartida, Harvey (1994) aponta que esse processo trouxe repercussões negativas à classe trabalhadora, com a maior liberdade do capital que permitiu dentro de um jogo de interesses a imposição de novas regras junto aos Estados, aos sindicatos, ferindo os direitos dos trabalhadores, como na descentralização e terceirização produtiva. Tal fato Harvey (1994, p.136) atribui ao fenômeno sugerido como flexibilização econômica, estruturado na década de 1970 após a crise do petróleo, tornando o capital cada vez mais livre em termos de circulação (como o caso dos mercados financeiros).

A terceirização da produção que Harvey (1994, p.137) afirmava enquanto acumulação flexível foi assim descrita:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. (...) os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado.

O circuito de redes é apontado por Haesbaert (2004, p.344), como se verifica no trecho a seguir:

A principal novidade é que hoje temos uma diversidade ou um conjunto de opções muito maior de territórios/territorialidades com os/as quais podemos “jogar”, uma velocidade (ou facilidade, via internet, por exemplo) muito maior (e mais múltipla) de acesso e trânsito por essas territorialidades – elas próprias muito mais instáveis móveis – e, dependendo de nossa condição social, também muito mais opções para desfazer e refazer constantemente essa multiterritorialidade.

Com relação ao papel do Estado, segundo Harvey (1994), dentro da conjuntura flexível, ao assumir uma posição neoliberal que garantiu maiores liberdades aos capitais, numa suposta retirada do mesmo enquanto interventor para o papel de regulador, esse cede espaço ao controle e imposições do capital cada vez maiores sobre o território, correndo o risco de incorporação de grandes fatias do mercado e prestação de serviços indispensáveis à população sob domínio de poucas empresas. Para Arroyo (2001, p.42),

Além de aumentar a força desses grupos para exercer práticas de *lobby* frente ao poder público, cresce sua capacidade para produzir as normas que regulam o uso do território. Isso significa, então, que um pequeno número de empresas com posição dominante no mercado desempenha o papel de controle do território, não somente via produção e consumo mas, também, via regulação.

É notório, porém, que mesmo na mudança de postura da atuação do Estado, dentro do capitalismo, ele jamais deixará de existir, mesmo no auge dos discursos neoliberais, ele sempre foi peça fundamental na intermediação das disputas entre capital e trabalho. Em momentos de crise, como nos alerta Harvey (1994), é o Estado quem assume o ônus de garantir certa estabilidade nessa relação entre capitalistas e trabalhadores, como a história demonstrou nas crises de reprodução do capital em 1929, na flexibilização econômica na década de 1970 e mais recentemente na crise do mercado financeiro em 2008. A pós-modernidade afirmada por Harvey é o que Haesbaert (2004, p.338) também denominou de multiterritorialidade.

O que entendemos por multiterritorialidade é, assim, antes de tudo, a forma dominante, contemporânea ou “pós-moderna”, da reterritorialização, a que muitos autores, equivocadamente, denominam desterritorialização. Ela é consequência direta da predominância, especialmente no âmbito do chamado capitalismo pós-fordista ou de acumulação flexível, de relações sociais construídas através de territórios-rede, sobrepostos e

descontínuos, e não mais de territórios-zona, que marcaram aquilo que podemos denominar modernidade clássica territorial-estatal (HAESBAERT, 2004, p.338).

O fato apontado por Haesbaert revela que no período atual, o acúmulo de capital ou as condições financeiras dos que habitam um determinado espaço permitem aos mesmos a reconstrução ou a vivência de inúmeros territórios em tempo real. O acesso ao mundo da mercadoria na realidade define o quanto as pessoas podem se multiterritorializar.

Analisando por via da estrutura do modo de produção capitalista em uma contradição, verifica-se que o mercado, os Estados e o território não são frutos do acaso ou elementos espontâneos, mas frutos de uma construção histórica e social.

Os mercados, assim como os territórios e os Estados, são produzidos socialmente. A história dos Estados modernos está associada à expansão do capitalismo e, portanto, a um tipo particular de mercado. As empresas privadas, agentes centrais desse mercado, desenham, conforme sua força e seu poder, diferentes tipos de estratégias para melhor aproveitar sua relação com o Estado e o território. Esses Estados têm sido, desde sua origem e em diferentes graus, funcionais para o processo de acumulação privada do capital, favorecendo certos grupos em detrimento de outros (ARROYO, 2001, p.48).

Sobre a produção do território, Oliveira (2004, p.41) apontava para a lógica contraditória do mesmo no sentido de que o capital pode incorporar ou eliminar formações territoriais,

A lógica do desenvolvimento do modo capitalista de produção é, pois, gerada pela produção propriamente dito (reprodução ampliada/extração da mais-valia/produção do capital/extração da renda da terra), circulação, valorização do capital e reprodução da força de trabalho. É essa lógica contraditória que constrói/destrói *formações territoriais* em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam

dinâmicas desiguais de valorização, produção e reprodução do capital, conformando as *regiões*.

Aponta-se, em nossa área de estudo, um quadro de especialização produtiva na formação do território como o caso da expansão das monoculturas da soja e da cana-de-açúcar em grande parte do sul do estado de Mato Grosso do Sul, e especificamente em Caarapó. A opção por monoculturas agrícolas, historicamente, sempre resultou em quadros de vulnerabilidade econômica frente à instabilidade dos mercados. A esse respeito, Arroyo (2001, p.54) adverte:

Sabemos porém que quanto mais especializado produtivamente estiver um lugar, uma região ou país, mais vulnerável ele pode tornar-se no quadro das relações internacionais. Isso acontece, sobretudo, quando se trata de bens pouco diferenciados, com baixo valor agregado, tipicamente o caso das matérias-primas.

Como já destacamos, a circulação pode ser tão determinante quanto a própria produção da mercadoria. No estado de Mato Grosso do Sul, as dificuldades de comunicação, de certa forma, freavam o crescimento econômico da região, principalmente pela falta de técnicas modernas de comunicação e de transportes, criando, segundo Arroyo (2001, p.55), “uma hierarquia de lugares”. A escassez de uma malha viária em boas condições de circulação foi, por longas décadas, um empecilho para a valorização e a expansão da renda da terra.

Para se ter uma dimensão do processo de valorização da região, a distância da mesma na qual está localizado o município de Caarapó de cerca de mil quilômetros em relação aos principais centros consumidores e aos portos de exportação (Santos-SP e Paranaguá-PR), era consideravelmente elevada, pois os fretes a serem cobrados para percorrer a distância utilizando formas de transportes mais lentos e também as condições precárias das estradas de rodagem dificultavam a expansão da agricultura em ritmo comercial na região.

Atualmente com as melhorias dos sistemas de circulação, boa parte da região sul de Mato Grosso do Sul passa a ser concebida como uma área estratégica para a reprodução do capital. A tecnologia, portanto, aproximou os espaços (de produção e de consumo).

O IPEA (2001, p.35) refletia que, na década de 1980, a crise econômica e a paralisia da atividade industrial conjunto a maior abertura da economia brasileira favoreceu a articulação das economias regionais com consequências na urbanização e no sistema de cidades. Houve um deslocamento das economias regionais (ilhas de produtividade) da integração nacional comandada por São Paulo nos anos 1970, baseadas no comércio exterior, o que aprofundou as desigualdades regionais no país.

Todo o desempenho econômico na década de 1980 ocorreu devido ao comércio exterior, possibilitando alternativas localizadas de dinamismo econômico que, incapazes de promover o desenvolvimento do conjunto da economia, foram precursoras no crescimento localizado (IPEA, 2001).

A mudança na configuração regional, segundo os estudos do IPEA, ocorrera pelo forte incentivo promovido pelo Estado em promover uma maior integração nacional, beneficiando regiões isoladas economicamente e retirando parte do poder centralizador das grandes metrópoles.

O aumento das exportações no pós-80 foi um fenômeno generalizado para as distintas atividades econômicas. Quase todas as regiões do país apresentaram crescimento absoluto, com pequena queda relativa da participação de São Paulo, sobretudo pelo aumento das exportações originárias do Centro-Oeste (produtos básicos), do Maranhão (semifaturados), da Bahia (petroquímica), da região Norte (básicos e semimanufaturados) e Minas Gerais (produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados). A partir de 1985, os coeficientes de exportação das diversas regiões brasileiras foram bastante distintos, em geral, declinantes. Os estados da região Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Pará e Maranhão, ao contrário, apresentaram crescimento das exportações acima da média brasileira. O esforço exportador, de setores muitas vezes situados próximos às fontes de recursos naturais, conviveu com o aprofundamento da tendência de novas atividades industriais localizarem-se fora das áreas metropolitanas,

fugindo das deseconomias de aglomeração, dentre outros fatores. Com efeito, abriram-se alternativas localizadas de dinamismo, mesmo no contexto da crise. Muitos desses empreendimentos situaram-se no próprio interior de São Paulo e outros foram direcionados a regiões de fronteiras (IPEA, 2001, p.35).

Tivemos, portanto, nos anos 1980, retrocesso do crescimento nas metrópoles industrializadas enquanto que as áreas de fronteiras tiveram resultado mais positivo como a agricultura e os complexos minerais voltados à exportação. Muitas cidades de pequeno e médio porte apresentaram melhor desempenho nesse período que algumas áreas mais industrializadas.

A crise econômica que abateu o país nos anos 1980, como a crise da balança de pagamento e a redução do papel do Estado enquanto interventor para o papel de financiador e promotor do planejamento, aponta que a crise não pode ser entendida de forma homogênea. Como afirma Limonard (2004), a partir da desconcentração dos investimentos e na ação do Estado no sentido de integrar as regiões, coube ao Centro-oeste a função de fronteira agrícola, ou seja, local estratégico para o desenvolvimento da agricultura moderna para fins de exportação.

Segundo Moreira (2004, p.134), o nível da concentração industrial na região Sudeste chegou a concentrar 80,8%, sendo 58,1% apenas em São Paulo em 1970. Esse elevado nível de concentração inviabilizaria a própria lógica do crescimento retraindo o crescimento brasileiro. Nesse sentido, as políticas federais no período militar (os PNDs) previam a correção dos rumos buscando a reestruturação espacial da indústria no país. Os PNDs estavam voltados à modernização da agricultura e à criação de equipamentos e infraestrutura que pudessem levar à desconcentração industrial (Projeto Brasil Grande).

Os impactos dessa política, segundo Moreira (2004), foram sentidas pela redução da concentração industrial em São Paulo de 58,1% em 1970 para 48% em 1999 e da região metropolitana de 44% para 26%, Minas cresce o seu peso industrial de 6,5% para 9,4%, o Espírito Santo de 0,5% para 1,2%, Rio de

Janeiro decaiu de 15,7% para 8%. No plano inter-regional o Nordeste amplia de 5,7% para 8,4%, o Sul de 12% para 20,2% e o Centro-Oeste de 0,8% para 1,7%. A fórmula de recuperação industrial dos outros estados exceto o eixo Rio-São Paulo fora a instalação de indústria de bens intermediários e infraestrutura como os pólos minero-industriais e instalação de usinas hidrelétricas.

Segundo Moreira,

Foi atingido o duplo objetivo do II PND, dando-se a reversão pretendida: entre 1970 a 1999 há de um lado desindustrialização de São Paulo e de outro como uma reindustrialização dos demais estados regionais. (...) A fórmula da recuperação industrial dos estados e regiões é a política de instalação de indústrias de bens intermediários, em geral na forma de pólos mineros-industriais, e de usinas hidrelétricas de grande porte em pontos estratégicos da periferia nacional, localizadas ao longo das periferias regionais de São Paulo, acompanhada de uma expansão da fronteira agrícola e maior difusão dos meios de transferência pelo território nacional, de modo a atender a demanda de circulação de transportes, comunicação e energia entre regiões e pólos e favorecer o florescimento industrial para além do Sudeste (MOREIRA, 2004, p.135).

A política de desconcentração industrial para garantir o desenvolvimento regional numa forma mais ampla, iniciada desde o final da década de 1950 com o Plano de Metas e retomada com impulso pelo PND nos anos 1970, teve repercussão positiva décadas posteriores e ainda continua promovendo impactos, quando observamos o desenvolvimento potencial de economias regionalizadas nas mais variadas partes do país ou pela transferência de investimentos concentrados na porção Centro-Sul do país para outras áreas recentemente. Os investimentos no Mato Grosso do Sul, a partir das agroindústrias teriam sido um dos resultados desse processo.

Nas entrevistas que realizamos juntos aos representantes de empresas de armazenamento de grãos e indústrias alimentícias, percebe-se a migração dessas empresas que se dera pela expansão da agricultura na porção Sul do país e do Sudeste, pela busca de terras com menores preços para o cultivo

especialmente da soja e atualmente da cana-de-açúcar. Ednilson Carlos Oliveira, gerente da Unidade COAMO de Caarapó, em 28 de junho de 2010, relata:

A empresa (COAMO) veio pra cá em 2002/2003, sendo inaugurada em 2005. Primeiro montou uma estrutura em Amambai, depois Laguna Carapã, Caarapó e Aral Moreira. Veio por razão da migração de grande número de cooperados no Paraná. Claro que a empresa não vai montar uma estrutura desse porte porque um ou dois cooperados resolvem migrar. Fizemos um estudo. Identificou que Caarapó possui uma aptidão agrícola, especialmente para a soja. (...) Os cooperados migraram porque a terra aqui é bem mais barata que lá (no Paraná), numa proporção que de cada hectare lá se comprava 5 aqui (até no início dos anos 2000). Hoje já não há toda essa distorção, é bem menor em razão da valorização das terras pela especulação. (...) A cooperativa possui hoje 340 cooperados, recebemos hoje cerca de 280.000 toneladas, mas temos capacidade para armazenar 360.000.

A entrevista evidencia que a ampliação do mercado da soja junto com o desenvolvimento dos meios de circulação são elementos chave para o entendimento desse processo de expansão da agricultura comercial em toda região. Arroyo destaca a internacionalização do mercado da soja, que avança do Sul do país para o Centro-Oeste e para as áreas de cerrados.

A internacionalização do circuito se efetiva logo no início do processo de modernização da agricultura, este último incentivado, em grande parte, pelos preços atrativos do mercado internacional. A forte demanda mundial por proteínas para o consumo animal, presente desde o pós-guerra e acirrada na década de setenta, oferecia bons preços para o farelo de soja, fazendo que, desde então, as exportações deste produto crescessem de forma constante. Essa tendência foi interrompida a partir da segunda metade da década de noventa, com uma maior participação do grão na pauta de exportações, em detrimento dos derivados. O aumento dos embarques de soja, nos últimos anos, deve-se a dois principais fatores: à desoneração de ICMS incidente sobre o produto e à maior demanda externa de grão no lugar de farelo e de óleo, tendo em vista a instalação de unidades processadoras em importantes mercados mundiais, como a China (ARROYO, 2001, p.200).

O fato é que a capitalização da agricultura tem promovido uma intensa apropriação do território por poucas empresas privadas. As regras desse mecanismo permitem uma intensa concentração de riquezas por empresas que se dirigem a atender mercados externos ou outros mercados fora da realidade local. Isso desestrutura a agricultura voltada ao mercado regional, tem ampliado a marginalização cada vez maior de trabalhadores e a transparência de um Estado cada vez mais privado de ações que garantam melhorias para o bem-estar social em detrimento dos anseios desse grande capital ao atribuir cada vez mais somas de créditos subsidiados para o atendimento dos interesses privados de poucas empresas.

A estruturação dessas empresas, formando as supostas redes, termina por monopolizar o território segundo seus próprios interesses, conforme explica Arroyo (2001, p.204):

(...) Apontam, por sua vez, uma mudança na topologia de várias empresas e, sobretudo, uma tendência à formação de oligopólios territoriais. Tomemos, por exemplo, o caso do grupo Bunge e Born na região de Barreiras, na Bahia. Esse grupo adquire, através da Santista Alimentos, o controle da Olvebasa-Vegetais, com um planta de processamento de soja no município, e, posteriormente, passa a controlar a Ceval Alimentos, que já atuava na região através de sua planta industrial de farelo e óleo. Nessa porção do território, o grupo Bunge e Born concentra suas atividades, concorrendo apenas com a Cargil Agrícola, que localmente atua como comercializadora e beneficiadora da soja, sem possuir planta industrial. As possibilidades de uso do território são definidas, progressivamente, por um número menor de firmas.

Para a agricultura, a intensa capitalização permite competitividade apenas aos médios e grandes produtores, dificultando a sobrevivência dos pequenos produtores rurais. A estrutura de produção de soja, por exemplo, prevê a redução dos pequenos produtores descapitalizados ou despreparados para a competição no mercado como foi apontado em nossas entrevistas. A produção de soja exige produtores preparados, com grandes áreas à

disposição e capitalizados. Um dos sócios da Agrícola Urtigão, Onésimo Roque Caneppele, em 29 de junho de 2010, explica:

A soja tem sido o produto mais produzido em Caarapó pela grande liquidez que ela possibilita. Outros produtos não têm a mesma liquidez, como o caso do feijão, do trigo em função da importação. A crise que se abateu sobre o mercado de exportação de soja em 2003 fez com que os produtores fracos saíssem do mercado pelas dívidas contraídas, falta de financiamento enfim. Quando o preço compensa, muitos aventureiros se interessam em entrar no ramo pensando em acumular muita riqueza, mas não é bem assim (...) pode-se numa safra o produtor ganhar 1 milhão de reais, aí as pessoas pensam: Nossa! Beltrano tá rico! mas as pessoas não sabem às vezes o tamanho da dívida do produtor. Em uma safra ruim em termos de preço ou condição climática, o mesmo produtor pode perder o dobro do que tinha ganho na safra passada, aí vem a rolagem da dívida no banco, mais uma colheita ruim ou preço ruim, ela quebra de vez. Por isso, eu acho que o mercado da soja é favorável apenas para aquele que já conhece bem o ramo, que trabalhe numa forma de administração quase empresarial, (...) precisa (o produtor) saber as etapas certinhas da produção, do custo da produção, sabe né, pra no final ele ter certeza do quanto gastou e quanto terá de lucro. Por isso, a crise de exportação, na qual o preço da soja caiu muito, eliminou do mercado principalmente os produtores desqualificados, se dinheiro e mal preparados e assessorados.

A crise percebida pelo entrevistado foi a safra negativa que se verificou em toda região em 2003, decorrente das condições climáticas (falta de chuvas). Outras crises ocorreram em 2006, mas, dessa vez, em razão de uma grande safra que rebaixara os preços. O controle dos circuitos de comercialização, beneficiamento e exportação, como apontado por Arroyo (2001), por parte de poucas empresas do ramo, tem transformado a agricultura capitalista em um modelo dependente de tecnologias de ponta e vulneráveis às oscilações do mercado (especialmente internacional). Nessa conjunção, poucas empresas do ramo saem fortalecidas, porque operam quase todo o circuito (insumos, comercialização e industrialização).

Enquanto na produção agrícola da soja, esta ocorre via agricultores subordinados às grandes empresas de armazenamento e distribuição, em outros tipos de agricultura, como no setor sucroalcooleiro, a produção integral de

grande parte da matéria-prima tem sido realizada pela própria indústria, eliminando quase todos os tipos de dependência. Para isso, a empresa arca com o processo de produção da matéria-prima arrendando grande parte das áreas destinadas à produção de cana-de-açúcar. Esse processo evita a indústria de estar sob a dependência de produtores independentes, o que, segundo Oliveira (2004), trata-se de uma estratégia usada pelas empresas para controlar o valor da renda fundiária. A indústria exercita *lobby* no sentido de apontar benefícios para os proprietários de terras sobre o arrendamento, tendo como aporte garantia de pagamento da renda.

Em Caarapó, a cultura da cana vem sendo aplicada sob áreas que antes estavam sendo destinadas à atividade pecuária extensiva, ou seja, uma forma de produção em que havia baixo aproveitamento da terra. Podemos entender também que boa parte dessas terras estava mesmo à espera de elevação do preço. No entanto, como a usina normalmente precisa de grandes áreas de terras para viabilizar a estrutura industrial, tem sido verificado o avanço da cana nas áreas dominadas pela agricultura, tendo a usina inclusive, rivalizado com os produtores de soja o oferecimento de rendas mais vantajosas.

Para a produção de soja ocorre, na região, a capitalização de alguns agricultores com intensa tecnificação da produção, a retirada daqueles que não conseguem se inserir nesse modelo competitivo de padrão “empresarial”. Observa-se também a vinda de agricultores, especialmente da região Sul do país (com destaque aos agricultores gaúchos e paranaenses) que, vivenciando um processo de poucas perspectivas de crescimento em suas áreas de origem (devido principalmente ao elevado preço em que se encontram as terras férteis nesses estados). A ocupação do sul de Mato Grosso do Sul vem se transformando numa interessante alternativa para esses, pelo preço da terra inferior comparado a grande parte do Sudeste e do Sul.

Nessa perspectiva, como foi apontado por entrevistados, pequenos e médios agricultores poderiam adquirir propriedades significativamente maiores em Mato Grosso do Sul, se inserindo de forma mais competitiva no mercado da

produção de soja. Esse fato resultou um rápido crescimento dos preços das terras férteis na região, que foram equiparados aos equivalentes da região Sul. Nesse tipo de agricultura, há predominância do produtor proprietário da terra e em menor proporção, enquanto arrendatários e mistos.

No setor sucroalcooleiro, temos o exemplo clássico já apontado por Marx, como agricultura moderna que utiliza mão-de-obra assalariada. Como a produção de cana pode ocupar áreas menos férteis, está basicamente assentada em áreas antes destinadas à pecuária (porque a renda a ser paga nesse tipo de terra é inferior ao que se paga em áreas produtoras de soja). Os proprietários assumem o posto que Marx (1988, p.43) apontava como verdadeiros “consumidores de rendas”. De um modelo de subutilização das terras, como o caso da pecuária extensiva, a introdução da cana possibilitou a ampliação da margem da renda de terras de baixa produtividade.

Os problemas advindos pela produção da cana-de-açúcar foram destacados por vários entrevistados, desde líderes políticos a pessoas diretamente ligadas ao setor de produção e comercialização de grãos.

Conforme entrevistas realizadas com João Amaral Alves (administrador do Armazém Guedim) em 12 de janeiro de 2011 e com Nilton Lopes Machado Jr. (administrador da unidade da Cargil de Caarapó) em 13 de janeiro de 2011, a usina Nova América vem tomando áreas antes destinada à soja. A razão estaria na necessidade de uma área de terras considerável próxima à indústria (para viabilizar o transporte da matéria-prima até a indústria), por isso, a empresa acaba por entrar na competição por terras agricultáveis, mesmo não necessitando de terras muito férteis. A competição promovida pela usina tem provocado o aumento “artificial” dos arrendamentos.

Outros problemas decorrentes, como foi apontado pelo vereador do município, Mário Valério, em 22 de dezembro de 2010, são as práticas da usina, que têm sido frequentes. O entrevistado destaca a proliferação de pragas características de canaviais que afetam diretamente outras atividades próximas das plantações, como a “mosca do estábulo”, que ataca diretamente

os rebanhos. Para o entrevistado, a usina promove a redução das áreas preservadas para garantir o melhor aproveitamento das áreas arrendadas.

A preocupação com a possível dependência da atividade da cana no município começa a ser sentida. A sociedade vem resguardando-se frente aos interesses da empresa. Segundo o vereador Odair Bortolotti

está para ser votado em 2011 um projeto de Lei Municipal que prevê os limites para a atividade da cana em Caarapó. Pelo projeto, o limite para o arrendamento de terras destinadas à produção de cana-de-açúcar seria de 70.000 hectares. Esse projeto prevê evitar que Caarapó fique dependente exclusivamente de uma única atividade, que gera riscos e redução de empregos.

Em termos de oferta de empregos, a usina Nova América-Cosan promoveu a elevação do emprego assalariado no campo e redução dos empregos existentes (em que a força de trabalho reside na terra/fazenda). Segundo Donizete Pereira Fagundes (representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caarapó), entrevistado em 13 de janeiro de 2011, a redução do emprego rural tende a prejudicar as formas de vida do trabalhador.

Contudo, uma pergunta interessante se coloca: como pensar a agricultura em Caarapó ao passo da concentração do capital sobre a terra, especialmente sobre o papel da agricultura camponesa? Estamos vivenciando um processo de apropriação do território por parte de grandes empresas? Há espaço para a reprodução de atividades não totalmente dependentes do capital, como a agricultura camponesa? Quais repercussões para as populações das várias cidades de pequeno e médio porte do Mato Grosso do Sul?

Afirmarmos que o futuro da agricultura é o padrão de sua intensa capitalização dentro de uma conjuntura que envolve grandes propriedades, intensa mecanização e outros, que levaria à eliminação de produtores rurais

que possuem pequenas áreas, menos capitalizados ou com menores acesso ao crédito, seria nos convenceremos de que o modo capitalista de produção é linear, sendo que a história tem demonstrado o contrário. Nossas atividades a campo revelaram, inclusive, que a agricultura camponesa pode estar presente dentro da conjuntura da agricultura de mercado.

O novo e o tradicional se mostram, em muitos casos, em harmonia. Como explicar, por exemplo, que grandes capitais se interessariam em desenvolver suas atividades por meio do trabalho de pequenos produtores camponeses, como o caso da avicultura, suinocultura ou pelos inúmeros pequenos proprietários que consistem em importantes produtores de gêneros considerados como agricultura capitalista, como soja, milho ou mesmo a pecuária?

Nesse sentido, concordamos com Wanderley (2009, p. 10-11), que explica:

De fato, um dos elementos chaves (sic) da legitimação ideológica da modernização da agricultura no Brasil consistia na afirmação de que para ser moderno seria necessário ser grande, a escala se transformando numa das exigências do desenvolvimento. Esse argumento encobria uma dupla dimensão do caráter conservador da modernização. Por um lado, tentava reconhecer nas propriedades de grandes extensões uma capacidade, nem sempre real, para responder satisfatoriamente às transformações tecnológicas em curso. (...) Por outro lado, tentava justificar a exclusão dos agricultores que operavam em pequena escala, no que se refere, tanto à terra, quanto ao capital. Aos pequenos agricultores, poder-se-ia oferecer a fixação no campo, uma eventual melhoria da renda, o acesso a certos bens, mas jamais a parceria no progresso da agricultura.

A reflexão da autora consiste em retomar o debate ideológico sobre o que seria moderno e não moderno. Essa discussão transita sobre uma questão política que no Brasil, em nenhum momento foi resolvida; trata-se da concentração fundiária no país. O discurso do latifúndio aparece atualmente num novo debate acerca da modernização. A agricultura moderna, que ganhou novas roupagens, como a categoria agronegócio, simboliza a tentativa da burguesia nacional assentada na grande propriedade fundiária. Outro autor,

Martins (1994), em *O Poder do Atraso*, reporta-se às várias ideologias empregadas para justificar a modernização do país, do contexto do progresso com base em uma estrutura antiquada, ora utilizando a terminologia agroindústria, ora agronegócio.

A história contemporânea do Brasil tem sido a história da espera do progresso. Como o progresso não veio, senão de um modo insuficiente lento, essa história se transformou na história à espera da revolução. Mas a revolução também não veio. Na verdade, a história da sociedade brasileira tem sido uma história inacabada... (MARTINS, 1994, p.11).

Ainda para Martins (1994), o núcleo do atraso está na questão fundiária. Para o autor, no Brasil, modernidade e atraso são sinônimos. O país conseguiu se inserir na modernização do capital, mantendo estruturas sociais atrasadas, como a permanência do latifúndio improdutivo. O latifúndio transcende à dificuldade para o país se modernizar, sendo que a grande propriedade fundiária assim freia a transformação social e a democratização. A relação baseada no atraso constrói um Estado não moderno, baseado no clientelismo e no oligarquismo com a corrupção (vício do sistema político). “No Brasil, o atraso é um instrumento de poder” (MARTINS, 1994, p.13).

Sobre a modernização da agricultura baseada nos processos de manutenção do latifúndio, Wandeley (2009, p.12) discute:

(...) O sucesso, medido em toneladas de produtos, não esconde o descompromisso deste modelo com a questão social – o crescente desemprego que afeta os trabalhadores agrícolas e a expulsão massiva da população rural – com a questão ambiental – o desgaste dos recursos naturais – e com a questão fundiária – a permanência de terras improdutivas nas áreas rurais brasileiras.

Nosso pressuposto busca compreender a viabilidade da pequena e média propriedade rural, que durante décadas recebera menor atenção em termos de políticas para a agricultura, mesmo sendo responsável por grande

parte dos produtos agrícolas produzidos. O debate ideológico (ideológico porque diz que somente a grande propriedade é rentável, ao passo que observamos em Caarapó diversos pequenos produtores camponeses resistindo mesmo com dificuldades) proposto de que somente a grande propriedade poderia ser o embrião da modernidade no campo é uma falácia.

Entretanto, não nos referimos a pequenas propriedades sem qualquer infraestrutura, mas como nos propõe Alentejano (2003, p.17), a defesa de pequenas e médias propriedades a partir de uma política que compreenda as diferenças regionais, que promova maior acesso à alimentação, à moradia, à cultura, ao lazer e à participação política.

O debate que se estendeu durante todo o processo de modernização do campo e do processo de industrialização, segundo Alentejano (2003), a partir da formação de grandes metrópoles, promoveu a marginalização de um contingente de trabalhadores que, ao saírem do campo ou das pequenas e médias cidades, acabaram por não conseguir se inserir como mão de obra assalariada, vindo ocupar de forma precária a grande cidade. O processo de inversão das grandes concentrações urbanas já começa a ser percebido ao passo que várias pequenas e médias cidades vêm ganhando importante incremento populacional e sendo as que mais crescem no país.

Para explicar a expansão do capital na agricultura, os novos dilemas do campo no período atual, apresentaremos a seguir o pressuposto da territorialização desse perfil de grandes empresas que se territorializaram no município de Caarapó.

2.2 Territorialização das grandes empresas em Caarapó

A partir da pavimentação da Rodovia BR163, entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980, é estabelecido um dos eixos de interligação terrestre da Região Norte (Amazônia) ao Sul e o Sudeste, num tronco

rodoviário entre Santarém (PA), passando por Cuiabá (MT), Campo Grande (MS) até o porto de Paranaguá (PR), sendo que a BR163 era conectada a outras rodovias, como a BR262, que davam acesso ao estado de São Paulo e ao porto de Santos (SP).

Esse projeto, estabelecido durante o Governo Militar, permitiu a ampliação e modernização dos meios de comunicação e das trocas entre o Norte e o Centro-Oeste, que se encontravam bastante isolados até então. Segundo Abreu (2001, p.63), *“As estradas serviram para dinamizar economicamente regiões ditas “atrasadas” como também abrem condições para o aprofundamento das fronteiras”*. A ação mais importante foi, sem dúvida, a construção da rodovia. Silva (2000, p.125), a esse respeito, comenta:

(...) foi sem dúvida a pavimentação da BR-163 no trecho Rondonópolis-Dourados, no qual ao se conectar com a BR-262, possibilitou a integração por asfalto do sul do MS, com os estratégicos mercados do Sudeste do país.

Vivia-se, à época, um processo de fortes incentivos por parte do Estado para a formação de pólos de desenvolvimento com fins de integrar produtivamente a região aos grandes centros consumidores. Calixto (2004, p.51-52), sobre o assunto, explica:

Desta forma, na esfera federal, o Estado parte da elaboração de um conjunto de planos que, baseados na “Teoria dos Pólos de Desenvolvimento”, elegeram “regiões programas”. Na porção sul de Mato Grosso do Sul, destacam-se: a) Projeto de Desenvolvimento da Criação de Gado (1967), que buscava a disseminação de uma pecuária melhorada, via fornecimento de empréstimos a longo prazo, aos criadores, para abertura de áreas, introdução de pastagens, além de aquisição de maquinário agrícola, etc.; b) PRODOESTE (1971): investimento na melhoria e na ampliação da rede de estradas, no financiamento de frigoríficos, na implantação de armazéns, silos, etc., sendo uma primeira tentativa de enfrentamento do problema da carência de infra-estrutura; c) Programa de Corredores de Exportação (1973): investimento na expansão da produção agrícola, na melhoria das condições de armazenagem, transporte e embarque de produtos,

visando ao aumento das exportações; d) PLADESCO (1973): ampliação da ação do Estado, promovendo não apenas a pecuária melhorada, mas também o incentivo à exploração das lavouras mecanizadas de soja e de trigo e marcando, sobretudo, as primeiras diretrizes mais abrangentes e detalhadas de ação do Estado para a região Centro-Oeste; e) PRODEGRAN (1976): mediante um diagnóstico inicial, o programa identificou as potencialidades da agricultura regional, sobretudo em decorrência dos fatores clima e terra; f) Programa do Boi Gordo, para liberação de financiamento visando à promoção da expansão de uma pecuária melhorada, ligadas aos interesses agroindustriais.

O Projeto Militar previa a interligação via troncos rodoviários; tratava-se de uma opção de cunho estratégico, tanto para preencher espaços considerados por esses como grandes vazios demográfico e econômicos quanto para interligar essas porções do território nacional aos grandes centros consumidores ou portos de exportação.

No contexto dos planos de avanço da *fronteira agrícola*, atrelado à política de expansão e interligação rodoviária, foi criado o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE) com o objetivo de viabilizar a circulação das mercadorias, do capital e de pessoas (ABREU, 2001, p.65).

A autora ainda acrescenta:

Em 1973, com o PRODOESTE, temos por meio da aplicação de recursos públicos em pavimentação de estradas temos a pavimentação da BR 163, no trecho Rondonópolis/Campo Grande/Dourados e da BR-376 (Dourados/Paranavaí-PR), contemplando o município de Caarapó. Com o advento da pavimentação de rodovias, temos em consequência a expansão dos núcleos urbanos em função das ligações com São Paulo (ABREU, 2000, p.69).

O Projeto Militar previa, contudo, a ampliação da agricultura capitalista, especialmente pela opção por produtos que tivessem mercados fora do país, como a soja, criando assim fundos para o pagamento dos juros da dívida externa contraída justamente para a realização dos Grandes Projetos, como a construção de rodovias, portos, incentivos à agricultura, industrialização e exportação entre outros.

Evidenciamos, portanto, os privilégios ao empresário da grande propriedade, representada pela empresa rural, e do mercado externo, como finalidade última para destinar a produção. (...) Para efetivação desse propósito, já no início dos anos 70, o Estado canalizou recursos para a agricultura e pecuária (inclusive em relação à pesquisa) e incentivou as exportações, fornecendo estímulos aos produtos com preços elevados o mercado externo, especialmente à soja, objetivando nitidamente substituir a agricultura diversificada e de subsistência pela agricultura comercial de exportação – a monocultura (ABREU, 2001, p.72).

Dentro do Projeto Militar havia, entretanto, um nítido sentido de integração territorial sob o controle do Estado, privilegiando o estabelecimento de relações de trocas e comunicação por vias terrestres entre regiões pouco articuladas (como o Norte e Centro-Oeste interligados ao Sudeste e ao Sul). Essas relações eram mais onerosas tanto aos cofres públicos quanto ao próprio capital, em detrimento do investimento em outras formas de comunicação e circulação, como a ligação hidroviária ou por parcerias como os países vizinhos. Calixto (2004, p.49) analisa:

O processo de integração territorial, a partir desse “modelo”, apoiou uma forma de gerar divisas, visando a um equilíbrio na balança comercial, o que acabou por provocar um grande empenho com o fito de ampliar a fronteira agrícola, sobretudo a partir da década de 1960, objetivando integrar a região Sudeste (em intenso processo de industrialização) às regiões Centro-Oeste, Sul e Nordeste. Na região Centro-Oeste, o processo de ampliação das fronteiras consubstanciou-se via introdução da monocultura de exportação (soja), que não apenas alterou as relações de produção e trabalho no campo, como também desencadeou uma integração com o capital industrial.

Todos esses investimentos públicos permitiram a redução do tempo de percurso para o transporte de mercadorias entre a região de estudo para os centros de consumo ou aos portos de exportação, possibilitando assim, a reprodução ampliada do capital.

A redução do tempo e dos custos dos transportes são condicionantes indispensáveis para o capital. Por isso, nas últimas três décadas vem se observando a migração de inúmeras empresas para o sul do estado de Mato Grosso do Sul, especialmente por agroindústrias. Alguns motivos podem ser destacados: a incorporação de terras férteis com menores preços se comparadas com outras regiões; a redução dos custos dos fretes, mão de obra barata e com fracos vínculos sindicais, subsídios públicos para implantação de plantas industriais como o Fundo Constitucional do Centro Oeste - FCO²³. Todos esses aparatos permitiram a valorização do espaço e a incorporação da renda da terra. Investir nessa porção do território nacional se transformou num lucrativo negócio para o capital.

Foi o diagnóstico revelado pelo IPEA (2001), quando sugere que a região Centro-oeste estaria ainda vivendo a expansão da fronteira agrícola comercial estimulada desde os anos 1970 pelos incentivos fiscais e investimentos em infraestrutura. Essa inversão da política de desenvolvimento regional tem proporcionado a vinda de várias empresas de grande porte para Caarapó assim como a outras cidades do estado de Mato Grosso do Sul.

No mapa 03 a seguir, demonstramos a territorialização de algumas empresas de grande porte instaladas em Caarapó. No mapa percebe-se o quanto grandes empresas se instalaram as margens da BR163, tendo acesso facilitado a grandes centros consumidores do país (Sul e Sudeste) e aos portos de exportação (Santos-SP e Paranaguá-PR).

Nos sub-capítulos que seguem apresentaremos um leque das principais empresas existentes em Caarapó, todas elas, voltadas ao beneficiamento ou armazenamento de produtos agrícolas. Dividimos essas empresas em 3 grupos: empresas de beneficiamento de produtos da pecuária (bovinos e aves); de armazenagem e exportação de grãos; empresas produtoras de fontes energéticas (usina de açúcar e álcool e biodiesel).

²³ Instrumento criado pelo Governo Federal para o desenvolvimento da região CentroOeste, foi regulamentada pela Lei 7827, de 27 de setembro de 1989, para o qual seus recursos passam a serem administrados via repasses pelo Banco do Brasil.

Mapa 3: Caarapó: principais empresas e localização

2.2.1. Pecuária Bovina de Corte e Avicultura em Caarapó

Em Caarapó, a primeira empresa de grande porte a ser instalada foi a Piratini no ramo da avicultura no início da década de 1990. No caso da avicultura no município, a Piratini surge da possibilidade de expansão das atividades de produção e de armazenamento de grãos na região. Um grupo de empresários locais começam, no ano de 1987, a realizar estudos com fins à instalação de uma moderna estrutura de produção e industrialização de aves em Caarapó. O referido grupo consegue, junto ao Fundo Constitucional do Centro Oeste - FCO entre outros incentivos e isenções fiscais, um montante de recursos para a instalação do parque industrial para o processamento de carne de frango. Localizada no Distrito de Nova América, a estrutura foi concluída em 1991, e o prazo para quitação da dívida seria de 17 anos (LOMBA, VALENTE e SILVA, 1994, p.27).

A empresa, em princípio, de médio porte, com abate diário de 35 mil aves, de propriedade de empresários locais, começa a enfrentar dificuldades financeiras, especialmente pela concorrência de mercado junto a grandes empresas do ramo. No ano de 1996, foi vendida para uma empresa do ramo avícola, a Frangosul, uma das maiores do país à época, de capital nacional proveniente do Rio Grande do Sul, com sede em Montenegro-RS.

A aquisição da Piratini pela Frangosul representou a expansão dos negócios da empresa no país, possibilitando ampliação especialmente no mercado interno e países vizinhos. Em 1998, a Frangosul fora adquirida pela empresa de capital francês, DOUX, passando a denominação de Doux-Frangosul.

A incorporação da Frangosul pela DOUX aponta tanto para a internacionalização dos negócios da empresa quanto para a mudança do contexto da produção de frangos em Caarapó. Enquanto a Piratini produzia para atender mercados mais regionalizados, com volume médio diário de 35 mil aves (especialmente frangos inteiros de 60 dias de criação), com a Frangosul, a empresa passa a receber contornos mais modernos em termos de incorporação do capital. A indústria passa a funcionar em 3 turnos, todos os

dias com exceção dos domingos, amplia a margem de cortes de aves para uma média de 120 mil (frangos de menor tamanho com 45 dias de criação) atendendo especialmente o mercado nacional.

Atualmente a DOUX emprega cerca de 800 funcionários²⁴. Cerca de 200 funcionários são residentes em Caarapó, o restante são trabalhadores que vem de cidades próximas como Juti, Itaporã e Dourados. O destaque fica por conta dos funcionários do setor administrativo – aqueles que ocupam cargos de chefia, em sua maioria, residem em Dourados.

O trabalho na empresa é percebido como penoso e desgastante, por isso o nível de rotatividade chega a 20 funcionários/mês. No total, isso significa que, a cada ano, a empresa renova perto de 25% de sua força de trabalho. Esse fato obriga a mesma a buscar trabalhadores em outros municípios, além de Caarapó.

O modelo de produção de aves para fins comerciais é um processo que advém da intensa agregação de tecnologias, do uso da ciência e da biotecnologia para a produção de alimentos em menor tempo. Grande parte dos produtores de aves são pequenos proprietários. A empresa opera em um sistema administrativo que consegue controlar em detalhes a engorda dos frangos dentro dos barracões. Segundo Maria Aparecida, em 05 de junho de 2010, a empresa, por meio de seus técnicos e veterinários promovem a qualificação do produtor e a renda do mesmo passa a ser ditada por esse processo (número de mortes por criada, consumo de ração X, peso e outros) No total, a DOUX possui hoje 123 produtores na região (nos municípios de Amambai, Laguna Carapã, Itaporã, Vicentina, Caarapó e Juti), segundo relata Wilson de Souza, em 22 de dezembro de 2010. Desses, 48 são produtores de Caarapó, e muitos já atuam há tempo integrados à empresa. O perfil mais comum dos produtores da empresa é dos pequenos proprietários que possuem cerca de 3 alqueires de terras e 2 barracões. O valor médio do barracão é de R\$300.000,00, sendo que a empresa se interessa por integrar

produtores que esteja até 90 quilômetros de distância para que não haja grande despesa com fretes. A empresa tem se destinado à produção de frangos de 30 dias de criada, sendo que toda produção tem sido destinada à exportação. Quanto à a média de lucro do produtor, estabelece-se R\$0,21 centavos por cabeça, o que gera um valor de R\$4.200,00 pela produção por barracão.

É interessante perceber, nessa afirmação, o interesse da empresa em buscar produtores que estejam a distância não superior a 90 quilômetros para que os custos de fretes não interfiram na acumulação da mais-valia (que aqui trata-se da sujeição da renda da terra camponesa) e nas informações concedidas a respeito da remuneração do produtor. Do valor de R\$4.200,00 parte é destinada ao pagamento do financiamento do barracão além de outros custos não computados. Isso o leva o rendimento do produtor a ser bastante inferior a esse valor.

A rotina de trabalho do produtor passa a ser ditada pelo trabalho intenso junto aos barracões “administrados” pela empresa. Os produtores se transformam em quase operários e são obrigados a obedecerem às regras impostas pela empresa para poder obter algum ganho ao findar da criada. A base do processo de criação de frangos ocorre primeiramente pelo endividamento do produtor junto ao banco para a construção do barracão²⁵ e posterior alienação da sua produção junto à empresa, que promove a adequação de suas regras para os produtores.

O ato de temer a contração da dívida junto ao banco faz com que o produtor aceite quase sem contestações as imposições da empresa. Em nossas entrevistas, percebemos que mesmo os produtores que se diziam satisfeitos com a atividade exercida tinham intensa preocupação em obter rendimento ao findar a criada, isso em razão do compromisso de pagar as parcelas junto ao banco, para o qual sua propriedade estava hipotecada. Essas

²⁵ O custo médio de um barracão mecanizado é de R\$300.000,00.

condições adversas para os produtores logo os transformavam em “fiéis” seguidores da imposição da empresa que, se aproveitando das frágeis condições econômicas dos produtores, podem operar de forma mais livre em termos de imposição de produtividade e renda oferecida²⁶.

O Frigorífico Fribrasil, instalado também nas margens da BR-163, adquiriu e modernizou as estruturas físicas do espaço já arrendado por outras empresas (frigoríficos Caarapó, Minerva, Itaporã e outros). Trata-se de uma empresa que iniciou suas atividades recentemente (há 5 anos) em Eldorado-MS, tendo transferido sua estrutura pela aquisição da estrutura frigorífica desativada de Caarapó há 2 anos.

O Fribrasil²⁷ atua no comércio de carnes cujo destino principal são os grandes centros urbanos do país, e é especializado em cortes especiais com agregação de valores. O ramo de frigoríficos no Brasil sofrera grande impacto decorrente da crise econômica mundial em 2008, tanto os que atuam no mercado externo quanto interno, decorrente da perda de vendas para exportação. Com as exportações em baixa, coube desafogar o excesso de mercadoria no mercado nacional, o que acarretou elevada oferta, reduzindo preços. Mesmo investindo grande capital (diga-se de passagem, financiado), o Fribrasil já se encontra em dificuldades econômicas.

Segundo as informações coletadas na entrevista concedida por Marcos Ramalho (sócio-proprietário), atualmente o frigorífico emprega cerca de 500 trabalhadores, dos quais 80% são residentes de Caarapó. Esse entrevistado faz a seguinte análise:

O grande problema enfrentado pelo setor de frigoríficos no país tem sido a monopolização do mercado de carnes por duas grandes empresas do ramo, o Frigorífico Marfrig e JBS-Friboi. Esses frigoríficos determinam o preço da arroba, conseguem financiamentos com juros subsidiados transformando-se numa

²⁶ Também perguntamos a produtores sobre o nível de organização da categoria e verificamos que, enquanto classe de produtores de aves vinculados à empresa, o nível de organização é baixo.

²⁷ Informações coletadas em: www.fribrasil.com.br. Acesso em: 15/08/2010.

concorrência desleal. Um grande empréstimo do BNDES para o Friboi transformou o banco num acionista detentor de 30% das ações da empresa. A política estabelecida pelos grandes frigoríficos amparada na possibilidade de empréstimos subsidiados tem possibilitado uma disputa desleal na qual as grandes empresas têm adotado uma política agressiva para dominar o mercado da carne e para exportação, pressionando a falência das pequenas e médias empresas do setor.

A queixa apontada pelo entrevistado refere-se ao processo de monopolização de grandes fatias do mercado. É possível observar que grandes partes do mercado de alimentos industrializados encontram-se dominados por poucas empresas. No ramo de frigoríficos de carne bovina, a atuação das grandes empresas tem dificultado a manutenção dos pequenos e médios frigoríficos, que além de possuírem maiores estruturas, recebem também fortes incentivos do Estado, como empréstimos a juros subsidiados junto ao BNDES, sendo que essas mesmas formas de empréstimos têm sido impossibilitadas para as empresas de menor porte.

Outra informação importante do setor de frigoríficos de carnes em geral, foi a grande disposição em exportar carnes e derivados, inclusive uma empresa de médio porte, como a analisada, na qual 40% de sua produção é destinada aos mercados chinês, egípcio, líbio entre outros países da comunidade árabe.

No estado de Mato Grosso do Sul, a pecuária sempre foi a principal atividade agrícola, tendo sido inclusive, precursora do processo de ocupação regional junto com a exploração dos ervais pela Cia Matte Larangeira. A pecuária ainda é preponderante tanto para a região da Grande Dourados quanto para o município de Caarapó. Entretanto, o que observamos, em nossos trabalhos de campo, foi que a pecuária ainda prevalece em terras menos férteis subutilizando grandes extensões de áreas.

Somente em Caarapó, o rebanho bovino, segundo IBGE (2008), totalizava 144.867 cabeças, ocupando grande parte das terras no município. A pecuária é uma atividade que ocupa especialmente grandes áreas, entretanto ela também se faz presente na agricultura familiar.

Na agricultura familiar, mesmo a pecuária sendo a principal atividade das propriedades, o comércio do leite, enquanto subproduto, favorece a permanência dos produtores na terra. A produção de leite nos estabelecimentos é uma renda permanente para o produtor enquanto aguarda por longo período de tempo a engorda do rebanho até atingir peso suficiente para o abate. Para os pequenos produtores, a pecuária estabelece uma dupla dependência. Por um lado, as indústrias de leite e derivados que passam a impor um preço baixo segundo seus critérios, por outro, os frigoríficos que também estabelecem pressão pelo rebaixamento dos preços do boi gordo.

Assim, percebemos, nessa análise, que a pecuária, enquanto uma atividade já consolidada na região e no município de Caarapó, vem sofrendo certa pressão por parte de outras atividades agrícolas que supostamente garantem maiores rendas, como a inserção do setor sucroalcooleiro e o avanço das agriculturas de forte demanda de mercado, como a soja e o milho.

2.2.2. A presença das multinacionais e cooperativas do ramo de oleaginosas (Cargil, ADM, COAMO e C-Vale)

A vinda de grandes empresas para o Estado de Mato Grosso do Sul do ramo de oleaginosas faz parte do processo de intensa capitalização da agricultura em terras férteis, como ocorre em parte das terras encontradas em Caarapó. As melhorias das condições de infraestrutura de transporte conjunto à ampliação de técnicas modernas de produção, especialmente na adaptação da soja para as condições climáticas locais²⁸ permitiram intensa valorização do espaço local pelo despertar do interesse de novos migrantes capitalizados que passam a conceber essas terras como promissoras para seus negócios.

²⁸ Merecem destaque as pesquisas desenvolvidas pela EMBRAPA – Agropecuária Oeste com sede em Dourados.

Em Caarapó esse ramo está monopolizado por grandes empresas nacionais e estrangeiras, especialmente por armazenadora de grãos, sendo que algumas oferecem outros serviços, como comércio de maquinários, insumos e outros.

Trata-se de grandes empresas, algumas multinacionais que se destacam na exportação de grãos e outras são cooperativas que se instalaram para o município tanto pela necessidade de expansão de seus negócios como também para acompanhar o avanço da soja no país a partir da vinda de muitos cooperados, especialmente do estado do Paraná para o Mato Grosso do Sul.

Fundada em 1865, nos Estados Unidos, a multinacional Cargil se encontra desde 1965 no Brasil, sendo a maior exportadora de soja do país, estando presente em cerca de 120 municípios²⁹.

A Cargill possui um leque amplo de produtos comercializados que vão desde o oferecimento direto ao consumidor até a produção de subprodutos para indústrias. No setor de produção ao consumidor final, seus principais produtos industrializados são beneficiamento de oleaginosas (óleos, margarinas e maioneses) e fabricação de massas. Outra linha de atuação da empresa é a produção de ingredientes para a indústria de bebidas e alimentos, tais como: acidulantes e citratos, adoçantes, amidos e dextrinas, aromas, concentrados, cacau, chocolate, corante caramelo, culturas e enzimas, ingredientes funcionais, malte, soro de leite, texturizantes e emulsificadores. No setor agrícola, a Cargill atua nos setores de açúcar e álcool, e na armazenagem e comercialização de algodão e soja. A Cargill atua ainda por meio de sua marca Inovatti no fornecimento de óleos vegetais e lubrificantes para indústrias, medicamentos, cosméticos, tintas e produtos químicos. Nesse setor, também atua no ramo de amidos e féculas que atende a indústria de papelão, química, têxtil, de mineração e de gesso acartonado.

²⁹ Informações obtidas em www.cargil.com.br. Acesso em 15/07/2010.

Como se percebe, a área de atuação dessa multinacional é extensa. A Cargill se encontra presente em vários estados do país (Pará, Rondônia, Mato Grosso, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, São Paulo), tendo inclusive sociedade em portos para exportação como nos de Paranaguá (PR), Santarém (PA) e Santos (SP).

Em Caarapó, a Cargill atua apenas no processo de armazenamento de grãos (soja e milho) com capacidade de 47 mil toneladas. Segundo entrevista concedida por Nilton Lopes Machado Jr. (gerente da unidade da Cargil em Caarapó), em 13 de janeiro de 2011, a mesma se instalou no município por se tratar de uma área promissora para a agricultura, adquirindo o armazém recém-construído de outra armazenadora, a Corpal. Nilton Lopes Machado Jr. afirma:

Em Caarapó, a unidade apenas armazena grãos (soja e milho). Cerca de 30% do estoque em 2010 fora destinado à exportação. O armazém possui capacidade de 47.000 toneladas, sendo que os clientes são produtores pequenos (os que plantam 50 ha) a grandes (os que chegam a 6000). A Cargil, além de armazenar grãos, faz com capitais próprios o financiamento de lavouras, fornecimento de assistência técnica e insumos. Grande parte dos produtores integrados a Cargil são pequenos e médios produtores. Atualmente os produtores são preparados, ou seja, já possuem uma tradição no cultivo da soja, decorrência do rebaixamento do preço da saca, o que, com preços elevados facilita a entrada dos “aventureiros”.

Para Nilton Lopes Machado Jr., o principal problema para o desenvolvimento da agricultura na região e no estado de Mato Grosso do Sul está relacionado à questão dos transportes, pois a principal forma de escoamento é pelo transporte rodoviário, que é caro e encontra-se em condições ruins de uso. A falta do transporte ferroviário, por exemplo, dificulta a elevação da agricultura, porque os custos dos transportes rodoviários recaem sobre o preço da mercadoria.

Outra análise importante do entrevistado é que a Cargil estabelece parcerias de produção junto a pequenos produtores na produção de soja e

milho, inclusive financiando à produção e prestando assessoria técnica. É percebido pelo mesmo um forte temor do avanço da cana-de-açúcar sobre a área destinada à soja, que pode reduzir o volume produzido, inviabilizando inclusive a utilização dos armazéns.

Assim como a Cargill, a ADM é uma das maiores multinacionais no ramo de armazenagem e comercialização de soja e milho. Além desses, a ADM produz e comercializa sorgo, fertilizantes, biocombustíveis, produtos químicos e cacau no estado da Bahia, se destacando como a segunda maior empresa do ramo no país³⁰.

A ADM, multinacional norte-americana, está no Brasil desde 1997 quando passou a atuar no setor de esmagamento e armazenamento, especialmente da soja. A empresa possui silos nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, além de também atuar em países vizinhos (Paraguai e Bolívia) e na Bahia, onde atua no setor de beneficiamento de cacau. A empresa produz ainda biocombustíveis a partir da soja, com uma unidade de produção localizada em Rondonópolis-MT.

Em Caarapó, a ADM possui unidade de armazenamento de soja e de milho às margens da BR 163, com capacidade para 50 mil toneladas.

A C-Vale é uma cooperativa agroindustrial de origem paranaense (Palotina-PR), atuando em Caarapó no ramo de produtos e serviços agropecuários e no armazenamento de grãos. Atua no assessoramento da produção de grãos (soja e milho), na produção e no comércio de sementes de soja, no beneficiamento de mandioca, leite, aves e suínos. A C-Vale³¹ também financia parte da produção agrícola, comercializa peças, acessórios e

³⁰ Informações obtidas em www.adm.com. Acesso em: 15/07/2010.

³¹ Informações obtidas em: www.cvale.com.br. Acesso em: 18/07/2010.

máquinas agrícolas. Seu ramo de atuação vai além, adentrando no setor varejista de supermercados³².

No ramo industrial, a C-Vale produz amido modificado e rações; atua também no abate de frangos e suínos. A empresa possui 65 unidades assentadas nos estados do Paraná, Mato Grosso, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Paraguai.

O setor de cooperativas capitalizadas cresceu nos últimos anos³³. A expansão dos negócios vem a reboque do processo de capitalização da agricultura no país. Segundo entrevista concedida por Donizete Reis Teruel (gerente da unidade da C-Vale em Caarapó), em 27 de dezembro de 2010, o interesse da empresa em construir o armazém em Caarapó faz parte do direcionamento da empresa para o Mato Grosso do Sul, região propícia para a agricultura. Em Caarapó, a unidade armazena grãos, comercializa insumos, máquinas, peças. Além disso, oferece assistência técnica, tecnologia, administração. O custo do processo de associação para o produtor é de 1% do que o mesmo movimentava.

Sobre a C-Vale, Donizete Reis Teruel afirma:

O armazém possui capacidade para armazenar 12.000 toneladas. Há perspectivas de construção de mais dois silos, o que elevaria a capacidade de armazenagem em 24.000 toneladas. A capacidade de armazenamento em Caarapó tem sido insuficiente, porque se abriu muita área de lavoura desde 2003. Estão associados à empresa cerca de 140 produtores de Caarapó e região, basicamente médios e grandes produtores. Para o entrevistado, a soja só é vantajosa quando produzida em grande escala. Para os pequenos produtores há a necessidade de diversificar a produção. Os produtores em geral são aqueles que já estão produzindo na região há vários anos. Cerca de 90% dos grãos armazenados são exportados.

³² A Cooperativa administrará o mais novo empreendimento do setor varejista em construção na cidade de Caarapó, com previsão para funcionar em 2012.

³³ Segundo dados da cooperativa, os lucros líquidos alcançaram R\$7.518.435,22 em 2008 e R\$8.218.955,76 em 2009. Informações obtidas em: www.cvale.com.br. Acesso em: 18/07/2010.

A partir da entrevista concedida por Donizete Reis Teruel, assim como os casos da Cargil e da ADM, verifica-se que o capital comercial e industrial está se apropriando desse espaço propício para a produção da soja. Outra informação importante deve-se ao fato da seletividade dos produtores, basicamente agricultores especializados que possuem longo tempo de experiência com monoculturas.

A história da cooperativa COAMO³⁴ remonta ao final dos anos 1960. Nascida em Campo Mourão-PR, durante o período de baixa expectativa econômica, após o fim das explorações madeireiras, houve-se a proposta de incentivar a exploração da agricultura comercial em uma região que não possuía os melhores tipos de solos. Assim, a antiga empresa estatal para pesquisa e assessoramento da agricultura familiar – EMATER - inicia o trabalho com fins a incentivar a produção de trigo e, posteriormente, de soja.

Além da produção, outro problema diagnosticado era encontrar parceiros e mercados para comercializar a produção. Daí se iniciam as discussões para a formação de uma cooperativa entre os produtores rurais, no sentido de armazenar e comercializar a produção da soja.

A partir da ampliação do mercado do trigo e, posteriormente, da soja no país, a cooperativa ampliou, a partir da sua constituição na década de 1970, seu território de atuação, ampliando o número de associados e sua capacidade de armazenamento de grãos, transformando-se na maior cooperativa agrícola da América Latina.

Na década de 1980, a COAMO passou a integrar o setor agroindustrial, na fabricação de óleo de soja, fiação de algodão, margarinas, farinha de trigo, gordura vegetal e café. A empresa se encontra presente em 53 municípios nos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

³⁴ Informações obtidas em: www.coamo.com.br. Acesso em: 17/08/2010.

O motivo que levou a empresa a se instalar em Caarapó com uma unidade de prestação de serviços agropecuários e armazenamento de grãos foi a grande migração de cooperados, especialmente paranaenses, que pela elevada capitalização da soja, passaram a conceber a porção sul do estado de Mato Grosso do Sul como ponto estratégico para a ampliação da produção dessa cultura. Além de o estado estar numa posição geográfica estratégica em termos econômicos, os preços da terra, inferiores a muitas regiões até o início dos anos 2000, como o estado do Paraná, despertaram, nesses produtores capitalizados, a possibilidade de ampliação de seus negócios com a aquisição de áreas de terras maiores.

A vinda das empresas oleaginosas que passaram a implantar unidades de armazenamento em Caarapó se explica tanto pela migração de produtores, da expansão comercial da soja, quanto pela carência de unidades de armazenamento de grãos durante toda década de 1990. Onésimo Roque Caneppele, em 29 de junho de 2010, durante entrevista, relata:

Era evidente a baixa capacidade de armazenamento de grãos em Caarapó, por isso em 2001/2002, começamos a nos reunir com produtores para buscar uma alternativa, criando a “Grãos de Ouro”, um armazém para a estocagem da soja. Funciona num sistema de parceria (cooperativa). O problema é que o produtor tem receio em trabalhar em cooperativa, sabe? Montamos a “Grãos de Ouro” como poucos associados mesmo. A diferença entre a Grãos de Ouro e as demais cooperativas presentes no município é que na Grãos de Ouro o produtor pode colocar e retirar soja no momento em que quiser enquanto que nas demais cooperativas, o produtor fica aprisionado com a empresa, pois a mesma precisa se resguardar, né? Assim, nas cooperativas de Caarapó, o produtor entrega a mercadoria e depois é obrigado a vender via cooperativa.

Como é possível perceber, a vinda de empresas do ramo da soja se explica especialmente pela elevada possibilidade de reprodução do capital. Em Caarapó, hoje estão ocupados cerca de 76 mil hectares para a produção da soja, o que equivale a uma produtividade média de 228.091 toneladas por safra. Esse dado reforça a preocupação de entrevistados sobre a produção da

soja em Caarapó. A soja, de fato, foi importante produto na economia local em termos de mudança do perfil econômico do município, que antes da década de 1980 possuía economia pouco dinâmica com base na pecuária extensiva.

Atualmente, porém, outros setores da economia nacional passam também a perceber o sul do estado de Mato Grosso do Sul e especificamente o município de Caarapó como vantajoso em termos de reprodução do capital. Dentre eles, vamos destacar a expansão do setor energético no município.

2.2.3 Presença das empresas do setor energético (AGRENCO e NOVA AMÉRICA/COSAN)

A produção de energias renováveis a partir da cana-de-açúcar fez parte de um programa de Estado com fins à substituição, em parte, da dependência do petróleo, que desde a Crise de 1973 passou a promover aumento de gastos com a importação e a flutuação do produto no mercado externo. O Proálcool, idealizado na década de 1970, permitiu a expansão das usinas em grande parte do território brasileiro, especialmente no estado de São Paulo.

A ampliação dos incentivos por parte do Estado para a produção de etanol e biodiesel nos últimos anos, especialmente para o financiamento de plantas industriais via BNDES, tem permitido a ampliação maior desse setor no país, passando a ocupar áreas, como o Estado de Mato Grosso do Sul, que atualmente já dispõe de 21 unidades.

A produção do álcool e de biodiesel apontam para o fortalecimento da agricultura capitalista no Estado, incorporando tecnologias modernas na produção agrícola. Também é importante destacar o quanto isso tem impactado em termos econômicos, com a expansão dos negócios de grandes empresas multinacionais no setor por processos de aquisições e fusões, a também fazer parte desse mercado no Brasil.

A multinacional francesa Agrenco iniciou suas atividades em 1992 na distribuição e comércio de grãos no mercado europeu, expandindo sua atuação para a prestação de serviços e comercialização agrícola³⁵. Em curto período de tempo, está presente em boa parte do mercado europeu na distribuição de grãos e farelos, e passa a participar do mercado asiático. Além do armazenamento e comercialização de grãos, a Agrenco possui terminais marítimos, controlando importantes portos, como o de São Francisco do Sul, em Santa Catarina. A ampliação de sua atuação no Brasil em 2005 fez com que cerca de 50% de seu faturamento fosse no país.

Em 2006, a Agrenco passou a investir na construção de três plantas industriais para a produção de biodiesel a partir de oleaginosas, sendo uma delas instalada em Caarapó, com capacidade total para produzir 425 milhões de litros de biodiesel por ano. A unidade de Caarapó possui capacidade para processar 112 mil toneladas de grãos. A empresa se encontra presente nos estados de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Bahia.

A unidade de produção de biodiesel de Caarapó ainda não se encontra ativada em função das pendências financeiras e judiciais junto aos seus credores. Pelos balanços apresentados pela empresa, percebe-se que a mesma está diminuindo sua atuação em alguns países europeus como Portugal, Itália e Malta, e ampliando seus negócios no Brasil.

Segundo dados coletados na empresa, a Agrenco procura ampliar sua participação nos negócios de biodiesel porque tem expectativa da ampliação do mercado da produção de soja no Brasil, que aumentará o volume de produção em 95% até 2019. No setor de combustíveis, pela questão do valor do petróleo e por medidas que direcionam o uso de biodiesel misturado ao diesel fóssil em 5% até 2013³⁶ deve promover o aquecimento da demanda por

³⁵ Informações obtidas em: www.agrencogroup.com. Acesso em: 25/08/2010.

³⁶ Na União Europeia, esse valor deve ser de 5,75% para o uso em motores a diesel com fins de transporte.

esse tipo de produto, que corresponde tanto à valorização de mercado quanto pelas pressões ambientais.

Sobre o Grupo Nova América, a planta industrial para a produção de álcool e açúcar foi implantada pela mesma³⁷ em 2006 com capacidade para moagem de 1,5 milhão de toneladas na safra 2009/10 e 4,5 milhão de toneladas entre 2013/14. Sua sede encontra-se em Assis-SP, sendo empresa que atua especialmente nos ramos de açúcar e de álcool e na produção de suco concentrado de laranja.

No ano de 2009, ocorreu a fusão com o Grupo Cosan³⁸. Com isso a Nova América passa a ser sócia acionista da Cosan, fundada em 1936 com unidade em Piracicaba-SP, transformou-se em uma das principais empresas do ramo de bioenergia do país e da América Latina.

Na planta industrial de Caarapó existe a parceria, na qual a Nova América fica encarregada de produzir a matéria-prima para a indústria, administrada pela Cosan, cuja unidade possui 470 funcionários, a maioria, residente em Caarapó.

Trata-se de uma das maiores empresas do setor no mundo, responsável por 5% de todo açúcar e 4% de todo etanol produzido no mundo. Possui faturamento ao redor de U\$2.352.000 bilhões por ano, composta por 23 unidades de produção que ocupam 700.000 hectares.

Em 2007, a Cosan iniciou seu processo de internacionalização, como uma das primeiras empresas brasileiras com ações na Bolsa de Nova Iorque. As empresas de seu grupo representam cerca de 10% da produção de cana-de-açúcar no Brasil. No ano de 2011 foi oficializada a criação da *joint venture* com a Shell, na qual a Cosan passou ser responsável pela distribuição dos produtos da marca Esso e Shell no país.

³⁷ Informações obtidas em: www.novamerica.com.br. Acesso em: 20/08/2010.

³⁸ Informações obtidas em: www.cosan.com.br. Acesso em: 22/08/2010.

Toda essa discussão, preliminar, no entanto necessária, na qual observamos processo de territorialização do capital por grandes e médias empresas capitalistas vinculadas à industrialização da agricultura serve como pressuposto para compreendermos as facetas da relação campo-cidade que se apresentam em Caarapó, a influência da modernização da agricultura e seus reflexos na produção do espaço urbano da pequena cidade e as alterações nos modos vida dos moradores, assunto que discutiremos no capítulo terceiro.

CAPÍTULO 3 - RELAÇÃO CAMPO-CIDADE EM CAARAPÓ

Neste capítulo, procuramos analisar os aspectos da relação campo-cidade na pequena urbana. Desvendamos as formas do espaço urbano e algumas contribuições na já complexa discussão acerca da relação campo-cidade.

A partir da modernização da agricultura e da vinda de grandes empresas para Caarapó, promoveram-se impactos na cidade e na relação campo-cidade. É relevante destacar que o campo e a ruralidade ainda se fazem presentes no espaço da pequena cidade, como no caso de Caarapó.

A modernização da agricultura se espalha na produção capitalista e camponesa no município. É importante destacar que ambos, tanto produtores capitalistas quanto camponeses, dependem direta ou indiretamente da cidade. A cidade pode se transformar na moradia, como no estabelecimento de relações comerciais e serviços vinculados ao campo.

Percebemos que existem espaços na cidade não edificadas que são utilizados por atividades agrícolas, como a criação de animais de consumo ou pequenos cultivos. De forma geral, as cidades pequenas vêm sendo analisadas a partir da lógica que as compara a cidades médias ou grandes. Essas características são bastante residuais para a compreensão, uma vez que a pequena cidade possui particularidades que não são encontradas em centros de maior porte, como a forte presença do rural na cidade, por mais que mediadas por processos gerais similares às médias e grandes cidades.

Entretanto, a lógica da modernização tem procurado modificar esses sentidos, alterando muitos hábitos dos moradores, como o consumo de produtos industrializados, semi-prontos, tornando as práticas rurais na cidade cada vez mais reduzidas e, principalmente, marginalizadas.

3.1 As transformações do campo pela modernização da agricultura e os impactos na agricultura camponesa e capitalista

Aqui, resgatamos os impactos da modernização do campo sobre a agricultura capitalista e camponesa. Trata-se de um esforço necessário para compreender, no momento seguinte, o quanto a agricultura diretamente repercute na produção do espaço urbano, especialmente da pequena cidade. Assim, discutimos os sentidos da agricultura em suas diversas formas e importância em Caarapó.

No plano teórico, segundo Marx (1988) e alguns de seus discípulos contemporâneos, como Veiga (2003), Graziano da Silva (1996) e Abramovay (1992), o sistema capitalista tenderia a se espalhar completamente sobre todas as formas produtivas, primeiro na indústria urbana até atingir o último estágio, a capitalização da agricultura. Logo, os camponeses enquanto último resíduo feudal, ou relação não capitalista de produção com base no trabalho familiar, estariam fadados à proletarianização, pois ao se inserirem no mercado competitivo, não teriam espaço, perderiam as terras transformando-se em trabalhadores assalariados, na cidade e no campo.

Entretanto, a partir da teoria da recriação do campesinato, com base na teoria de Rosa Luxemburgo, compreende-se que o capitalismo não se apresenta de forma homogênea em todos os lugares e atividades. Na agricultura, as formas de produção tipicamente capitalistas vieram se assentar em atividades nas quais pode reduzir o custo com força de trabalho ao máximo, podendo assim, se apropriar da mais-valia de forma ampliada. (OLIVEIRA, 2004)

Entre as atividades agrícolas em que tais processos se fazem mais nítidos estão a produção mecanizada em grandes lavouras de soja, na laranja, na cana-de-açúcar, na pecuária, entre outras. Na produção da agricultura tipicamente capitalista, assim como na indústria, a força de trabalho deve encontrar-se dissociada dos meios de produção. O capitalista da agricultura terá que dispor de seu capital transformado em meios de produção (aquisição de maquinários, insumos), no pagamento antecipado da renda da terra (por

arrendamento ou aquisição) além da contratação da força de trabalho. Como o trabalho humano é o único capaz de gerar riquezas de forma ampliada, é do trabalho que o capitalista se apropria da mais-valia, ou seja, de toda riqueza, apenas parte é revertida para o trabalhador na forma de salário.

Em termos teóricos, a agricultura capitalista simboliza aquela que incorpora, de forma mais completa, os avanços da ciência no campo e que apresenta de forma mais nítida a importância da propriedade privada e as relações de trabalho assalariados (tipicamente capitalistas). Podemos destacar, na agricultura capitalista, a padronização de culturas agrícolas, a subordinação à indústria e ao sistema financeiro e, por último, sua incorporação cada vez maior ao mercado mundial. Aí também, a renda da terra se mostra mais fácil de ser compreendida.

Logo, o aprimoramento da ciência atinge praticamente todas as formas econômicas. Para Marx (1988, p.136), a agricultura foi a última etapa de apropriação pelo capitalismo, tendo em vista que há relação mais estreita com o mundo natural, mas adverte que o capitalismo jamais conseguiu artificializar completamente a agricultura.

É por meio da absorção, mesmo parcial da agricultura pela técnica, que tivemos caracterizada a formação da agricultura capitalista, concebida pela integração econômica entre indústrias, bancos e Estado. Esse modelo teve como característica uma maior divisão social do trabalho, com a constituição do trabalho assalariado no campo. Marx (1988, p.112) entendia a agricultura capitalista da seguinte maneira:

(...) um dos grandes resultados do modo de produção capitalista é que, por um lado, transforma a agricultura, de um procedimento meramente empírico e mecânico tradicional da parte desenvolvida da sociedade num emprego científico consciente da Agronomia, desde que isso seja possível sob as condições da propriedade privada; dissocia inteiramente a propriedade fundiária das relações de dominação e servilismo feudais, e ainda separa por completo o solo, enquanto condição de trabalho, da propriedade fundiária e do senhor da terra, para o qual a terra representa apenas um tributo

em dinheiro que, por meio de seu monopólio, ele arrecada do capital industrial, o arrendatário (...)

Há um embate sobre as correntes teóricas que defendem a agricultura capitalista e as que analisam o sentido dessa forma de produção. Oliveira (2003) apontava que os sentidos negativos da agricultura capitalista, pelo autor definida como agronegócio, provoca a dependência do país para o mercado mundial de *commodities*. Segundo Oliveira:

A inserção cada vez maior do Brasil no agronegócio deriva de seu papel no interior da lógica contraditória do desenvolvimento do capitalismo mundializado. É respondendo a esta lógica que se exporta para importar e importa-se para exportar. Não há mais limite para a busca do lucro máximo. O mercado é o mundo. O Brasil que é um país que sempre dependeu da importação do trigo, na safra de 2003, acreditem, exportou pela primeira vez trigo. Assim, as elites capitalistas do Brasil buscam seus ganhos máximos onde existir quem queira comprar (OLIVEIRA, 2003, p.120).

Para o mesmo autor, o mercado mundial dita as regras para o mercado local. A agricultura capitalista produz para o mercado, deixando o país vulnerável em termos de soberania alimentar porque produz gêneros de exportação. O Estado financia esse tipo de agricultura para gerar *superavit* e pagar os juros da dívida externa. O agronegócio, por sua vez, está calcado na contradição – exporta-se para depois importar.

Assim o agronegócio moderniza o país, já não dependemos mais apenas da importação do trigo, mas agora também do leite. Estamos, pois, diante de uma terrível contradição. Quem produz, produz para quem paga mais, não importa onde ele esteja na parte do planeta. Logo, a volúpia dos que seguem o agronegócio vai deixando o país vulnerável no que se refere à soberania alimentar. Como as *commodities* (mercadorias de origem agropecuária vendidas nas bolsas de mercadorias e de futuro) garantem saldo na balança comercial, o Estado financia mais as ditas cujas. Então, mais agricultores capitalistas vão tentar produzi-las. Dessa forma, produz-se o saldo da balança comercial que vai pagar os juros da dívida externa (OLIVEIRA, 2003, p.122).

Viladesau (2007) também apontou várias críticas à agricultura capitalista, representada por ele como agronegócio. Para esse autor, ao compreender a territorialização dessa atividade no Paraguai, percebe-se que o agronegócio promove a perda da soberania nacional, ampliando as problemáticas ambientais, desestruturando as atividades tradicionais típicas da agricultura camponesa e promovendo a monopolização da agricultura por empresas estrangeiras.

Já Elias (2003) aponta elementos positivos para este modelo no país. A autora entende que a agricultura capitalista proporcionou, nos últimos anos, salto qualitativo no que se refere aos avanços tecnológicos na agricultura brasileira, assim como também a ampliação das exportações do país. Quando se lê a sua obra, porém, temos a impressão de que estamos diante de uma estrutura social harmônica, na qual a agricultura capitalista vem conseguindo promover o desenvolvimento socioeconômico sem a existência de conflitos sociais.

No entanto, no campo, como afirmamos, não prevalece apenas a agricultura capitalista. Há também a agricultura camponesa. Para compreender a agricultura camponesa, é necessário entender que o capitalismo produz relações contraditórias na sua própria lógica de acumulação com base na força de trabalho desprendido dos meios de produção (trabalho assalariado). Em atividades nas quais há necessidade de grande quantidade de força de trabalho, o capital preferiu abdicar de diretamente produzir (tendo em vista a possibilidade remota da reprodução ampliada por meio da absorção de mais-valia).

Assim aponta Nardoque (2007, p.242):

De toda forma, no campo, quando a renda da terra é relativamente baixa na produção, pelos baixos preços dos produtos ou pelo alto custo de produção, há sujeição da renda da terra ao capital na circulação, principalmente das grandes empresas processadoras, dos atacadistas, dos atravessadores e das empresas agro-exportadoras. Na verdade, a agricultura familiar,

contraditoriamente, é preservada e reproduzida na lógica da reprodução ampliada do capital.

As atividades agrícolas que necessitam de grandes quantidades de mão-de-obra passam a serem realizadas, segundo Oliveira (2007) por agricultores camponeses. O camponês não deve ser entendido como algo estranho ao capitalismo por se tratar de uma relação não capitalista de produção, mas sim como uma relação necessária ao próprio capital. Por isso, o campesinato não se trata de uma forma residual a ser eliminado como afirma Graziano da Silva (1996), Veiga (2003) e Abramovay (1992). Pode sim ampliar sua atuação no conjunto da economia, como por exemplo, na reforma agrária promovida pelo Estado ou pelos projetos de colonização privada espalhados no país.

Entenda-se que o campesinato é necessário ao próprio capital. Na produção camponesa ocorre a subordinação da renda da terra e do trabalho na circulação da mercadoria, ou seja, a riqueza produzida pelo trabalho camponês é apropriada pela indústria pela subordinação da renda da terra.

A produção de alimentos para abastecimento interno, assim como a integração do produtor à indústria, como na avicultura e suinocultura são exemplos dessa prática. No primeiro caso, o comércio e a distribuição forçam o rebaixamento dos preços e, com isso, subordinam a renda da terra. No outro exemplo, os produtores, uma vez integrados à indústria, se transformam em mera etapa da produção industrial, sendo que a indústria estipula os preços dos insumos fornecidos e o preço da mercadoria produzida pelo camponês. Desta forma, a indústria se apropria da renda fundiária sem por ela pagar, ao passo que ao camponês se apropria apenas do lucro médio. Tais elementos são apresentados por Mizuzaki (2003).

Para compreendermos em parte essa teoria, recorremos a Oliveira (2004, p.40), que afirma:

A análise da agricultura, especificamente a brasileira, neste final de século e milênio deve ser feita no bojo da compreensão do desenvolvimento capitalista em nível mundial. Isso passa, sempre, pela compreensão desse desenvolvimento como sendo contraditório e combinado, ou seja, ao mesmo tempo em que avança reproduzindo relações especificamente capitalistas mais avançadas, gera também, igual e contraditoriamente, relações não capitalistas de produção e de trabalho, como, por exemplo, as relações camponesas, a peonagem etc., todas necessárias à sua lógica de desenvolvimento.

Segundo Oliveira (2004, p.42), existem duas formas de apropriação da renda e exploração do trabalho: a primeira ocorre quando o capital se territorializa, varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer como trabalhadores urbanos (indústria, comércio e serviços) ou como assalariados no campo (boias-frias). Assim temos a lógica capitalista plenamente instalada e a reprodução ampliada se desenvolve na sua plenitude. O capitalista proprietário de terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola e a renda da terra gerada por essa atividade agrícola, como nos casos da cana, da soja, da laranja. Já num segundo mecanismo, quando apropria o território, o capital cria, recria, redefine relações camponesas de produção familiar. Assim abre-se espaço para o desenvolvimento da economia camponesa e com ela o campesinato. O campo continua povoado e pode até se expandir, podendo possibilitar inclusive a distribuição da riqueza no campo e nas cidades, quase sempre pequenas.

Em nossas atividades a campo, pudemos perceber, pelas entrevistas, sentidos distintos entre os discursos de produtores capitalistas e produtores camponeses em Caarapó. Toda essa discussão serve, portanto, para compreendermos o quanto o campo ainda interfere diretamente na reprodução do espaço, como no caso analisado, em uma pequena cidade.

A cidade muitas vezes é a base material para a satisfação das necessidades do campo, como no comércio varejista e em estabelecimentos de prestação de serviços direcionados para atividades rurais (veterinárias, insumos, maquinários, associações de classe, bancos, prestação de serviços

de planejamento agrícola entre outros). Assim, mesmo com suas distinções, campo e cidade encontram-se em constantes diálogos e relações.

Sobre a agricultura capitalista em Caarapó, as informações fornecidas por João Amaral Alves (administrador do armazém Guedim), em entrevista concedida em 12 de janeiro de 2011, apontam alguns aspectos desse tipo de agricultura. Atualmente os empresários da família Guedim produzem soja em 6.000 hectares de terras em Caarapó. A possibilidade do arrendamento do armazém da Cooagri, cooperativa que entrou em concordata, ocorreu pela necessidade do armazenamento da produção e ao mesmo tempo para garantir a liberdade de comercialização nos momentos em que os preços da soja fossem mais favoráveis.

Os Guedim são antigos produtores camponeses que se capitalizaram com a produção da soja e no atual momento se encontram no patamar de produtores capitalistas de soja e milho. São também típicos produtores migrantes, pois o patriarca veio de Santa Catarina para o Paraná (cidade de Pato Branco-PR) e depois para Ithaum (distrito de Dourados-MS) e na década de 1970 adquiriram terras em Cristalina (distrito de Caarapó-MS).

Os Guedim são também produtores que conseguiram grande prosperidade com a produção de soja. Atualmente possuem 35 funcionários no campo e outros 5 trabalhadores no armazém arrendado. Do total de terras que cultivam, cerca de 60% delas são arrendadas (o arrendamento normalmente é realizado por contratos de 4 anos; e é pago, em média, 15% da produção de soja em sacas).

Foto 10: Aspecto da estrutura para a produção agrícola capitalista

A fotografia 10 apresenta uma dimensão da estrutura produtiva da agricultura capitalista. Nela se observa a grande estrutura para a produção de soja em grande escala, com barracões para maquinários e insumos (sementes, adubos, defensivos e outros).

Devido à grande valorização da soja no mercado, na entrevista foi-nos informado que a família de agricultores³⁹ pretende estabilizar o volume de produção de soja numa área ao redor de 10 mil hectares em Caarapó ou em áreas próximas. O principal problema observado, entretanto, tem sido o forte avanço da cultura da cana-de-açúcar, a partir da instalação da Usina Nova América-Cosan em Caarapó. Necessitando de uma grande área para produzir, as usinas que vêm se instalando na região têm promovido a elevação do preço das terras a partir do oferecimento de rendas maiores aos proprietários das mesmas.

³⁹ Os Guedim trabalham numa parceria entre dois irmãos – Dionei Guedim e Douglas Guedim – desde o momento em que herdaram os negócios do pai

Além da disputa por ganhos maiores, as usinas utilizam um *lobby* no sentido de oferecer aos proprietários a “garantia” do recebimento da renda. O temor frente ao avanço das usinas de açúcar na região foi revelado não só pelo representante do armazém Guedim, João Amaral Alves, mas por diversos outros entrevistado, desde lideranças políticas, comunitárias até mesmo representantes de grandes empresas ligadas à soja.

Outra informação revelada por João Amaral Alves foi a defesa da cultura da soja, que para o entrevistado só passa a ser viável para produtores que detenham pelo menos 500 hectares de terras. Tal fato reafirma que a soja e o milho safrinha possuem rentabilidade média por hectare menor, necessitando, portanto de uma elevada área para o qual se pode aplicar a modernização, como tratores, colhedeiras, insumos dentre outros. Se calculada a taxa média de ganhos de uma lavoura de soja (entre U\$700 a U\$1.000,00 dólares⁴⁰) por hectare, somente com uma grande área de terras é possível conseguir os recursos necessários para custear os pesados investimentos para a agricultura mecanizada (apenas uma única colhedeira pode ter valor superior a U\$ 500.000,00 dólares).

A agricultura capitalista envolve grandes investimentos de capital, possui grande vulnerabilidade em decorrência das oscilações climáticas e as oscilações dos preços, determinadas por grandes monopólios comerciais e industriais (com destaque para as duas grandes exportadoras de soja no mundo, as norte-americanas Cargil e ADM). O que se observou nas entrevistas é que os produtores têm buscado formas de se capitalizarem a fim de financiarem a produção com recursos próprios rejeitando, com isso, o pagamento de juros e a manutenção dos interesses dos produtores, uma vez que a safra financiada fica resguardada sob garantia ao pagamento do banco ou da empresa financiadora.

⁴⁰ Utilizaremos sempre o padrão dólar como referência, para que, em decorrência do processo inflacionário, a pesquisa possa ser refletida sem grandes problemas no futuro. Com base na cotação do dólar na data da pesquisa em \$1 = R\$1,70.

Para a aquisição de equipamentos (tratores, colhedoras e outros), mesmo aos produtores capitalizados, devido aos planos de financiamentos subsidiados pelo Estado, a busca por esse recurso é mais significativa. Esse tipo de financiamento tem beneficiado especialmente grandes produtores capitalizados, ou seja, que a priori não necessitariam de tais incentivos.

A importância da cidade para esse tipo de agricultura é mais residual. Na realidade observa-se um sentido inverso. Em uma cidade pequena, a agricultura capitalista contribui menos para o desenvolvimento da cidade. Para uma cidade pequena como Caarapó, a agricultura capitalista tende a realizar relações comerciais que ultrapassam o domínio local. Esse agricultor, que poderíamos denominar também de empresário, tende a estabelecer relações de trocas (compras de insumos, equipamentos e serviços) muitas vezes fora da cidade, em busca de preços e de competitividade.

A cidade se transforma basicamente em local de moradia, especialmente para os funcionários da fazenda/empresa. A agricultura capitalista, em geral, muito pouco consome na cidade. A agricultura de escala pode adquirir produtos diretos da fábrica, sem necessariamente passar por intermediários, como os comerciantes da cidade. A cidade pequena, por oferecer poucas condições de competição ou sofisticação, muito pouco se apropria das riquezas produzidas na agricultura de escala.

Há um embate, entretanto, nas ciências humanas sobre as consequências reais do processo de modernização da agricultura. O sucesso econômico da produção em grande escala esconde o processo perverso na qual se encontra a agricultura. As máquinas substituem trabalhadores, que na impossibilidade de permanecerem na terra, tendem a migrar para as periferias das cidades, vivendo da maneira mais precária possível. Aqueles que retornam a terra, muitas vezes se fazem enquanto trabalhadores temporários, também chamados de boias-frias, em condições bastante adversas de trabalho. Os subsídios financeiros concedidos para a agricultura capitalista camuflam seu sucesso econômico, tendo o Estado, ao arcar com as despesas, perdas

significativas de recursos públicos arrecadado de toda sociedade na forma de tributos.

Em entrevista concedida por Donizete Pereira Fagundes⁴¹, em 16 de janeiro de 2010, é perceptível que a modernização da agricultura promoveu a ampliação dos empregos assalariados no campo e tem promovido alterações nos modos de vida dos trabalhadores rurais. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caarapó, vinculado à CUT e à Fetagri, possui hoje 2.776 filiados. É importante destacar, nas falas do entrevistado, que a usina é a principal atividade empregadora no campo, especialmente diaristas ou trabalhadores temporários.

A assalariamento fixo, segundo Donizete Pereira Fagundes, reduz significativamente a qualidade de vida do trabalhador rural. Já ao trabalhador que reside no campo, há outros benefícios além do ganho mensal, como moradia, água e energia cedidos pelo proprietário além da possibilidade do trabalhador produzir alguns víveres para seu consumo. No assalariamento fixo, o trabalhador não tem direito a nenhum desses benefícios, reside na cidade, é são obrigado a arcar com os custos de moradia (aluguel), água, luz e comprar no mercado tudo que necessita para sobreviver. A modernização transforma assim a vida do trabalhador numa forma precária de sobrevivência.

Basicamente, na agricultura, com destaque ao trabalho com a cana-de-açúcar, prevalece o assalariamento da força de trabalho, com a migração pendular da cidade (local de moradia/dormitório) para o campo (local de trabalho) diariamente. Na pecuária, prevalecem as formas de trabalho em que a força de trabalho reside no campo. Se por um lado, morar no campo pode significar benefícios ao trabalhador, como a renda acessória e menores gastos, por outro, o trabalho direto no campo pode dificultar a vida familiar desse trabalhador, no que se refere, por exemplo, ao acesso à saúde, à educação e ao lazer. .

⁴¹ Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caarapó.

Segundo Donizete Pereira Fagundes, em 16 de janeiro de 2010,

Os salários dos trabalhadores rurais no campo hoje é em média R\$551,00 (salário rural) mais salários adicionais (luz, água, moradia, alimentação). Para o trabalhador na cidade é de R\$ 650,00 mais proporção da renda, cerca de 100 sacos (soja ou milho) por lavoura. Assim, os trabalhadores do campo acabam tendo mais benefícios, pois os custos de vida é baixo.

Outra informação relevante, apontada pelo entrevistado é a de existência numerosa de trabalhadores do campo (cerca de 3.000 trabalhadores), vinculada ao modo de vida tradicional. Assim, o perfil do trabalhador do campo se define por longa experiência na atividade ou que desde criança fora educado para o trabalho no campo. Para Donizete Pereira Fagundes, “maioria dos trabalhadores preferem residir no campo por questão de hábito”.

Esse entrevistado afirma ainda que, no sindicato, entre os anos 1970 a 1990, era comum a denúncia de trabalho escravo no campo, fato que praticamente não foi mais registrado atualmente em Caarapó. Tal fato deve ser entendido a partir do esgotamento da fronteira agrícola na região e do processo de modernização (com destaque às agroindústrias).

Outra informação importante referem-se às dificuldades apresentadas pela manutenção dos agricultores camponeses. A impossibilidade atual dos produtores comercializarem diretamente seus produtos, como derivados de leite, víveres e outros faz com que os mesmos fiquem presos aos monopólios das indústrias que, aliado ao fraco incentivo do Estado por diversificação da produção, tem reduzido as possibilidades de manutenção dos camponeses na agricultura.

Esse é o exemplo da produção de leite no município, que alguns anos atrás, era comercializado diretamente pelos produtores para os moradores da

cidade, agora o produtor é obrigado a comercializar a produção diretamente na indústria.

Sobre a agricultura camponesa, fora observado em nossas pesquisas a campo, a grande criatividade dos produtores em mesclarem atividades para possibilitar a manutenção na terra. A pequena cidade tem interferência mais incisiva sobre esse tipo de agricultura, pois os pequenos e médios produtores dependem diretamente da cidade local para o suprimento de varias necessidades.

O que caracteriza a agricultura camponesa é a lógica da fartura, como frisou Eder Maran em entrevista concedida em 13 de janeiro de 2011.

Para os produtores camponeses, segundo Oliveira (2007), a lógica que prevalece é a produção com fins à manutenção da própria família camponesa. Assim, uma parte do que produzem é destinada ao consumo familiar e outra parte é trocada no mercado por dinheiro para suprir outras mercadorias que o camponês não produz. Enquanto na produção capitalista com a reprodução ampliada do capital temos a equação D-M-D (Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro⁴²) , na produção camponesa, o mesmo equivalente se transforma em M-D-M (Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria).

A produção de soja foi transformada na principal atividade, tanto para grandes quanto para os pequenos produtores. Em parte remete uma crítica à falta de políticas públicas no sentido de diversificar a produção agrícola com medidas de proteção e preço para os mesmos.

Eder Maran, na entrevista concedida em 13 de janeiro de 2011, afirmou que cultiva, em parceria com seu pai (já aposentado), 21,6 hectares de soja. Como contrapartida, o mesmo cria gado de corte em outros 14,4 hectares além de outras atividades destinadas ao consumo próprio. Basicamente a renda da soja fica com o pai do entrevistado, e, com a venda do gado (comercializa em

⁴² Nessa equação, o capital após passar pela metamorfose de transformação em mercadoria, retorna ao capitalista na forma de mais capital, ou seja, recuperação do capital investido acrescido da taxa de lucro e da mais-valia (trabalho não pago).

torno de 12 cabeças por ano) sustenta a família. Eder Maran apontou ainda as dificuldades de sobreviver na pequena propriedade familiar, dos riscos existentes, como as perdas da produção por conta dos efeitos climáticos, dos preços baixos no momento da colheita e na falta de garantia de pagamento por parte dos proprietários de armazéns (atravessadores). Relata que já houve casos de produtores se endividarem, perderem a terra (por questões climáticas e econômicas), e transformarem-se em trabalhadores assalariados.

A necessidade incessante de buscarem atividades complementares é outra marca da agricultura camponesa. Eder Maran apontara seu interesse em buscar algum emprego remunerado no período de entressafra como motorista de caminhão.

Brás Poças, entrevistado em 16 de janeiro de 2011, é outro exemplo de produtor camponês. Ele possui 4 barracões de frangos integrados junto à empresa Perdigão Alimentos, atual Brasil Foods. A avicultura, para o mesmo, tem sido uma atividade complementar à produção da soja, na qual cultiva 12 hectares em terras próprias e outros 42 hectares em terras arrendadas.

Foto 11: Aspecto da agricultura camponesa na gleba Engenho Velho

A fotografia 11 refere-se a uma comunidade tipicamente camponesa. Nas unidades camponesas, prevalece a formação com residências geralmente muito próximas, árvores frutíferas ao redor da casa, alguma criação para consumo (leite e carne). Na margem direita da fotografia, realiza-se a agricultura de soja praticada por pequenos produtores.

A opção pela produção de soja, segundo Brás Poças, se deve à grande liquidez que tal atividade proporciona, ou seja, mesmo tendo preços algumas vezes desfavoráveis, a soja sempre tem preço de mercado, ou seja, o produtor nunca perde completamente, diferente de outras lavouras como a mandioca, o feijão etc.

Outra consideração na entrevista concedida por Brás Poças está vinculada aos limites de financiamento subsidiados pelo Estado. Para o entrevistado, há uma linha de crédito com juros baixos (entre 6 a 12% pelo PRONAF) para produtores de pequeno porte, sendo que essa taxa de juros se eleva demasiadamente se o produtor for avaliado como grande produtor. Para casos, por exemplo, de financiamento para barracão de frangos (além dos juros serem maiores, o produtor que não estiver sob a condição de pequeno, o banco não financia todo empreendimento). Assim, os produtores que estiverem em vias de se transformarem em produtores capitalizados são obrigados a pagarem juros mais elevados na mesma proporção que grandes produtores.

Tal Afirmação é também compartilhada por Antonio Sergio Piveta, entrevistado em 14 de janeiro de 2011, que cita programas governamentais favoráveis para a agricultura na pequena propriedade, como o PRONAF (com juros de 6% ao ano) e o Programa Mais Alimento (com juros de 2% ao ano). No entanto, tal crédito possui muita burocracia para ser adquirido. Por exemplo, no Programa Mais Alimento, o produtor ou outro membro familiar não pode ter emprego fora da pequena propriedade, que teoricamente é uma das

necessidades da agricultura camponesa (o trabalho acessório fora da propriedade como complemento da renda familiar).

Foto 12: Barracão de frangos mecanizado na Colônia Saiju

A avicultura em Caarapó tem se demonstrado uma das poucas alternativas do produtor conseguir o mínimo para se manter na atividade, mas com elevada exploração do trabalho familiar. A pressão exercida pela empresa⁴³, aliada aos empréstimos contraídos junto aos bancos, corrói boa parte dos ganhos gerada nos barracões. Maria Aparecida, em 05 de julho de 2010, relata:

Nós não tínhamos ligação no campo. Morávamos na cidade. O Paulo (marido) era construtor. Vivíamos numa situação muito difícil na cidade. (...) O Paulo foi chamado pra construir a Piratini

⁴³ Em Caarapó, a avicultura teve início, na década de 1990, com a construção do frigorífico de abate Piratini, por iniciativa de empresários da própria cidade a partir de financiamentos conseguidos pelo FCO (Fundo Constitucional para o Centro Oeste). (Lomba, Valente e Silva 1994, p.23)

(frigorífico de aves) em Nova América. Foi ele que construiu ela todinha. O seu Severo (proprietário da Piratini) começou a gostar muito do Paulo. (...) um dia o seu Severo fez uma proposta pro Paulo, era para ele montar um barracão de frango. Mas nós não tínhamos dinheiro nenhum na época, era uma vida muito dura. O seu Severo disse pra nós procurar a terra que nós quisesse que ele ia pagar. Eu não entendia quase nada daquilo, tinha muito medo, porque não tínhamos dinheiro algum, mas o seu Severo queria. O Paulo saía todo domingo que era a folga dele pra procurar um lote de terra. Saía de bicicleta, andava 20, 30 km, pra procurar. (...) um dia ele encontrou um lote, mostrou pro seu Severo, mas ele não gostou, disse que não servia pra nós. Eu ficava sem entender. Um dia o Paulo encontrou esse lote que nós estamos hoje, perto da cidade, seu Severo gostou, porque facilitava pras crianças estudar sem dificuldade, disse para nós fecharmos negócio, mas nós não tinha dinheiro algum. Um dia depois abrimos a conta no banco e veio o depósito direto na conta. Um dinheirão. Eu tinha medo daquilo, nunca tinha visto tanto dinheiro. (...) começamos construir o barracão, eu e o Paulo, pra não precisar pagar ajudante. Construimos. (...) nosso vizinho que era dono do outro barracão começou a querer vender, dizia que não dava nada, daí o seu Severo disse pra nós comprar também. Eu tinha medo de não dar certo, não sabia o que ia acontecer. Mesmo assim compramos. Trabalhamos 15 anos com barracão de frango. (...) Chegamos a ter 4 barracões, dávamos um duro danado, porque o frango, pra cuidar tem que estar ali em cima, todo dia. É um trabalho gostoso, mas cansa. Trabalhava eu, o Paulo e meu filho mais velho, toda a família vivia em função do barracão. (...) um dia o Paulo disse que não queria mais cuidar do barracão. Quis comprar um caminhão. Daí eu comecei a tocar tudo sozinha com a ajuda do meu filho mais velho, era pesado pra nós. (...) Meu filho também quis parar de trabalhar no barracão, queria ser caminhoneiro. Eu disse tudo bem. (...) o que nós podemos, fizemos pros nossos filhos. Meu filho mais velho não quis fazer faculdade, então eu guardei um dinheiro e dei pra ele comprar o caminhão dele. Os outros eu incentivei estudar. (...) hoje nós não tocamos mais barracão, dois nós vendemos e dois arrendamos, mas já tá tudo pago, graças a Deus. (...) Hoje eu vejo o quanto mudou a empresa (que passou de Piratini vendida para Frangosul, novamente vendida para a multinacional DOUX), antigamente a gente criava frangão de 2,5, 3 kg que levava dois meses pra ir pro abate; hoje é só franguinho de 35, 40 dias. (...) eu vejo os produtores pegarem financiamentos elevados. Eu não tenho coragem de pegar um financiamento daqueles, porque o barracão dá um bom dinheiro, mas o valor do financiamento é muito alto. (...) vez em quando aparece gente perguntando se vale a pena montar barracão, eu digo pra pensarem bem porque é um trabalho muito desgastante, não aconselho.

A avicultura foi apontada como atividade complementar à soja para produtores camponeses. Apesar de ser um investimento de elevado custo (em média um barracão custa, segundo informações coletadas com Brás Poças, entre U\$70.500,00 a U\$106.000,00 dólares) é uma atividade que, para os

produtores, se paga pela força de trabalho familiar destinada para o trato dos frangos (que na prática são propriedades da empresa). Em média cada barracão proporciona uma renda mensal para o produtor na ordem de U\$600,00 dólares. Na prática, para os produtores que mesclam o trato na avicultura e a produção da soja, a criação integrada de frangos gera a renda capaz de manter o produtor na terra sem grandes dificuldades, enquanto a soja se transforma na atividade que proporciona algum acúmulo de dinheiro, que pode ser revertido em capital (renovação de maquinários, por exemplo) ou em, gastos familiares.

Foto 13: Placa indicativa da integração empresa-produtor

Antonio Sergio Piveta, produtor rural, em entrevista em 12 de janeiro de 2011, afirmou que a pequena propriedade hoje só tem viabilidade se nela estiver sendo realizada consorciada com várias atividades que complementam renda. O entrevistado cita o exemplo da avicultura, que tem proporcionado ganho suficiente para a manutenção do pequeno produtor na terra. Assim, segundo o entrevistado, a agricultura convencional tem se demonstrado inviável devido aos elevados custos de produção e aos baixos preços aplicados à produção agrícola.

É importante destacar, a partir das falas coletadas dos entrevistados, a dificuldade para a manutenção da pequena propriedade. Nas glebas que foram frutos da colonização privada, como o Engenho Velho, Saidju e Cristalina, diversos pequenos produtores abandonaram a atividade agrícola, venderam ou arrendaram a terra e foram para a cidade em busca de empregos assalariados. Antonio Sergio Piveta, por exemplo, apontou que em muitos casos é mais viável ao pequeno produtor arrendar suas terras, pois um arrendamento de um pequeno lote pode gerar uma renda média de U\$500,00 dólares por hectare ao ano, renda dificilmente gerada quando na terra o produtor camponês produz.

A dependência de monoculturas em detrimento da diversificação agrícola, que, como demonstramos, envolve também os agricultores camponeses, tem levado diversas cidades a conviverem com o dilema dos preços dos produtos após a colheita. Nos momentos em que as colheitas não são fartas ou os preços não atingem o patamar favorável, há um reflexo negativo em quase toda sociedade. Há dificuldades dos produtores saldarem dívidas junto ao banco, há estagnação do comércio varejista, há redução dos empregos, há perdas de tributos pelo poder público local. Se contabilizarmos os problemas ambientais, a agricultura moderna pode ocasionar problemas de difícil reversão à natureza, como a contaminação hídrica, dos solos entre outros.

Dentro dessa tese repousa a discussão de que campo e cidade, apesar de possuírem características bastante distintas, ao menos para as pequenas cidades, encontram-se altamente relacionadas e dependentes em termos de emprego, comércio, arrecadação e outros.

Segundo Moura (2009, p.32), os pequenos municípios sofrem mais fortemente esses efeitos da falta de diversificação, pela dificuldade de contrabalançar com outras atividades, o poder hegemônico dos grandes estabelecimentos, e mesmo de exercer o controle que faz parte de suas competências.

A agricultura camponesa também passa a sentir esse paradoxo. Enquanto as políticas públicas tenderam a privilegiar a produção de grande escala, o que na realidade favoreceu os latifundiários que puderam requerer de toda sociedade taxas cada vez mais elevadas de renda, a agricultura camponesa, que de fato é aquela que produz grande parte dos alimentos consumidos pela população, passa a conviver com crise de redução de incentivos e de baixos preços de seus produtos, tendo que recorrer, portanto, à produção de *commodities* de exportação.

A modernização da agricultura levou muitos pequenos agricultores em Caarapó a abandonarem as terras pelas dificuldades da reprodução familiar. Outros integraram à indústria moderna, transformando-se em trabalhadores disfarçados a partir da integração junto à grande empresa, como o caso das agroindústrias de frangos, suínos, leite etc. Outros pequenos agricultores conseguiram se capitalizar ao se aventurarem enquanto arrendatários de terras, produzindo em escala.

Em Caarapó e no Estado de Mato Grosso do Sul, a partir dos dados coletados, apresentamos as seguintes informações:

Tabela 1 – Estabelecimentos em Mato Grosso do Sul por área ocupada (ha)

Área (ha)	1960	1970	1975	1980	1985	1995
Menos de 10	49.536	116.252	110.117	64.001	64.490	39.681
10 a 100	480.828	658.004	637.474	578.623	670.574	637.163
100 a 1000	1.891.285	3.062.289	3.549.238	4.489.243	5.406.314	5.992.676
1000 a 10000	10.358.999	12.791.959	12.928.939	14.826.246	15.444.608	16.677.386
Mais de 10000	10.382.922	11.849.323	11.466.820	10.785.618	9.522.824	7.595.866
Total	23.163.570	28.477.827	28.692.588	30.743.731	31.108.810	30.942.772

Fonte: Contagem Sistemática dos estabelecimentos agropecuários de Mato Grosso – 1960; 1970; 1980
Censo Agropecuário de Mato Grosso – 1975; 1985; 1995
Elaborado por Roni Mayer Lomba, 2010

Como é possível perceber na tabela 1 e no gráfico 1, a estrutura fundiária em todo Mato Grosso do Sul, desde cedo, já se apresentava

concentrada em propriedades acima de 1000 hectares, que representavam 89,5% das terras ocupadas em 1960, 86,5% em 1970, 85% em 1975, 83,3% em 1980, 80,2% em 1985 e 78,4% em 1995. Percebe-se que houve uma tímida redução em termos de áreas ocupadas pelas grandes propriedades, na ordem de 11,1% entre 1960 a 1995. Tal fato permite afirmar que a terra em todo território sul-mato-grossense já nascera concentrada, mesmo em períodos em que a terra não tinha preço de mercado. Se observarmos desde os primeiros momentos da ocupação intensa, como os casos da exploração ervateira ou a pecuária extensiva, percebemos que as formas de ocupação privilegiaram a concentração de terras. A Matte foi beneficiada, pela concessão de uma imensa área. Aos pecuaristas, a migração tinha por objetivos a saída dos lugares de origem para a região justamente para apropriarem de grandes áreas de terras para a dedicação a pecuária extensiva.

Gráfico 1 – Estabelecimentos em Mato Grosso do Sul por área ocupada (ha)

Fonte: Contagem Sistemática dos estabelecimentos agropecuários de Mato Grosso – 1960; 1970; 1980
Censo Agropecuário de Mato Grosso – 1975; 1985; 1995
Elaborado por Roni Mayer Lomba, 2010

Os pequenos e médios estabelecimentos agropecuários que ocupam até 100 hectares possuem áreas reduzidas. Eram 2,2% em 1960, 2,7% em 1970, 2,6% em 1975, 2% em 1980, 2,3% em 1985 e 2,1% em 1995. Tais dados nos permitem afirmar que o processo da concentração da terra no Estado foi nocivo para a sociedade em termos de distribuição de riquezas.

Sobre a utilização das terras em Caarapó e na Microrregião de Dourados, temos os seguintes resultados, demonstrados na tabela 2.

Tabela 2 – Utilização das terras na Microrregião de Dourados⁴⁴ por atividade (em hectares)

1970	Lavoura Permanente	Lavoura Temporária	Pastagem Natural	Pastagem Artificial	Matas	1980	Lavoura Permanente	Lavoura Temporária	Pastagem Natural	Pastagem Artificial	Matas
Microrregião de Dourados	20638	208042	1599252	1083159	1068842	Microrregião de Dourados	30077	616669	787352	2847259	800360
Caarapó	1959	16495	71562	90133	64153	Caarapó	1469	24641	24457	239893	37774
1985	Lavoura Permanente	Lavoura Temporária	Pastagem Natural	Pastagem Artificial	Matas	1995	Lavoura Permanente	Lavoura Temporária	Pastagem Natural	Pastagem Artificial	Matas
Microrregião de Dourados	3442	896677	266345	1733071	266823	Microrregião de Dourados	2074	608856	156911	1885508	377456
Caarapó	439	48391	26920	218742	23237	Caarapó	43	31430	8534	126996	12576

Fonte: Levantamento Sistemático da produção agrícola de Mato Grosso – 1970; 1980
 Censo Agropecuário de Mato Grosso do Sul – 1985; 1995
 Elaborado por Roni Mayer Lomba, 2010

⁴⁴ A Microrregião de Dourados, segundo o IBGE, é composta pelos seguintes municípios: Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Caarapó, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Itaporã, Juti, Maracaju, Ponta Porã, Rio Brilhante e Vicentina.

A tabela 2 evidencia a preponderância das áreas destinadas à pastagem. Enquanto na década de 1970, eram significativas as pastagens naturais, o que demonstra uma pecuária extensiva e de baixa produtividade, paulatinamente as pastagens artificiais vão se tornando preponderantes em termos de área ocupada, ou seja, trata-se de pastagens plantadas que insere a pecuária no contexto da modernização da agricultura, com a inserção de técnicas de melhoramentos do rebanho para ampliar a produtividade.

Os dados apontam que as lavouras permanentes perderam espaço. Nesse caso havia predomínio do cultivo do café no início do processo de colonização. Essa cultura, entretanto, termina por perder espaço tanto pela queda do preço no mercado quanto pelas adversidades climáticas como as geadas, fatos que desestimularam sua produção.

As culturas temporárias, especialmente a soja e o milho, ganharam espaço significativo nos últimos anos. O município de Caarapó e a Região da Grande Dourados possuem grande viabilidade para agricultura. Entretanto, mesmo com o importante destaque da soja em termos econômicos, em Caarapó, segundo o Censo Agropecuário de 2006, comparativamente às áreas destinadas à agricultura temporária, a soja principalmente, ocupa área 55% inferior em relação à área ocupada pela pecuária.

A cultura da soja é uma das principais vedetes do projeto de modernização da agricultura brasileira, incentivada pelo Estado. Entretanto, mesmo com elevado índice de renda proporcionada, trata-se de uma atividade secundária em termos de área ocupada.

Como a pecuária, conjuntamente à extração da erva-mate, foram às atividades pioneiras, prevaleceu a criação de gado como atividade expoente que explica a formação de latifúndios. Pode-se caracterizar que essas grandes propriedades em que se pratica especialmente a pecuária extensiva com baixa produtividade, em decorrência de menores investimentos, são áreas que se colocam como reserva de valor com fins especulativos futuros, como já é o caso observado em boa parte do sul do Estado de Mato Grosso do Sul. Muitas

áreas onde se praticava a pecuária extensiva passam a incorporar a produção de cana-de-açúcar.

Em termos econômicos, a produção da soja é mais vantajosa que a pecuária. Em média, o hectare produzido de soja vale U\$1.025,00 dólares por safra anual. Para a pecuária extensiva de baixo investimento de capital, na proporção média de 1 cabeça de gado por hectare equivale a cerca de U\$882,00 dólares, mas considerando que o gado sem investimento de capital como melhorias da qualidade do capim, alimentação adequada durante o inverno (período em que as pastagens se escasseiam), o gado pode levar cerca de 3 a 4 anos para atingir o peso necessário para abate. Nessa proporção, o hectare teria um valor de produção de cerca de U\$294 dólares.

Grosso modo, percebe-se que nas regiões em que predominam a pecuária, a dinâmica econômica é bastante inferior. A pecuária requer menor número de trabalhadores (uma grande propriedade com gado pode necessitar entre 2 ou 3 trabalhadores para cuidar de um rebanho considerável), sem contar que o tempo de giro do capital é muito superior ao da agricultura, o que eleva as cidades a uma decadência.

Outro fato destacado na pecuária é que a pouca necessidade de trabalhadores também se aplica à fraca necessidade dos proprietários controlarem seus negócios de perto. No Mato Grosso do Sul, de uma forma ampla, é muito comum os proprietários que possuem terras destinadas à pecuária residirem nas cidades maiores do estado, especialmente Campo Grande e Dourados, cidades que oferecem melhores condições de infraestrutura e serviços urbanos, promovendo a drenagem da renda agrária para a cidade, nesse caso, da renda produzida em municípios muito pobres para cidades mais dinâmicas, como é o caso dos investimentos imobiliários de elevado padrão nas duas principais cidades citadas.

Acreditamos que a agricultura, especialmente a agricultura camponesa, é aquela que produz resultados mais satisfatórios, por incorporar maior número de trabalhadores, por promover a circulação maior das rendas obtidas por meio

do trabalho no campo nas cidades próximas, dinamizando a economia de pequenas cidades e vilarejos. Nas tabelas a seguir, apresentamos a diversificação da agricultura na Região da Grande Dourados e em Caarapó.

Tabela 3 – Microrregião de Dourados por área plantada (ha)

	algodão	amendoim	arroz	feijão	mandioca	milho	soja	trigo	café
1970	47.892	26.419	198.204	21.888	15.710	70.967	269.352	29.945	11.255
2006	1.118	164	23.190	8.970	3.998	658.350	1.012.100	34.550	1

Fonte: Levantamento Sistemático da produção agrícola de Mato Grosso – 1970
Censo Agropecuário de Mato Grosso do Sul – 2006
Elaborado por Roni Mayer Lomba, 2010

Tabela 4 – Área plantada no Município de Caarapó (ha)

	algodão	amendoim	arroz	Feijão	mandioca	milho	soja	trigo	café
1970	350	930	2.200	480	500	2.500	4.000	1.550	600
2006	0	0	45	1.390	150	65.000	76.000	300	0

Fonte: Levantamento Sistemático da produção agrícola de Mato Grosso – 1970
Censo Agropecuário de Mato Grosso do Sul – 2006
Elaborado por Roni Mayer Lomba, 2010

Como é possível perceber, na década de 1970, havia diversificação de produtos da agricultura, especialmente porque se vivia um momento de expansão da colonização com base na agricultura familiar, com a produção de gêneros tipicamente voltados para mercados regionais, como o amendoim, o arroz, o feijão, a mandioca entre outros. A modernização da agricultura resultou na perda da diversidade produtiva em Caarapó. O algodão, o amendoim e o café deixaram de existir no campo no último censo agropecuário.

No Mato Grosso do Sul, o binômio soja-boi passa a significar a base da economia. Como já afirmamos, a dependência dessas duas atividades tem levado à vulnerabilidade, tendo em vista que a crise dos preços, bastante dependente do mercado externo promove fortes impactos na economia local.

O que se coloca perceptível e iminente consiste então na subordinação da agricultura pelo capital. Tanto a agricultura de mercado (capitalista) quanto a

agricultura camponesa se mostram em maior ou menor grau, dependentes do mercado e da indústria.

Nossa preocupação acerca da produção capitalista e camponesa, como afirmamos, serve para levantar elementos que nos subsidiem na construção dos elementos que demonstrem as características da pequena cidade e a relação campo-cidade que nela se encontra.

Defendemos que, para a cidade pequena, a agricultura camponesa é mais vantajosa economicamente pelo fato de que a massa dos pequenos produtores consome quase tudo que precisa no comércio local. Na cidade pequena, o pequeno e médio produtor realizam quase todas as suas necessidades, como na aquisição de produtos e serviços para a agricultura, assim como no consumo tradicional, como vestuário, gêneros alimentícios não produzidos no campo, entre outros, no próprio comércio local. Diferente da agricultura capitalista, a cidade pequena não é apenas local de moradia dos trabalhadores, mas sim espaço em que se estabelecem grande parte de suas necessidades.

Os fortes laços estabelecidos na relação entre a cidade pequena e a agricultura camponesa proporcionam relação mais coesa entre campo-cidade. As cidades pequenas tendem a se fortalecer em lugares onde há a manutenção e expansão da agricultura camponesa.

Toda a compreensão macro sobre a formação da agricultura capitalista e camponesa em Caarapó serve para incorporarmos nossas discussões sobre a relação campo-cidade. Em cidades de pequeno porte, a dinâmica do campo ainda se faz muito presente na cidade, na economia, nas formas de emprego, na paisagem, entre outros.

3.2 Aspectos da economia da cidade e a relação campo-cidade em Caarapó

Em Caarapó, o campo criou as bases para a formação da cidade a partir da ampliação das trocas. Paulatinamente, a cidade passa a ter características mais próprias, desempenhando novas funções como na ampliação comercial de gêneros não agrícolas, algumas pequenas empresas varejistas e de prestação de serviços.

Com ampliação do perímetro da cidade, os imóveis se valorizam, novos loteamentos surgem, incorporando áreas rurais, e isso gera a especulação imobiliária. Caarapó, mesmo enquanto pequena cidade, passou a desempenhar importantes papéis para a agricultura, com a concentração dos empreendimentos que comercializam insumos e serviços para o campo, pela estrutura bancária que financia a agricultura, pela territorialização de empresas de armazenamento e industrialização que, a partir de então, passaram a conceber essa região como estratégica para realizar negócios.

A cidade, portanto, passou a definir de forma mais nítida suas diferenças em relação ao campo sem necessariamente se desvincularem. A partir da Tabela 05, observamos seu crescimento populacional e a dinâmica populacional rural e urbana.

A tabela 5 aponta para o crescimento populacional entre as décadas de 1960 e 1970 na ordem de 47,09%, fato que explica a migração para a região (período de abertura da fronteira agrícola incentivada pelo Estado), em detrimento da ocupação das terras em decorrência da colonização. Esse fato justifica que 78,08% da população de Caarapó viviam no campo na década de 1960, sendo de 79,3% a população rural na década de 1970.

Tabela 5: Evolução Demográfica de Mato Grosso do Sul e de Caarapó

	1960			1970			1980			1991		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
Estado ⁴⁵							1.369.567	919.123	450.444	1.780.373	1.414.447	365.926
Caarapó ⁴⁶	13.758	3.015	10.743	26.007	5.377	20.630	27.213	15.058	12.155	22.492	14.265	8.227
	1996			2000			2007			2010		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
Estado	1.927.834	1.604.318	323.516	2.078.001	1.747.106	330.895	2.265.274	1.915.440	349.834	2.449.341	2.097.716	351.625
Caarapó	21.427	15.064	6.363	20.706	14.656	6.050	22.723	15.989	6.734	25.763	18.305	7.458

Fonte: Censo Demográfico de Caarapó – 1960; 1970

Censo Demográfico de Mato Grosso do Sul e de Caarapó – 1980; 1991; 2000; 2010

Contagem Demográfica de Mato Grosso do Sul e de Caarapó – 1996; 2007

Elaborado por Roni Mayer Lomba, 2010.

⁴⁵ Em 1997, temos a divisão territorial que cria o Estado de Mato Grosso do Sul a partir do desmembramento de Mato Grosso. Por isso, o primeiro censo demográfico ocorre em 1980.

⁴⁶ O primeiro censo demográfico realizado em Caarapó, como cidade, foi em 1960, após sua emancipação em 1958. Em 1988, houve a emancipação política do Distrito de Juti, que no censo de 1991 apresentou uma população total de 5.273 habitantes.

Na década de 1980, o crescimento populacional se estabiliza em relação à década anterior, com crescimento de 4,4%. No entanto, temos a inversão de crescimento entre a população rural e a urbana. Enquanto na década de 1970 a população rural representava 79,3% da população total, em 1980 passa a representar 44,6%. Tal fato explica o esvaziamento do campo decorrente tanto das dificuldades encontradas pelos pequenos produtores frente às adversidades quanto pelo início do processo de modernização da agricultura, que paulatinamente expulsou os trabalhadores residentes no campo para a cidade. O fenômeno do esvaziamento populacional do campo não é fato verificável apenas em Caarapó, mas em grande parte do Estado de Mato Grosso do Sul que, já na década de 1980, verifica aumento da urbanização, tendo 67,1% de sua população vivendo em cidades.

Na década de 1990, há uma queda significativa da população total da cidade, decaindo em torno de 18,3%. Esse fato decorre especialmente pelo desmembramento do Distrito de Juti, que em 1991 apresentava uma população de 5.273 habitantes. A população total de Caarapó se estabilizou durante as décadas na casa dos 22 mil habitantes, com uma pequena redução de 8% entre os anos 2000 em comparação a 1980. O destaque maior continua sendo a disparidade da população rural e urbana. A última contagem populacional, realizada pelo Censo Demográfico, indicou uma população no campo na ordem de apenas 29,6%. O último censo demográfico, entretanto, demonstrou um processo de crescimento na ordem de 19,45% entre os censos de 2000 e 2010 de sua população total. A população urbana no município representa 71,05% e a rural 28,94%.

É interessante destacar que a população rural em Caarapó, apesar de ter reduzido na proporção total, teve um aumento de 724 habitantes, fato relevante, pois a população rural do Estado de Mato Grosso do Sul vem crescendo em termos absolutos.

O crescimento do urbano está condicionado aos seguintes aspectos no contexto da pequena cidade: na condição de moradia de trabalhadores

expulsos do campo, como o caso dos boias-frias, assim como de camponeses que inviabilizados seus modos de produção no campo, buscam a cidade como refúgio para o acesso ao emprego. Além desses elementos, merece destaque diversos produtores rurais que buscaram na cidade o acesso à vida urbana, ao lazer, à educação para os filhos, ao atendimento médico. Esse tipo de morador, agora urbano, migra cotidianamente para o campo (local de trabalho).

Como característica do desenvolvimento da cidade, observamos o crescimento do comércio de varejo, que além de ter ampliado o número de estabelecimentos, houve certa diversificação. Instalaram-se na cidade estabelecimentos novos e mais sofisticados. A inauguração do novo supermercado na cidade, pertencente à rede C-vale, para o segundo semestre de 2011, a instalação da Gazin, empresa de renome nacional no ramo de móveis e eletrodomésticos, entre outras empresas, remonta à discussão acerca da ampliação da importância econômica da cidade.

O comerciante Claudemir Weirich, entrevistado em 16 de janeiro de 201, sobre o crescimento do comércio de varejo na cidade, relata:

Quando fui presidente da Associação Comercial havia muita dificuldade de mobilização dos comerciantes. Fui presidente no mandato de 2000 a 2004. Os empresários não tinham cultura de se associarem. Eram na época 35 empresas associadas, hoje são cerca de 150. Uma parte desse crescimento a gente percebe foi o crescimento comercial em Caarapó em função do crescimento econômico e do bom momento que vive o município, com a vinda de indústrias, da agricultura. Muitas empresas se associaram também pelo credenciamento da associação ao SPC/SERASA.

Claudemir Weirich apontou ainda:

Grande parte do comércio da cidade vende especialmente para moradores da zona rural, no seu caso para pessoas de média e baixa renda. Hoje os principais concorrentes do comércio da cidade de Caarapó tem sido o comércio de Dourados, especialmente para produtos mais sofisticados, Paraguai e Bolívia (para o setor de eletrônicos e vestuário para a classe de baixa renda revendido na cidade por ambulantes).

O fato destacado nessa entrevista está relacionado ao perfil dos clientes do comércio de varejo na cidade. Enquanto as classes de maior poder aquisitivo suprem boa parte das suas necessidades em Dourados, que possui redes varejistas mais sofisticadas (destaque para a existência do Shopping Center), o comércio varejista de Caarapó atende especialmente moradores de menor poder aquisitivo, trabalhadores e pequenos proprietários do campo. Isso ocorre porque o comércio da cidade não possui a mesma sofisticação de Dourados e porque o preço da mercadoria similar na cidade vizinha, muitas vezes, é inferior ao de Caarapó.

O varejo de Caarapó atende basicamente à população rural e às classes de menor poder aquisitivo pelas seguintes razões: primeiro porque essa classe social possui menos condições para se deslocar a Dourados e segundo porque o comércio de Caarapó, muitas vezes, facilita o crédito – é comum, por exemplo, o fato de moradores comprarem e realizarem os pagamentos apenas após a colheita.

O comércio informal disputa com os comerciantes da cidade essa fatia de consumidores. Trata-se muitas vezes de comerciantes com pequeno capital que adquirem mercadorias no Paraguai e na Bolívia e comercializam na cidade. Evidenciam-se por pequenos estabelecimentos ou lojas pouco sofisticadas e mesmo pelo comércio na própria residência.

No período das festas de final de ano é o momento em que mais se observa grande quantidade de moradores (especialmente os que possuem automóvel particular) se deslocando a Dourados para realizarem compras. Na tabela a seguir apontamos o perfil econômico do município.

	Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm. Pública	Impostos	PIB
1998	68.896,07	19.841,65	44.872,74	12.482,19	4.952,68	135.090,61
2002	36.833,91	11.270,32	44.905,84	12.492,80	10.257,47	103.267,54

2007	36.089,95	21.244,68	92.759,42	26.991,62	25.189,22	175.283,3
2008	63.172,13	22.990,44	94.907,47	31.173,12	25.287,74	179.696,68

Tabela 6: Caarapó: Composição setorial do PIB (\$1.000,00).

Fonte: IBGE, 2008.

Organização: Roni Mayer Lomba

As informações demonstradas na tabela apontam para os seguintes aspectos: queda acentuada do PIB da agropecuária⁴⁷ entre 1998 e 2002 (queda de 46,5%) em decorrência dos problemas no cultivo da soja (perdas de safras por condições climáticas e queda de preços) e da pecuária (incidência da febre aftosa no rebanho provocando também a queda de preços). A indústria sofreu moderado crescimento no período de 1998 a 2008 (crescimento de 13,6%). Já o setor de comércio e prestação de serviços foi o que apresentou maior resultado nesse período (crescimento de 211% entre 1998 a 2008).

Enquanto em 1998, a agropecuária possuía um PIB superior ao comércio e prestação de serviços em 53,4%, em 2008 esse patamar se altera, o setor terciário é 255,7% superior em termos de PIB em relação à agropecuária. Convém destacar que houve nesse período a vinda de grandes empresas de armazenamento, comércio de produtos e serviços, como por exemplo, a agropecuária a C-Vale, a COAMO, a ADM e a Cargil, empresas que se enquadram no setor terciário por não industrializarem os produtos do campo.

A administração pública também ganhou forte robustez quando teve um crescimento de 249,7% do seu PIB entre 1998 a 2008. Em parte, isso se explica pela eficácia do sistema de fiscalização, proporcionando que nesse mesmo intervalo houvesse um crescimento de 510,6%, ou seja, arrecadação de impostos com acréscimo de R\$34.569.610,00 ou U\$20.335.063,7 dólares.

⁴⁷ Não conseguimos obter os dados referentes a 2010 por ainda não estarem disponíveis no IBGE, por isso, os impactos provocados pelo setor sucroalcooleiro no município que entrou em atividade em 2010 não puderam ser analisados.

A tabela 7 aponta o crescimento da arrecadação pública municipal, saltando de R\$6.558.010,38 (U\$3.974.551,74 dólares) em 1997⁴⁸ para R\$38.305.623,33 (U\$23.215.529,29 dólares) em 2009, representando a ampliação do crescimento em 584,1% em termos de receitas. Entre as fontes de arrecadação, os impostos diversos tiveram arrecadação superior em 1347% entre 1997 a 2009 impostos decorrentes do IPTU cresceram 616,5%, o ISSQN⁴⁹ 6393,4%, o FPM ampliou seus repasses em 9645,4%, o ICMS que estava em uma crescente elevação dos tributos repassados a Caarapó, teve redução, chegou a se elevar 427,5% entre 1997 a 2007, no entanto reduziu 300,4% na comparação a 2009.

⁴⁹ O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza teve um crescimento muito elevado entre 2007 e 2009. Provavelmente o aumento desse imposto está vinculado à vinda de uma série de empresas para Caarapó para o período de construção da Agrenco e da Usina Cosan. Essa arrecadação não deve ser repetida pelos próximos anos.

Tabela 7 – Caarapó-MS - arrecadação municipal⁵⁰

	Receitas orçamentárias	Receitas correntes	Receitas Tributárias	Impostos	IPTU ⁵¹	ISSQN ⁵²	FPM ⁵³	ICMS ⁵⁴
1997	6.558.010,38	6.433.981,05	403.532,29	367.206,17	83.313,17	55.955,63	95.638,12	2.513.835,41
1999	8.257.591,53	7.967.797,87	295.779,45	257.185,30	79.094,15	71.933,18	2.870.903,74	2.604.112,17
2001	13.414.928,42	12.970.408,86	475.581,14	434.693,52	146.758,82	81.568,10	3.573.427,80	4.130.083,36
2003	13.875.023,86	15.096.367,30	936.226,05	866.378,07	175.174,86	220.744,92	4.453.379,88	5.240.059,26
2005	21.096.085,33	21.618.802,57	1.641.400,68	1.521.311,66	243.292,38	327.824,34	5.795.125,41	7.365.594,21
2007	29.364.646,77	29.802.980,87	1.714.499,57	1.415.225,87	339.793,36	444.137,73	7.184.615,34	10.747.007,02
2009	38.305.623,33	39.745.201,38	5.247.489,87	4.946.715,93	513.697,64	3.577.466,07	9.272.501,24	3.577.466,07

Fonte: Finbra – Tesouro Nacional. http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp. Acesso em: 22/04/2011.

Organização: Roni Mayer Lomba

I

⁵⁰ Citamos apenas algumas fontes de arrecadação por não se tratar de um trabalho de cunho meramente estatístico. As informações completas encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp

⁵¹ Imposto Predial Territorial Urbano.

⁵² Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

⁵³ Fundo de Participação dos Municípios.

⁵⁴ Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

3.2.1 Metamorfoses da relação campo-cidade em Caarapó

Após a compreensão da sua estrutura econômica e da importância do terciário na pequena cidade, apontando que a cidade de pequeno porte pode ser também dinâmica, observamos que ao passo de sua modernização há, contudo, a manutenção da lógica de reprodução vinculada ao campo.

A cidade, para Silva (1982, p.48), é assim analisada:

Num primeiro momento a cidade é o lugar dos direitos público e privado referidos ao cidadão. Mas a figura do cidadão é uma abstração se as liberdades e as oportunidades urbanas não lhe são asseguradas. O direito abstrato define as igualdades físicas e jurídicas na desigualdade inerente a um fenômeno cuja realidade não é a homogeneização. Por isso a cidade é a contradição do real assumida como ponto de partida para a construção do espaço de dominação. A revelia do direito individual e dos direitos coletivos.

Silva (1982, p.230), embasado em Marx, afirmava que a propriedade da terra consistia numa forma de se apropriar do trabalho não pago, entrelaçando os proprietários de terras e os capitalistas. Essa é uma forma de entender a especulação imobiliária que atribui à sociedade a obrigação por pagar o preço estipulado pelo mercado, pelos proprietários da terra.

Para Suzuki (1996, p.8), a produção da cidade perpassa não somente a geração do excedente alimentar, sendo necessária a criação de instituições sociais e relações de dominação e exploração. Continua o autor afirmando que a expansão da propriedade privada produz a especialização do trabalho e a transição do rural ao urbano.

Suzuki (1996, p.182) afirma também que a propriedade da terra tende a reorganizar a relação campo-cidade e alterar os modos de vida dos moradores. “Com a implantação da propriedade privada da terra, as relações sociais entre os moradores vão tomando contornos mais abstratos, desagregando o modo

de vida tradicional.” O autor aborda ainda que a expansão do consumo sustenta o sentido da sociedade moderna.

A difusão do mundo da mercadoria fundamenta a sociedade moderna, em que há um homem diferente que vai tendo suas relações sociais transformadas, predominando cada vez mais relações abstratas, ao contrário do que se verificava, quando as trocas não tinham no dinheiro sua base primordial, na relação entre os homens em momento anterior a essa ampliação da mercantilização dos produtos (SUZUKI, 1996, p.183).

A concepção de que a propriedade privada da terra permite novos olhares para a cidade é reflexo da expansão do capital que por sua vez promove a especialização do trabalho e assim mudanças na relação campo-cidade. A consolidação da sociedade moderna perpassa pelo entendimento de relações que privilegiem cada vez mais relações impessoais e abstratas vinculadas ao mundo da mercadoria.

Lefebvre (1999) afirma que a verdadeira sociedade urbana seria a sociedade pós-industrial. A sociedade urbana só poderia ser concebida a passo da transformação radical das antigas formas herdadas do passado (relação de descontinuidade). Para Lefebvre (1999, p.16), “(...) *para denominar a sociedade pós-industrial, (...) propomos aqui este conceito: sociedade urbana, que designa, mais que um ato consumado, a tendência, a orientação, a virtualidade*”.

Lefebvre, na realidade, atribui a supremacia da cidade sobre o campo, quando afirma, por exemplo,:

Será preciso insistir demoradamente que a produção agrícola perdeu toda autonomia nos grandes países industriais, bem como à escala mundial? Que ela não mais representa nem o setor principal, nem mesmo um setor dotado de características distintivas (a não ser no subdesenvolvimento)? Mesmo considerando que as particularidades locais e regionais provenientes dos tempos em que a agricultura predominava não desapareceram, que as diferenças daí emanadas acentuaram-se

aqui e ali, não é menos certo que a produção industrial, subordinada aos seus imperativos, submetida às suas exigências. “(...) o agrupamento tradicional próprio da vida camponesa, a saber, a aldeia, transforma-se; unidades mais vastas o absorvem ou o recobrem; ele se integra à indústria e ao consumo dos produtos dessa indústria. (...) o *tecido urbano* prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária. Estas palavras, o “tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do domínio da cidade sobre o campo” (LEFEBVRE, 1999, p.17).

Há, nesse sentido, pretensão de Lefebvre de enxergar o rural como resíduo prestes à extinção e que a cidade, ou, a sociedade urbana poderia levar ao florescimento de um novo padrão de sociedade. Lefebvre (1999, p.17) vai referir, por exemplo, que a pequena e a média cidade nos Estados Unidos tornaram-se colônias ou semi-colônias da metrópole.

Assim, o campo e as cidades pequenas e médias que possuem uma forte dependência com o campo, tornar-se-iam elementos de menor importância. A dependência do campo seria um estágio pelo qual passou a sociedade, estando agora em direção à concentração humana, a grande cidade, que possivelmente seria o germe que levaria à revolução social, à “revolução urbana”, o lugar no qual, de forma mais nítida, se estabelecem os conflitos sociais e a luta de classes (LEFEBVRE, 2001).

Também Graziano da Silva (1996) enxergou o rural como elemento a ser superado, uma vez que a tecnologia estaria definitivamente assentada sobre o campo. O destino da sociedade seria a cidade, espaço onde as lutas sociais de classe se expressariam de forma mais nítida, podendo assim, atingir a revolução socialista.

Em poucas palavras, pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. Como resultado desse duplo processo de transformação, a agricultura – que antes podia ser caracterizada como um setor produtivo relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio

interno - se integrou no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos. Já tivemos oportunidade de mostrar que essa integração terminou por se consolidar nos chamados “complexos agro-industriais” que passaram a responder pela própria dinâmica das atividades agropecuárias aí vinculadas (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p.45).

Também para Abramovay (1992) o mercado é a mediação das relações sociais, sendo o rural, visto como atraso, com cultura e economia incompleta. Nessa perspectiva, deduz que uma sociedade com fortes vínculos ao campo está impossibilitada de pertencer a mercados completos da economia capitalista. O camponês seria esse resíduo feudal, assim: “as sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis” (ABRAMOVAY, 1992, p.130). Na verdade, o pretexto de Abramovay é que uma sociedade para ser moderna, precisa ser urbana, e a dependência ao campo, algo de menor valor. O campo deve estar habitado pelo moderno produtor capitalista, o agricultor familiar completamente integrado ao mercado.

Veiga (2003) produziu uma teoria que confundiu ainda mais a concepção entre o que se define como campo e cidade no Brasil. Ao tomar como base os critérios estabelecidos pela OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o autor considera que grande parte daquilo que o IBGE considera como urbano deveria ser enquadrado como rural. Dessa virtude ingênua, o autor dá pistas de como o país pode organizar sua forma de produção privilegiando as “áreas rurais”, eliminando a busca desenfreada pela urbanização considerada por ele, contraditória. Segundo o autor, “(...) *este País considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características* (2003, p.31)”.

Nesse contexto, Veiga defende que cidades de pequeno porte não deveriam ser consideradas como urbanas.

Muitos estudiosos procuraram contornar esse obstáculo pelo uso de uma outra regra. Para efeitos analíticos, não se deveriam considerar urbanos os habitantes de municípios pequenos demais,

com menos de 20 mil habitantes. Por tal convenção, que vem sendo usada desde os anos 50, seria rural a população dos 4.024 municípios que tinham menos de 20 mil habitantes em 2000, o que por si só já derrubaria o grau de urbanização do Brasil para 70% (2003, p.32).

Por um lado, com ao menos uma coisa devemos concordar com Veiga: que o processo de urbanização completo da sociedade não é e dificilmente será o elemento que encaminhará a sociedade a uma nova relação social e de classes. Por outro, como afirmamos, Veiga distorce o processo de urbanização, procurando identificar a ruralidade naquilo que de fato é urbano.

Esse debate retoma a análise do quanto a relação cidade-campo ainda está longe de ser resolvida, pelo menos, compreendida pelos teóricos.

Em nossa contribuição para compreender a relação campo-cidade e os papéis urbanos de um pequeno aglomerado, tomamos como forma de análise o real, o concreto, aquilo que realmente é, e não aquilo que imaginamos ser ou que um dia seria.

Endlich (2009, p.30), por exemplo, em relação à importância do estudo sobre o contexto da cidade pequena, categoria relegada à menor importância na Geografia Urbana, afirma:

Não contemplar as pequenas cidades é esquecer uma parte da realidade urbana. Não se deixa apenas de estudar uma parte concreta da espacialidade brasileira; esta falta de estudo também compromete uma compreensão mais ampla da rede urbana, até mesmo das questões tratadas no domínio dos centros urbanos maiores, bem como das possibilidades de intervenção (ENDLICH, 2009, p.30).

As cidades de pequeno porte como afirmamos, são mediadas por relações gerais presentes nas cidades médias e grandes. Esse fato pode contribuir para relegar a cidade pequena como elemento de menor importância.

As cidades pequenas guardam particularidades distintas, como a presença de traços rurais. Em alguns casos, há certas dificuldades em enxergar onde inicia e onde termina a cidade, tendo em vista o fato comum de

ainda se preservarem traços de ruralidade assim como a presença de chácaras rurais dentro do tecido urbano.

Na fotografia a seguir verificamos parte daquilo que estamos afirmando.

Foto 14: Imagem aérea da cidade de Caarapó-MS (2007)
Fonte: Prefeitura Municipal de Caarapó

É possível perceber, pela fotografia anterior, a existência de áreas no perímetro urbano não edificadas, elemento bastante peculiar em cidades de pequeno porte. Isso, porém, não significa dizer que as cidades de pequeno porte como o caso estudado, estariam mais vinculadas ao rural do que propriamente ao urbano. As cidades pequenas podem ter um nível de desenvolvimento econômico significativo, podem se comunicar espacialmente em várias escalas, do espaço regional ao espaço global.

Essa ruralidade encontrada na cidade é expressa na seguinte fotografia:

Foto 15: Aspectos da ruralidade em Caarapó

Fonte: Jornal Caaraponews – www.caaraponews.com.br. Acesso em: 22/04/2011.

A existência de elementos que caracterizam a ruralidade em Caarapó sempre fizeram parte do cotidiano dos moradores. Entretanto, nos últimos anos, a criação de animais domésticos, além da redução significativa devido ao apelo à modernização, passou a ser percebida como atividade prejudicial para a cidade. Sobre esse assunto, uma matéria no jornal de circulação local registrou:

Uma rápida volta pelas ruas do bairro e a reportagem flagrou inúmeros animais. Em uma residência localizada na rua José Bonifácio, a cerca de 50 metros da delegacia de Polícia Civil e também do Pelotão da Polícia Militar, vacas, cavalos e galinhas são criados em meio à via pública, protegidos por uma pequena cerca de arame farpado. Logo abaixo, um terreno baldio também serve de pastagem para vários animais, que dividem espaço com crianças que brincam próximo ao local. A origem dos animais, na maioria dos casos, é de pequenos sítios e chácaras da periferia da cidade onde a pastagem é escassa e com o aumento do rebanho, os proprietários acabam soltando o gado e os eqüinos em terrenos baldios da cidade, onde a pastagem é abundante. Porém, sem a atenção necessária, os animais acabam invadindo ruas e calçadas, provocando riscos para a população. (www.caaraponeWS.com.br. Acesso em 22/04/2011).

O que buscamos defender, nesta tese, retoma a análise de que pode haver na pequena cidade um determinado nível de desenvolvimento econômico (como demonstrado no segundo capítulo com a territorialização de grandes empresas no município), mas o apelo à modernidade ainda não conseguiu apagar da paisagem os fortes vínculos que ainda existem com o rural. Cidade e campo convivem numa simbiose que, ao mesmo tempo que a cidade, ideologicamente, procura negar o campo (símbolo do atraso), na realidade, não consegue se divorciar ou mesmo se afastar dele.

O crescimento da cidade não significa que a cidade pequena deixará de ser pequena, apenas afirmamos que ela continua e continuará a existir durante longo tempo porque a mesma faz parte de uma lógica que envolve a reprodução do capital. A cidade de pequeno porte pode servir como subsídio para a reprodução ampliada do mesmo, como por exemplo, em oferecer força de trabalho de baixo custo, inclusive porque o custo de reprodução dessa força de trabalho é reduzido.

Partimos assim, do pressuposto da organização da cidade pequena a partir da rede urbana, ou seja, do quanto as cidades se articulam em nível global na divisão territorial do trabalho. Corrêa (1994, p.21) procurou analisar o quanto eram insuficientes as visões chistallerianas que, embebidas dentro do

positivismo, estabelecia a divisão rígida da hierarquia urbana, tendo como base especialmente a demografia. Nessa concepção, as cidades poderiam ser divididas em cidades grandes, médias e pequenas e ainda pequenos núcleos semi-rurais, todos com certas funções de centralidade (dotadas de funções centrais como a distribuição de bens e serviços para uma população externa, tais como na hinterlândia, áreas de mercado, áreas de influência).

Não se trata aqui de realizar uma apologia crítica sobre a obra de Christaller, porque esta teve grande relevância ao construir a discussão sobre a rede urbana. A crítica a Christaller reporta ao quanto sua teoria no momento atual tenha ficado envelhecida em decorrência das metamorfoses sociais e econômicas, a ponto de que as estruturas rígidas não servem mais para explicarmos as mudanças recentes.

O que diferencia a rede urbana, segundo Christaller, seria a capacidade de oferecimento de bens e serviços que cada cidade tende a oferecer para sua população e em sua hinterlândia. A cidade, entretanto, estaria destituída de vida social, interesses e conflitos. Essa é uma visão simples sobre a rede urbana, ao entender que os níveis de subordinação se estabelecem de maneira rígida sem a compreensão da realidade conflituosa na qual se estabelece o capital.

A rede urbana, muitas vezes, ainda é analisada tendo com base os métodos demográficos que buscam representar a distinção entre as cidades basicamente pelo quanto de população absoluta a mesma possui. Motta (*et alii*), assim destacou:

regiões metropolitanas de primeira ordem (São Paulo e Rio de Janeiro); regiões metropolitanas de segunda ordem e cidades com mais de quinhentos mil habitantes; centros grandes (entre 250 a 500 mil habitantes); centros médios (de cem a 250 mil habitantes); centros médios pequenos (de cinquenta a cem mil habitantes); centros pequenos (com até cinquenta mil habitantes) (MOTTA *et alii*, 1997, p.42).

Entretanto, a dimensão demográfica com base no método christalleriano é insuficiente para delimitar a cidade. É necessário compreender que não há uma generalidade sobre os processos. As cidades pequenas podem se comunicar entre si ou não, como é o caso de certa centralidade urbana exercida por Caarapó em relação a outro município vizinho de pequeno porte, Juti. As cidades pequenas podem se comunicar de forma mais ou menos intensa com a cidade de maior porte, mas a cidade pequena pode também estabelecer contatos diretos com capitais regionais ou nacionais e mesmo com outros núcleos urbanos externos ao país a partir da exportação de mercadorias.

A dimensão demográfica, portanto, tem sido insuficiente para analisar o fenômeno urbano. Para a compreensão acerca dos modos de vida dos moradores, é necessário compreender a dinâmica econômica dos centros urbanos, os papéis que desempenham esses centros e suas várias facetas apresentadas.

Corrêa (1994, p.48), por exemplo, concebe a rede urbana no contexto da divisão territorial do trabalho:

A rede urbana constitui-se simultaneamente em um reflexo *da* e uma condição *para a* divisão territorial do trabalho. É um reflexo à medida que, em razão de vantagens locacionais diferenciadas, verificam-se uma hierarquia urbana e uma especialização funcional definidoras de uma complexa tipologia de centros urbanos.

A rede urbana é também uma condição para a divisão territorial do trabalho. A cidade, a partir do momento em que passa a absorver o excedente agrícola, tende a controlar a produção rural.

É à primeira vista através das funções articuladas de suas cidades – comércio atacadista e varejista, bancos, indústrias e serviços de transporte, armazenagem, contabilidade, educação, saúde etc. – que a rede urbana é uma condição para a divisão territorial do

trabalho. Através dela torna-se viável a *produção* das diversas áreas agropastoris e de mineração, assim como sua própria produção industrial, a circulação entre cidades e áreas, e o *consumo* (CORREIA, 1994, p.49).

Bernardelli também realiza ponderações acerca da rede urbana:

A rede urbana é, em si mesma, expressão e base da divisão territorial do trabalho, viabilizando a produção, a circulação, o consumo; permitindo o movimento de uma série de fluxos: pessoas, capital, mercadorias, informações (também hoje colocada como uma mercadoria) e idéias. Portanto, ao mesmo tempo em que manifesta concretamente a divisão territorial do trabalho, a rede urbana também acaba por defini-la, colocando-se como condicionadora dela (BERNARDELLI, 2004, p.32).

E continua:

Temos, então, que a articulação entre as diversas partes do território (em termos de fluxos, comunicações, inovações técnicas etc.) é que permitiu e permite a ampliação e redefinição da divisão técnica, social e territorial do trabalho e, portanto, a especialização funcional. A relação entre metrópoles, cidades de porte médio, pequenos centros e áreas agrícolas ocorre a partir de lógicas particulares do capitalismo, pelos diversos tipos de capitais e, assim, pelos capitalistas, sujeitos que ocupam determinada posição no contexto da luta de classes, os quais se apropriam de lucro, da renda da terra, enfim, da mais-valia (BERNARDELLI, 2004, p.33).

Nardoque (2007, p.263) afirma que no Brasil, ainda não há uma divisão territorial do trabalho completa como existe em alguns países europeus desenvolvidos, não havendo, portanto, uma rede urbana completa no país. Há a expansão da fronteira agrícola na Amazônia que possibilita a fundação de novas cidades e articulação destas aos outros centros que compõe a rede urbana brasileira. Também a forma descontínua como foi ocupado o território brasileiro e a formação de redes urbanas fortemente articuladas são características dos últimos anos.

A rede urbana brasileira surgiu da necessidade de se criar a base para exportação, por isso, muitas cidades nasceram portuárias e, ao mesmo tempo, de controle político ou como fortes de proteção militar ao longo do litoral contra as invasões estrangeiras. Assim, a rede urbana brasileira constituiu-se principalmente através do padrão espacial dentrítico, ou seja, a partir de uma cidade no litoral fez-se surgir toda a região articulada para o interior de centros de menor importância quanto à concentração de funções. Não há, pois, um padrão genético para as cidades e muito menos para a rede urbana, pois a complexidade que se deu na interiorização da ocupação do território brasileiro possibilitou, também, a complexa gênese urbana no país. Dessa forma, são tantas as gêneses quanto os padrões espaciais das redes urbanas que se formaram, como as cidades fundadas para dar suporte à atividade econômica, ou os núcleos de povoamento no Sul do Brasil, ou a ação do próprio Estado na transferência de capitais de províncias ou estaduais para as cidades fundadas. Podem ser usadas, como exemplos, aquelas fundadas no Oeste de São Paulo ou Norte do Paraná para darem suporte aos projetos de colonização, como ocorreu na Região de Jales, podendo até ser denominada de *colonização urbana*. Há cidades que surgiram ao longo de estradas boiadeiras, ou ferrovias, ou a partir dos anúncios das construções destas. Ainda hoje surgem cidades novas nas fronteiras agrícolas (NARDOQUE, 2007, p.264).

A colocação de Nardoque é importante porque recupera a dificuldade no Brasil de caracterizar a formação de uma rede urbana. A formulação da rede urbana no Brasil ainda está por ser concretizada, possivelmente no momento em que a discussão sobre a fronteira agrícola estiver esgotada.

Compreendendo, portanto as metamorfoses do capitalismo, a maneira contraditória com que cada vez mais as cidades se articulam entre si num ambiente de constante desigualdade de trocas e valores, buscaremos uma análise sobre como se constituem os papéis das pequenas cidades e suas funções na rede urbana.

A modernização da agricultura pode ser uma possibilidade, como advertiu Corrêa:

A modernização da agricultura cria novos excedentes demográficos que vão realimentar o primeiro ciclo de exploração. O processo migratório torna-se intenso, sendo direcionado para a periferia das grandes cidades, onde passa a engrossar um exército de reserva já constituído, ou direciona-se para a fronteira agrícola, como tem ocorrido no Brasil. Parte do excedente

demográfico, entretanto, passa a constituir um exército de reserva rural-urbano, residindo na periferia de pequenas se médias cidades da hinterlândia metropolitana. Constituiu uma força de trabalho temporário que, sobretudo na época da safra agrícola, realiza migrações pendulares entre cidade e campo. A pequena e média cidade torna-se então local de concentração da força de trabalho rural: esse é um dos novos modos de inserção na rede urbana (CORRÊA, 1994, p.64-5).

Conforme Corrêa, a modernização da agricultura teve para as cidades pequenas, em sua inserção, na divisão territorial do trabalho, perdas de centralidade, ou seja, as cidades de pequeno porte vêm perdendo importância em termos de trocas. As cidades, mesmo as pequenas, assumem determinados papéis na divisão do trabalho. Segundo Moura (2009, p.17),

Pode-se dizer que mesmo pequenos núcleos urbanos organizam-se para a vivência coletiva e, ao mesmo modo, para a política e para a cidadania. Respeitadas as escalas, a densidade material ou a capacidade inovativa, todos assumem um papel na divisão do trabalho e têm uma participação na teia da rede urbana.

Para Moura (2009, p.16), existe uma grande diferença entre os núcleos urbanos nos países ricos e pobres. Nos países ricos, os pequenos aglomerados urbanos oferecem as funções necessárias para o cotidiano de sua população com a vantagem de serem cidades mais tranquilas. Nos países pobres, a ineficiência das funções urbanas das pequenas cidades obriga a sociedade a buscar centros urbanos maiores para obter serviços básicos. As pequenas cidades caracterizam-se pelo vínculo ao modo de vida rural.

Essa análise pode ser estabelecida em Caarapó quando compreendemos, por exemplo, a dependência da cidade pequena frente a outros centros urbanos maiores. Caarapó possui dependência política em relação às capitais (Campo Grande e Brasília), e também possui dependência em relação a Dourados, principal cidade da Microrregião de Dourados, especialmente em termos de prestação de serviços (comércio varejista, atendimento de saúde e de educação). No entanto, essa dependência foi maior em termos econômicos, se levarmos em conta que muitos pioneiros

precisavam transportar parte do excedente agrícola para Dourados, para o estabelecimento de trocas. A expansão da comunicação e dos transportes permitiu maior liberdade para as cidades de dimensões variadas estabelecerem maiores relações de trocas.

Uma característica negativa observada em cidades pequenas tem sido o fato de concentrarem setores industriais que incorporam grande quantidade de trabalhadores mal qualificados e mal remunerados, se transformando, portanto, nos lugares privilegiados para a concentração desse tipo de trabalho, especialmente trabalhadores sazonais do campo.

Assim, uma categoria também importante que poderia caracterizar a pequena cidade a partir da modernização da agricultura é a unificação entre campo-cidade a partir dos novos papéis assumidos.

É assim que esse processo contraditório e desigual de desenvolvimento da agricultura, sobretudo via industrialização, tem eliminado gradativamente a separação entre cidade e o campo, entre rural e o urbano, unificando-os numa unidade dialética. (...) Uma unidade onde a diferença entre os setores da atividade econômica (a agricultura, a pecuária e outros, em um, e a indústria, o comércio etc., em outro) vai sendo soldada de um lado pela presença, na cidade, do trabalhador assalariado (bóia-fria) do campo. Aliás, as greves dos trabalhadores do campo são feitas nas cidades. (...) Dessa forma, cidade e campo vão se unindo dialeticamente, quer no processo produtivo, quer no processo de luta por melhores salários, por melhores preços para os produtos agrícolas, e particularmente pela reforma agrária. É, pois, contraditoriamente, nas cidades que os camponeses estão ganhando a luta pela reforma agrária (OLIVEIRA, 2004, p.64).

Endlich (2009, p.21) aponta que a modernização da agricultura significou a crise para as pequenas cidades. Com a modernização, as cidades pequenas, em geral, começaram a apresentar fracos índices de crescimento, inclusive demonstrando decréscimo populacional. A economia das pequenas cidades também passa a desempenhar fracos papéis e significativa perda de dinamismo.

Fresca (2009, p.53) destaca, em suas análises, o caso de Jaguapitã-PR, pequena cidade que possuía fraca centralidade urbana em termos de bens e serviços urbanos destinados a sua população, entretanto, inserida na lógica de produção e circulação complexa. A autora apresenta a seguinte reflexão:

Trata-se de uma cidade local, com nível muito fraco de centralidade, traduzido no fato de ofertar uma pequena gama de atividades comerciais e prestadoras de serviços, cuja área de influência é bastante restrita, concentrada em alguns municípios adjacente localizados. Mas insere-se em uma lógica de produção, circulação e consumo muito complexa (FRESCA, 2009, p.53).

Endlich (2009, p.186) aponta que atualmente as cidades pequenas se colocam como lugares de moradia devido à perda de centralidade urbana.

Acerca das funções não centrais, as pequenas cidades destacam-se como substanciais espaços de moradia. Nas últimas décadas, acompanhando o ritmo da urbanização brasileira, o citado processo de inversão do local de residência fez dessas cidades, embora com subtração de centralidade, localidades maiores de extensão territorial, relevantes espaços de moradias, já que, de maneira geral, passaram a concentrar a maior parte da população municipal (ENDLLICH, 2004, p.186)

Como foi possível perceber, a discussão sobre a categoria cidade pequena tem sido um exercício difícil de ser realizado justamente porque são poucos os trabalhos que procuraram esmiuçar seus sentidos. Nos trabalhos com os quais tivemos contato, há essa dificuldade em se criar uma teoria mais universal sobre as características do que venha a ser os aspectos da cidade de pequeno porte, exatamente porque ainda não há uma teoria que compreenda a formação da rede urbana brasileira.

Nesta parte do trabalho, tomamos como base a verticalização da teoria e do método. Analisamos a cidade da maneira mais universal, apontando tantos os aspectos econômicos, como as condições de infraestruturas e serviços, os

sentidos da cidade para os moradores e as perspectivas da cidade, tentando perceber o quanto os moradores buscam uma identidade com a cidade ou com os distritos, e se os mesmos possuem significativa afinidade com o lugar ou se pretendem permanecer.

A discussão, no próximo capítulo, da especulação imobiliária⁵⁵ que se estabelece também em cidades pequenas como o caso pesquisado, será um ponto primordial para entendermos a elevação de preços que ocorre mesmo numa cidade pequena, demonstrando também certo dinamismo econômico, mas, em especial, como problema para a reprodução social de significativos contingentes de trabalhadores.

⁵⁵ A especulação imobiliária não fora preocupação para as autoras citadas. Entendemos que se tratava de cidades em ritmo de intensa estagnação, portanto não se tratava de um elemento que despertasse significativo interesse, fato diferente do que vem acontecendo em Caarapó, que mesmo se tratando de uma cidade pequena, a elevação dos preços dos imóveis se mostra significativa.

CAPÍTULO 4 - VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO E ALTERAÇÕES NOS MODOS DE VIDA EM CAARAPÓ

A sistematização empreendida até aqui permitiu compreender basicamente os processos que envolveram a capitalização da agricultura, a especialização produtiva, a concentração fundiária reorganizando a formação territorial e a relação campo-cidade na pequena cidade.

Neste capítulo, em específico, uma vez compreendidas as características da pequena cidade e a relação campo-cidade, destacamos, nessa análise, as transformações urbanas decorrentes do processo de modernização que conseqüentemente vêm alterando o espaço, alimentando a especulação imobiliária na cidade. A especulação urbana, principalmente discutida pela Geografia Urbana, está centrada em casos de cidades de médio e grande porte, no entanto, aqui, é observada em uma cidade pequena.

Outra discussão peculiar é o debate sobre modos de vida dos moradores. O debate sobre modo de vida tradicional é bastante adequado em uma cidade pequena. Por se tratar de uma cidade com número reduzido de moradores, tem-se demonstrado a possibilidade maior dos membros se conhecerem.

Por um lado, na cidade pequena, o contato mais direto, as relações pessoais mais diretas, os fortes vínculos religiosos transformam a cidade num ambiente saudável em termos de qualidade de vida. Além disso, na cidade pequena, o nível de segurança é maior, havendo, ainda, relações de vizinhanças e compadrio.

Por outro lado, essas relações podem prejudicar a liberdade dos moradores. Na cidade pequena, a vida particular das pessoas muitas vezes sofre interferência por parte da família, dos vizinhos e de outros, além da “fofoca”. Muitas relações de compadrio são também relações políticas, caracterizando uma relação de troca de favores.

A mudança desses padrões, vinculada ao processo de modernização, vem modificando a paisagem urbana. Assim, uma parte da história vem sendo apagada para dar espaço às novas formas e arquiteturas. A cidade atual em

nada lembra as características passadas. Muitos moradores já não conhecem a história de criação do município, baseada na exploração da erva-mate e da expansão da pecuária. Nesta parte final do trabalho, resgatamos um pouco da transformação da paisagem e da história da cidade por meio do processo de modernização, embebendo o imaginário dos moradores.

O município de Caarapó possui dois distritos (Cristalina e Nova América) e a reserva indígena Te'yi Kuê. Assim, tomaremos como foco a análise de suas relações socioeconômicas, a dependência desses distritos em relação à cidade e os modos de vida dos moradores.

4.1. A elevação de preços e a especulação imobiliária na cidade de Caarapó

A especulação imobiliária tem promovido importantes debates nos estudos urbanos. Trata-se, de forma sintética, de compreendermos a faceta cruel da transformação do acesso à moradia, especificamente do solo urbano em mercadoria. Transformar o solo urbano em mercadoria significa impor uma dificuldade para inúmeros moradores mais pobres em relação à aquisição de um imóvel. Esse debate foi apontado por Suzuki (1996, p.164) para auxiliar a compreensão das metamorfoses que se estabeleciam em Rondonópolis-MT a partir da década de 1970. Para o autor, a expansão urbana não tinha como fins específicos a garantia da oferta de imóveis a preços acessíveis aos moradores dos mais diversos tipos de rendas. Segundo Marques (1994, p.12),

Os direitos de propriedade no capitalismo transformam o espaço em mercadoria. A propriedade privada da terra contribui para a reificação das relações sociais ocultando suas contradições e a estrutura de dominação que sustenta.

A cidade capitalista é o ambiente favorável para a reprodução do capital. Percebe-se que o investimento em imóveis caracteriza-se como um dos mais seguros, sendo a razão de muitos investimentos privados de capitais advindos de outros setores (da renda fundiária do campo, do comércio, da indústria e até mesmo da poupança de alguns trabalhadores mais capitalizados).

A transformação de glebas “rurais” em lotes urbanos, ou seja, a expansão territorial horizontal, é a forma através da qual, via loteamentos urbanos, há a conversão da renda da terra rural em urbana, e/ou a forma como se realiza a renda absoluta da terra através da especulação (SPÓSITO, 1991, p.54).

A terra, para Spósito (1991, p.58), enquanto mercadoria, possui um preço diferenciado de outras mercadorias, em geral muito superior, porque ela não é substituível, não pode ser dimensionada pelas suas qualidades e pela força de trabalho materializado. Ela não pode ser produzida na mesma forma e intensidade que outras mercadorias em geral.

Resumindo, ressaltamos que a cidade se **reproduz** manifestando e viabilizando a reprodução capitalista, considerando-se os processos de ampliação dos seus papéis da cidade na divisão territorial do trabalho, colocada pela reprodução capitalista. A **reprodução da cidade**, e, portanto, dos papéis que desempenha na divisão territorial do trabalho, exige a ampliação das suas bases territoriais, o que se dá via **ampliação territorial** da base fundiária urbana – expansão horizontal, via **reprodução territorial** desta base – expansão vertical – através da monopolização de parcelas do território da cidade (SPÓSITO, 1991, p.55-6 – grifos no original).

Segundo a citação acima, a ampliação territorial ocorre pela expansão horizontal e vertical. Como expansão horizontal considera-se a expansão da cidade sobre as áreas rurais. A de conjuntos habitacionais para população de baixa renda é um exemplo dessa característica. Nesse caso tem sido comum a intervenção do Estado na produção de moradias populares vinculadas aos interesses de especuladores de incorporar áreas marginais na cidade,

abdicando de utilizar áreas não edificadas que já possuem alguns tipos de infraestrutura, mas que se encontram à espera de elevação de preços.

Assim, nos loteamentos populares, a instalação de algumas infraestruturas urbanas (eletrificação, água, esgoto, asfalto) valorizarão terrenos adjacentes que até aquele momento só havia se estabelecido em termos urbanos enquanto renda absoluta; e passa a agregar preço, podendo ser comercializados por valores mais elevados.

O processo da verticalização na cidade resulta na elevação dos preços dos imóveis. A renda auferida, nesse caso, estabelece relação de monopólio na qual alguns lugares específicos na cidade ganham tal valorização que podemos caracterizá-la como renda de monopólio. O preço da terra mercadoria, nas áreas mais nobres da cidade, atinge patamares elevados para a realidade de grande parte dos moradores. Ela só poderá ser incorporada por classes capitalizadas, para a incorporação na cidade de vultosas residências, para a construção de áreas comerciais ou ainda para seu fracionamento via edificação de apartamentos⁵⁶. A terra enquanto mercadoria foi assim compreendida por Spósito (1991, p.151-5):

1. Os imóveis não circulam como as outras mercadorias, têm, portanto, uma localização fixa e praticamente imutável, da qual não podem se dissociar. Esta condição de localização única distingue esta mercadoria das outras, não apenas porque seu consumo é simultaneamente e indissocialmente o consumo de dada localização (...)
2. Os imóveis são mercadorias de durabilidade maior do que o tempo médio de duração das outras mercadorias, e incorporam o caráter permanente e, portanto, indestrutível dos terrenos sobre os quais se erguem (...)
3. Os imóveis são vendidos/comprados no mercado com menor frequência e com maiores intervalos de tempo que as outras mercadorias à disposição no mercado, o que requer alta disponibilidade de recursos financeiros para a sua aquisição. (...)

⁵⁶ Nesse caso, um conjunto de possíveis interessados em uma área considerada nobre, mas que não possuem condição financeira de consumi-la individualmente pode ter acesso via o processo de verticalização urbana. Na verticalização, a renda de monopólio é parcelada para o conjunto dos futuros proprietários.

4. Os imóveis são mercadorias indispensáveis tanto para a reprodução da força de trabalho, quanto para a produção das mercadorias em geral, e para a realização do consumo. (...)
5. Tal consumo pode ser temporariamente absoluto ou relativamente e provisório. (...)
6. Os usos dos imóveis podem ser diferentes, numerosos e não necessariamente excludentes, ainda que simultâneos.

Conforme apontou Bernardelli (2004), em seus estudos sobre os papéis urbanos das pequenas cidades na região de Catanduva, estas tenderam a ser o locus privilegiado da concentração da classe trabalhadora mal qualificada e remunerada. Por isso, os investimentos públicos em construção de moradia populares se fazem necessários para garantir as condições básicas de vida para trabalhadores com cujos ganhos mal conseguem suprir suas necessidades.

Para a força de trabalho, basicamente composta por trabalhadores sazonais ou que ocupam cargos de baixos salários (fato comum atualmente nas grandes empresas), torna-se necessário a presença de um Estado de bem-estar social que ofereça moradia subsidiada além do atendimento de outras necessidades do trabalhador.

Em decorrência de ganhos salariais baixos, torna-se frequente a população mais empobrecida buscar auxílio junto às Secretarias de Assistência Social em forma de ajuda para completar as despesas (ajuda de custo para pagamento de contas de água ou energia elétrica, medicamentos, cestas básicas e outros). O imóvel, para esses, tende a se constituir de uma forma mínima de territorialização, um mínimo de acesso à dignidade em face das condições de vida precárias.

A foto 16 demonstra o mais recente conjunto habitacional construído em Caarapó. Segundo informações obtidas junto ao Departamento de Cadastro de Imóveis da prefeitura, desde o surgimento do programa nacional de habitação Minha Casa Minha Vida⁵⁷, em Caarapó já foram entregues 264 imóveis para

⁵⁷ O programa nacional de habitação Minha Casa Minha Vida trata-se de um ambicioso programa do Governo Federal para a construção de 1 milhão de moradias, reduzindo em parte

população de baixa renda. Projetos futuros apontam para a construção de mais 310 imóveis desse padrão. Entretanto, o *deficit* ainda é elevado. Existem cadastrados, junto à Prefeitura Municipal, 934 pedidos, desses os que se encaixam no perfil de baixa renda, ou seja, que podem ser contemplados pelos programas de moradias populares seriam em torno de 700. Esse seria então o real *deficit* na cidade de moradores classificados como de baixa renda.

Foto 16: Conjunto habitacional Shallom (inaugurado em 2009)
Fonte: Foto produzida em 20 de setembro de 2010.

Por ser o sistema capitalista desigual e contraditório, a questão da moradia é um problema crônico, que não atinge um lugar específico, a

o *deficit* da moradia no país, que atualmente calcula-se na ordem de 6 milhões. O Programa Minha Casa Minha Vida financia moradias no valor máximo de R\$ 130.000,00 (no câmbio atual em torno de US\$ 76.500,00 dólares) nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro e no Distrito Federal; R\$ 100.000,00 (US\$ 58.800,00 dólares) nos municípios com mais de 500.000 habitantes, demais regiões metropolitanas das capitais e RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal; e R\$ 80.000,00 (US\$ 47.100,00 dólares) nos demais municípios. As residências podem ser financiadas em até 30 anos com taxas que variam conforme a renda familiar (5% mais Taxa Referencial – TR para famílias que se enquadram entre aquelas que recebem entre 1 a 3 salários mínimos, 6% mais TR para aqueles que recebem acima de 3 até 6 salários mínimos e 8,16% para aqueles que recebem acima de 6 a menos de 10 salários mínimos). Esse Programa prevê beneficiar as classes sociais mais carentes (que recebem entre 1 a 3 salários mínimos) com a construção de 600.000 casas. (www.caixa.gov.br. Acesso em 30/10/2010).

demanda sempre será elevada, mesmo que, fossem construídas as 700 residências que caracterizam o *deficit* em Caarapó. Como a moradia é o elemento que simboliza certa dignidade ao indivíduo, a produção de moradias populares em elevado número pode se transformar em um atrativo para a migração de trabalhadores que não possuem moradia em seus respectivos municípios de origem.

Silva (2000, p. 252) apontou, em sua tese *Os Novos Rumos da Política Habitacional e o Processo de Urbanização de Dourados – MS*, que a medida de construção de habitações populares em Dourados incentivava a migração de pessoas advindas de cidades pequenas próximas a Dourados. Em Caarapó, especialmente, a construção da Usina Nova América/Cosan, produziu um início de retomada do crescimento populacional. Tal fato já tem despertado atenção dos agentes públicos sobre o aumento da demanda de serviços sociais básicos para o atendimento de trabalhadores que tendem a migrar para a cidade.

De acordo com a Secretária Municipal de Assistência Social, Sra. Evinei Arce da Silva Oliveira, em entrevista realizada em 18 de setembro de 2010, apesar da usina instalada em Caarapó ter alimentado na cidade a perspectiva de crescimento econômico, no quesito social, prosperam problemas sérios. A migração de trabalhadores temporários na construção da empresa elevou o índice de gravidez de adolescentes, além disso, a imagem levada a partir desse tipo de industrialização em uma cidade permite a construção simbólica de um novo eldorado em termos de prosperidade, ou seja, que na cidade há elevada oferta de empregos. Ocorre então, a vinda de inúmeras famílias completamente desassistidas, que ao chegarem à cidade sem emprego e sem recurso, se dirigem à Secretaria em busca de ajuda.

Normalmente o aporte oferecido pela Secretaria é o alojamento temporário dessas famílias, alimentação e passagens de retorno as suas respectivas cidades de origem. Em outros casos, ocorre o fato de famílias da cidade que já vivem em condições precárias convidarem amigos ou familiares para residirem em Caarapó em busca de emprego nas empresas. Isso torna

mais precárias ainda suas condições de vida, já que passam a residir em pequenos espaços.

Esses trabalhadores que passaram a migrar para Caarapó, em geral, são mal qualificados, que, em razão da dificuldade de encontrarem emprego em seus lugares de origem, mudam-se com intuito de buscar novas possibilidades de vida, um mínimo de condição de dignidade. Por isso, submetem-se a quaisquer condições de trabalho oferecidas.

Em Caarapó, especialmente o plantio e a colheita da cana tem se tornado um dos principais atrativos para a vinda desses migrantes. Os empregos que têm sido gerados na cidade, em sua maioria, são precários, ou seja, trata-se de empregos temporários, mal remunerados e muitos destes também insalubres. Para esse tipo de trabalho, têm sido empregados trabalhadores das periferias da cidade, mal qualificados e geralmente muito pobres. Outra questão observada na cidade é a contratação, por parte das empresas, de indígenas, que no geral são trabalhadores que melhor se encaixam no perfil exigido (por se submeterem mais facilmente às condições de trabalho precárias, insalubres e mal remuneradas).

O emprego de trabalhadores indígenas tem ampliado os problemas em suas comunidades, pois a saída dessas pessoas das reservas enfraquece o movimento de luta por direitos (à terra, especialmente), e também alteram suas relações sociais e de trabalho, já que deixam de produzir alimentos em suas áreas, entre outras atividades.

Mas o que explicaria a recente expansão urbana em Caarapó é principalmente a expansão do emprego em razão das diversas empresas que nos últimos 10 anos vêm se instalando no município. Para essa classe de trabalhadores empregados, o acesso ao crédito subsidiado para a construção da casa própria tem sido facilitado com o recente programa de habitação do Governo Federal em parcerias com os Estados e municípios, o já mencionado Programa Minha Casa Minha Vida.

Segundo dados obtidos junto ao Departamento de Cadastro de Imóveis, são enviados cerca de 40 projetos arquitetônicos por mês para a legalização do início de obras na Prefeitura, sendo que desses cerca de 35 são financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Grande parte desses projetos atendem famílias com renda inferior a 3 salários mínimos, com financiamentos que variam de 50 a 60 mil reais (US\$ 29.400,00 dólares e US\$ 35.300,00 respectivamente). As residências, na maioria dos casos, não ultrapassam 70 m². Esses dados apontam para um crescimento em termos de construção de novas residências na cidade em torno de 6,5% ao ano.

São representativos esses dados porque demonstram o quanto antigas políticas habitacionais foram ineficientes para garantir o acesso à moradia para a população, mas também evoca compreendermos o quanto a cidade é desigual, e como a transformação da terra em mercadoria marginalizou um número significativo de moradores.

Para suprir essa demanda, o mercado imobiliário de Caarapó tem ampliado a oferta de imóveis (terrenos) no mercado. Para isso, tem-se incorporado especialmente áreas rurais adjacentes. O processo de ampliação da oferta de áreas dispostas à comercialização enquanto imóveis urbanos, entretanto, não terminou por frear a elevação dos preços. Na realidade, os novos loteamentos têm se transformado em parâmetro para os valores estabelecidos nos imóveis sem edificação existente na cidade, é o que se pode discutir a partir dos dois mapas que seguem.

Mapa 4: área urbana de Caarapó - década de 1990

Mapa 5: área urbana de Caarapó - 2010

Pela comparação entre os mapas 4 a 5, percebe-se o esforço na incorporação de áreas rurais em áreas urbanas em Caarapó. Apenas nos últimos 10 anos foram criados 4 loteamentos novos destinados à venda de imóveis (Jardim Moriá, Jardim Santa Marta 2, Residencial Capitão Vigário e Jardim Adonai), 1 conjunto habitacional popular (Residencial Shalon) e 1 novo distrito industrial na cidade. É importante destacar que o Jardim Santa Marta 2 foi loteado pela Prefeitura Municipal em 2006, comercializando os imóveis em regime de leilão.

O fato da ampliação de novas áreas destinadas à habitação não permitiu a redução dos preços destes, que continuam a se elevar, mesmo com a grande oferta de imóveis à venda. Outro fato importante é que a existência de inúmeros lotes sem edificação, não impediu a abertura de novos loteamentos, ampliando a especulação imobiliária.

A cada novo loteamento criado elevou-se os preços dos imóveis já urbanizados pela maior demanda por infraestrutura. O Estado se vê na obrigação de realizar esse tipo de investimento, como rede de esgoto, pavimentação e outros, onera os cofres públicos e promove a retenção de maiores rendimentos fundiários urbanos por parte dos proprietários de imóveis. Entre 2000 a 2010, houve a ampliação do perímetro urbano em torno de 20%.

A valorização imobiliária em Caarapó tem sido notável. Mesmo sendo uma cidade considerada pequena, tem-se desenrolado um processo diferente do que apontara Bernardelli (2004) e Endlich (2009), que analisaram exemplos de cidades com elementos que simbolizavam retração econômica. Em Caarapó houve uma crise de expansão econômica que perdurou pelas décadas de 1980 e parte dos anos 1990, com a expansão da pecuária extensiva que pouco empregava e com a redução das empresas madeireiras que, ao cessar a matéria prima, encerravam suas atividades.

No final da década de 1990 e na década de 2000, em Caarapó, a expansão da agricultura de exportação (especialmente a soja) conjunto à vinda

de empresas de armazenamento e beneficiamento de grãos, a expansão das indústrias, que já existiam como a Frangosul, adquirida pela multinacional Doux, além da instalação da Usina de Álcool e Açúcar Cosan, proporcionaram certo dinamismo para a cidade, o que significou a elevação dos preços de imóveis.

Para exemplificar essa relação em termos monetários, no loteamento Jardim Moriá, aberto para venda de imóveis em 2001, eram comercializados lotes por cerca de U\$1.200,00 (dólares) ou cerca de 11,1 salários⁵⁸ mínimos à época. Atualmente, os mesmos imóveis nesse bairro ainda não edificadas possuem preço de U\$14.700,00 dólares ou 49 salários mínimos⁵⁹.

É perceptível, perante esses dados, que o avanço médio dos salários não acompanhou a evolução dos preços dos imóveis. Os novos loteamentos criados na cidade como Jardim Adonai, iniciou o comércio de lotes em janeiro de 2010, em média, por R\$15.000,00, ou 29,4 salários mínimos em 2010. Os preços são frutos de uma especulação alimentada não exatamente pelos acréscimos das rendas familiares, mas pela expansão do crédito imobiliário via dinheiro público, destinado ao financiamento habitacional. Por outro lado, promove o estrangulamento, a longo prazo, dos ganhos da classe trabalhadora, capturando parte considerável de seus rendimentos para o pagamento das parcelas do financiamento junto ao banco.

A expansão em termos reais de pelo menos 4 vezes a diferença entre o preço do imóvel frente ao salário mínimo, como o caso do Jardim Moriá, expõe ao menos a faceta cruel e perversa da transformação da terra em mercadoria. É fato comum muitos moradores de Caarapó já possuírem moradia e adquirirem outros imóveis com fins especulativos (venda posterior por preço mais elevado) ou para construção de residências de aluguel.

⁵⁸ Salário mínimo da época equivalente a R\$ 180,00.

⁵⁹ Com base no salário mínimo atual de R\$510,00.

Foto 17: Jardim Moria – inaugurado em 2001 Fonte: Foto produzida em 20 de setembro de 2010

Foto 18: Jardim Adonai – inaugurado em 2010
Fonte: Foto produzida em 20 de setembro de 2010

As fotografias 17 e 18 demonstram dois loteamentos que apresentam um intervalo de inauguração de 9 anos. No Jardim Moriá, inaugurado em 2001, grande parte dos imóveis já se encontram edificadas, sendo que muitos destes foram edificadas com recursos próprios dos proprietários, e de maneira geral, são construções bastante simples. Em razão de o momento em que foi inaugurado ser anterior à expansão dos financiamentos facilitados, o Jardim Moriá levou um tempo significativo para que os lotes fossem edificadas. Os lotes eram vendidos em parcelas sendo que em muitos casos, apenas após o pagamento das parcelas iniciava-se a construção da obra. Muitas residências foram construídas de forma improvisada para, posteriormente, serem melhoradas, tanto na forma de ampliação como de acabamento.

No Jardim Adonai (foto 18) a venda dos lotes foi iniciada no início de 2010. Em pouco tempo de existência, já se encontra com muitas residências construídas ou em fase de construção.

Boa parte das edificações que utilizam financiamento do Programa Minha Casa Minha Vida⁶⁰ está sendo dirigida para loteamentos novos, como o Jardim Adonai, o Jardim Santa Marta 2 (inaugurado em 2006), alguns lotes abertos no já existente Jardim Aprazível (2005) e no mais recente loteamento, o Residencial Capitão Vigário (2010).

⁶⁰ Com a nova exigência da Caixa Econômica Federal para liberação de financiamentos, a construção de novos imóveis provavelmente terão impacto negativo uma vez que a instituição exige que os imóveis possuam ruas asfaltadas, infra-estrutura não existente em nenhum dos novos bairros criados.

Foto 19: Jardim Santa Marta 2 – loteado em 2006
Fonte: Foto produzida em 20 de setembro de 2010

Foto 20: Jardim Aprazível – abertura de novos lotes em 2005
Fonte: Foto produzida em 20 de setembro de 2010

Foto 21: Residencial Capitão Vigário – loteado em 2010
Fonte: Foto produzida em 20 de setembro de 2010

Alguns novos loteamentos abertos apresentam uma área já edificada, entretanto, há outras que ainda não foram edificadas. Muitas dessas áreas são de proprietários que adquiriram o imóvel com fins especulativos. No residencial Capitão Vigário, por ser o loteamento mais recente, ainda não se iniciaram as edificações. O imóvel com fins especulativos tem sido um investimento que proporciona rentabilidade. No Jardim Adonai, por exemplo, o incorporador imobiliário no primeiro momento comercializou apenas metade dos imóveis de forma intercalada, para fins de, quando houvesse determinado nível de urbanização no bairro, pudesse comercializar os outros terrenos por preços maiores, utilizando assim uma estratégia para a elevação de preços dos mesmos.

Em vários casos, como nos últimos loteamentos abertos, houve elevação de preços, como nos casos do Jardim Santa Marta 2 e do Jardim Aprazível, nos quais em pouco tempo (entre 2006 a 2010), muitos dos imóveis já tiveram valorização de preço superior a 300%, se comparado ao valor pago no início das vendas. Por isso, mesmo com a demanda e a acelerada oferta, há

muitas áreas com boas condições de infraestrutura ainda não ocupadas com fins de moradia.

Foto 22: Jardim Aprazível – quadra vazia (à espera de valorização)
Fonte: Foto produzida em 20 de setembro de 2010.

O empresário⁶¹ e atual prefeito municipal, Mateus Palma de Farias, entrevistado em 17 de setembro de 2010, aponta que esse processo de efervescência do ramo imobiliário na cidade deve perdurar por mais 5 anos, ou seja, até meados de 2015, quando deverá cessar o crescimento populacional e estiver reduzido o *deficit* por moradias. Para o entrevistado, o que se percebia há algum tempo em Caarapó era a saída de muitas pessoas para outras cidades (especialmente Dourados) em busca de oportunidades de trabalho, sendo que atualmente se observa o retorno de muitos desses moradores para Caarapó, em razão da abertura de novas possibilidades de emprego. O entrevistado apontou que a necessidade de diversificar suas atividades

⁶¹ É empresário na cidade do ramo comercial e imobiliário. Foi o responsável pelos loteamentos do Jardim Morá e Adonay. O Jardim Santa Marta 2 foi loteado pela Prefeitura Municipal na administração atual.

econômicas o levou a investir em outros ramos, principalmente no setor imobiliário tais como moradias de aluguéis mais baratos (quitinetes), salões comerciais, loteamentos e o último grande investimento destacado na entrevista será a construção de um grande prédio para o estabelecimento de um supermercado a ser inaugurado em 2011. Mateus Palma de Farias

Caarapó viveu um momento, sabe, de muita estagnação econômica com o fim das madeiras. Eu sempre acreditei em Caarapó. Sempre quis morar aqui, viver aqui. Por isso investi aqui. Como muitos não acreditavam em Caarapó, era mais fácil adquirir um imóvel mais barato, porque se o proprietário não acredita na cidade, ele não vai investir, tem medo, aí ele vende por preço baixo entende? É acreditar onde ninguém acredita. Aí foi quando comecei a comprar alguns imóveis. Eu tinha comércio na cidade (na década de 1980), uma sorveteria. Com o lucro do comércio eu tinha duas opções: investir em lazer ou aplicar em algum investimento que pudesse dar retorno. Aí eu pensava: bom se eu comprar um fusca eu vou gastar com gasolina, oficina; mas se eu comprar um terreno, o dinheiro fica resguardado. Preferi então continuar sem carro. (...) os aluguéis mais baratos não incentiva ninguém a construir, é o que acontecia em Caarapó antes. (...) Eu preferi diversificar meus investimentos: construí quitinetes para pessoas que ganham menos, construí lojas comerciais como a Galeria Moriá, mais recentemente loteamentos. Outra coisa necessária é antecipar fatos. Por exemplo, eu sentia a necessidade de ter um supermercado de grande porte na cidade, por isso me dispus a construir um prédio para abrigar um supermercado desse, sabe? Ele será alugado para a C-vale, por contrato com a C-Vale, tem que ser entregue ano que vem. Em um mês após eu ter fechado negócio de construção e locação, já houve interesse de uns dois ou três de supermercados que fizeram sondagens em Caarapó, mas como já havia um empreendimento sendo construído, essas empresas desistiram de se fixarem em Caarapó.

Em Caarapó se estabelece também aquilo que Corrêa (1994) chamava de transferência da renda fundiária para a cidade. Para isso, a modernização da agricultura tem fomentado, para os proprietários fundiários, o conceito de modernidade, o parâmetro ideal de morar na cidade, realizando cotidianamente a saída da cidade (local de moradia) para o campo (local de trabalho). Em

Caarapó essa elite tem se fixado especialmente no centro⁶² da cidade e em bairros que se tornaram nobres por terem melhores condições de infraestrutura, como ruas asfaltadas⁶³ (além do Centro, destacamos o Jardim Santa Marta e Vila Jari).

Uma alternativa de investimento por parte de incorporadores imobiliários foi a construção de edifícios (condomínios fechados) para atender a uma classe de maior poder aquisitivo na cidade, composta especialmente por produtores capitalizados, empresários e trabalhadores qualificados das grandes empresas instaladas na cidade. Como exemplo, podemos citar o condomínio (foto 17) construído com capital próprio de um empresário e incorporador imobiliário da cidade .

Em entrevista concedida em 22 de dezembro de 2010, o proprietário do edifício, empresário Leonidas Ignácio Moreno, , afirma que a construção, mesmo localizada em uma área nobre da cidade não tem se demonstrado um investimento interessante, uma vez que a procura pela aquisição tem sido reduzida. O empresário inclusive pretende rever a possibilidade de construir outros 4 edifícios no mesmo terreno.

⁶² Elemento simbólico da cidade de pequeno porte, o centro urbano ainda é concebido como área nobre para habitação, por isso, ainda é bastante valorizado. Nas cidades de médio e grande porte, a burguesia tem procurado se afastar do centro da cidade a partir da criação de bairros nobres e condomínios fechados, por motivo de segurança, afastamento dos problemas urbanos e sociais dentre outros.

⁶³ A falta de pavimentação asfáltica nas ruas da cidade é um problema crônico de infraestrutura urbana em Caarapó. Tem-se revelado uma grande insatisfação dos moradores a existência desse tipo de infra-estrutura em proporções reduzidas, relegando, por exemplo, a grande valorização dos imóveis urbanos asfaltos comparado aos imóveis sem o mesmo. Atualmente mais de 50% das ruas da cidade não dispõem de pavimentação asfáltica.

Foto 23: Edifício de apartamentos em Caarapó – inaugurado em 2010
Fonte: Foto produzida em 20 de setembro de 2010.

A queixa demonstrada pelo entrevistado remonta à discussão de outra peculiaridade da pequena cidade, a de que o sentido da verticalização urbana ainda não se coloca como viável. Muitos moradores, mesmo os capitalizados, não se colocam dispostos a viverem dentro de um ambiente na qual a vida particular é mais privada, da necessidade de socialização dos espaços, típico de condomínios. Enquanto em uma cidade de maior porte, a violência urbana, a elevada valorização dos terrenos e a necessidade de uma localização favorável são elementos analisados no momento da aquisição do imóvel, em cidades de pequeno porte, como o caso de Caarapó, essa regra em parte, não se aplica .

Aqueles que possuem melhores condições financeiras buscam adquirir imóveis (terrenos) em áreas valorizadas, construindo casas de padrão elevado. Sobre esse fato, Leonidas Ignácio Moreno, assim afirmou:

Desde 2000 os terrenos vêm-se encarecendo. O Mateus (prefeito municipal e empresário) vai abrir um loteamento novo de alto padrão no Jardim Santa Marta 2, com toda infraestrutura (água, luz, esgoto, asfalto) a um preço médio de R\$50.000,00 (91,7 salários mínimos). Todos os loteamentos na cidade foram viáveis, quem fez ficou rico, ganhou muito dinheiro. O Adonay por exemplo fora vendido a princípio somente metade dos terrenos, como estratégia para valorização futura.

A fala realizada pelo entrevistado remonta em parte sua desilusão quanto ao investimento em edifícios urbanos. Para o mesmo, o investimento em imóveis para venda é o negócio mais lucrativo na cidade ao citar por exemplo, a facilidade em negociar alguns terrenos que loteou no Jardim Aprazível. Leonidas Ignácio Moreno, cuja atuação principal está no comércio de materiais de construção, afirmou que o Programa Minha Casa Minha Vida tem proporcionado esse elevado crescimento no número de construções na cidade. Para ele, no ano de 2011, já estão aprovados pela Caixa Econômica Federal, 400 projetos a serem financiados pelo programa. Por outro lado, o aquecimento na construção civil em Caarapó e no país como um todo, tem inflacionado o mercado da construção civil, desde os materiais de construção aos custos com mão-de-obra.

Em Caarapó, a especulação imobiliária por lotes melhores servidos de infraestrutura e também melhores localizados tem elevado os preços desses imóveis, aproximando-se ou mesmo superando os valores verificados em cidades maiores ou mesmo em grandes cidades. Em Caarapó, por meio das pesquisas, existem imóveis residenciais (terrenos) que chegam a patamares de R\$150.000,00 a R\$200.000,00 (US\$83.235,00 a 117.647,00 dólares respectivamente) e áreas comerciais (também em forma de terreno) que superam R\$500.000,00 (US\$ 294.117 dólares).

Enquanto em Caarapó tem-se observado um processo de elevação de preços dos imóveis, o mesmo não acontece nos dois distritos pertencentes ao município, onde há precariedades mesmo de serviços públicos. No distrito de Nova América, localizado às margens da rodovia BR163, uma cidade que se

constituiu para o fornecimento de produtos e serviços a trabalhadores e pequenos produtores rurais das áreas próximas, atualmente se caracteriza pela concentração de trabalhadores pobres, alguns desses, funcionários da Dour Frangosul. É perceptível, nesse distrito, que a presença da empresa em muito pouco alterou a dinâmica local. Significativa parte das residências ali existentes, segundo dados da Prefeitura Municipal e informações coletadas junto aos moradores, até recentemente eram irregulares, ou seja, não possuíam escritura. Os preços dos imóveis em Nova América são bastante inferiores aos preços praticados na cidade de Caarapó, em parte porque a irregularidade dos imóveis e a falta de infraestrutura, como pavimentação asfáltica, dificulta o acesso ao crédito para o financiamento imobiliário.

Da mesma forma Cristalina é um distrito que surgiu também para o atendimento das necessidades da população local. Nesse distrito, o maior problema identificado é a falta de ligação por rodovia asfaltada, dificultando o processo de circulação. No distrito não há nenhum grande empreendimento industrial, seus moradores são pequenos agricultores, trabalhadores do campo, comerciantes ou empregados na administração pública. Os imóveis em Cristalina, assim como em Nova América são pouco valorizados, porque também os moradores convivem com o problema da irregularidade jurídica dos imóveis, que dificulta a expansão imobiliária.

Após delinear, em parte, o processo de expansão e especulação imobiliária em Caarapó, abordaremos, a seguir, os impactos do processo de modernização em relação aos modos de vida dos moradores de Caarapó.

4.2. Processo de alteração nos modos de vida dos moradores

O contexto de modernidade tem-se refletido de forma direta nos modos de vida dos moradores de Caarapó. Trata-se de um modo de vida estabelecido no contexto da propriedade privada da terra. Segundo Marques (1994, p.5-6),

(...) o modo de vida corresponde a um conjunto de práticas cotidianas desenvolvidas por um determinado grupo social e decorrentes de sua história, da posição que ocupa na sociedade envolvente e da forma específica que assegura a sua reprodução social. Corresponde à forma de um determinado grupo social manifestar sua vida.

Marques (1994) ressalta que o modo de vida é embebido de símbolos e representações diferentes dos conceitos e valores estabelecidos com a modernização e monetarização das mais diversas relações que se estabelecem na cidade. O contexto de modernidade tende a desvalorizar as tradições familiares, religiosas e uma série de outros elementos simbólicos não-capitalistas que antes eram prestigiados. A autora, nesse sentido, afirma:

O modo de vida camponês é formado por um conjunto de relações familiares e de vizinhança, formas de organização da produção imediata, condições materiais de vida e de trabalho, relações políticas e religiosas. Tais relações se apóiam num conjunto de valores que lhes dá sentido (MARQUES, 1994, p.6).

E continua:

O modo de vida camponês é fundado em relações sociais não-capitalistas. Face o movimento de globalização da sociedade urbano-industrial, o campesinato dispõe de poucas possibilidades de afirmação de suas tradições. Sua reprodução ocorre de forma conflituosa, o que implica a sua maior ou menor adaptação/integração à sociedade global segundo cada caso observado. (MARQUES, 1994, p.9)

Em Caarapó, como foi apresentado no primeiro capítulo, o modo de vida dos moradores era estabelecido pela ligação próxima ao campo. Na realidade campo e cidade pouco se diferenciavam até o auge do processo de modernização da agricultura. Os imóveis (urbanos ou rurais possuíam pouco valor monetário), a religiosidade era mais presente na vida da cidade,

atividades de lazer eram coletivas, com forte papel de relação familiares (destaque para o apadrinhamento, que simbolizava, pela questão religiosa, uma ligação direta entre famílias), assim como havia intensas relações de vizinhança.

Havia feiras, normalmente aos domingos pela manhã, nas quais eram comercializados produtos locais (verduras, frango caipira e outros) que faziam parte da vida urbana. A presença do campo na cidade era levada ao extremo, sendo fato comum aos moradores a criação de animais com fins de alimentação (suínos e frangos) a formação de hortas nas áreas vazias dos quintais, o comércio de leite *in natura* entre outros.

Poderíamos afirmar que se tratava de um tempo mais lento, pois na maioria dos casos, o ritmo de vida das pessoas não era o mesmo da reprodução ampliada do capital, mesmo porque em Caarapó podemos afirmar que a integração completa ao capital só viera de fato se materializar nos últimos 20 ou 30 anos. Segundo Marques (1994, p.25):

O modo de vida corresponde à forma particular de um grupo social manifestar sua vida, na qual as tradições e as representações resultantes da experiência vivida das condições materiais de existência desempenham um importante papel.

As alterações no modo de vida em Caarapó estiveram consorciadas à inserção do contexto de modernidade no ideário dos moradores. Para muitos, viver no campo passou a significar o retrocesso. Comercializar produtos *in natura* em feiras perdeu seu valor para a iminência do supermercado. As relações de afetividade e religiosas tenderam a enfraquecer. Tratava-se de adentrar no contexto da reprodução ampliada do capital dependente do ritmo estabelecido nas grandes cidades.

Apesar de permanecerem muitas relações não completamente integradas à reprodução do capital, muitas relações de vizinhanças e

compadrio em parte são dissolvidas. O ritmo de trabalho imposto pelo capital e o ideário do moderno faz com que as pessoas vivam intensamente o trabalho e passem a ter cada vez menos tempo para outras atividades, como atividades culturais e lazer.

As festas são exemplos desse tipo de mudança nos modos de vida local. O exemplo apresentado por Suzuki (1996, p.184-5) sobre Rondonópolis é elucidativo, sendo muito próximo ao contexto verificado em Caarapó

As festas, momentos de encontro e de reunião, foram perdendo tal significado no processo de urbanização, quando esses momentos de encontro passam a ser capturados pelo circuito da troca. Já que ao contrário de festas comunitárias, com presença do siriri e do cururu, que renovam os vínculos entre os moradores do lugar, passam a ser marcadas por relações mercantis. A promoção de festas de grande porte, como a “Festa da Primavera”, a “Festa da Soja”, a “Exposição de gado”, são hoje marcadas pela presença de duplas sertanejas de repercussão nacional, de leilões, de *stand* de revendedoras de máquinas agrícolas, de parque de diversões, de barracas de alimentação etc. Tais festas recebem patrocínio de empresas vinculadas, sobretudo, ao meio rural, devido ao sentido que as festas passam a ter. (...) A existência das grandes festas sob outras relações de mediação, de qualquer forma, não pode ser vista apenas no seu sentido negativo, pois há um outro lado que precisamos avaliar: o ganho dos moradores na diminuição da pressão social direta exercida pela comunidade, já que a pressão social vai diminuindo, as fofocas, os diz-que-me-diz, as conversinhas, vão deixando de existir. (...) Nesse sentido, as transformações por que passou o modo de vida apontam para uma maior liberdade dos moradores em relação aos outros moradores do lugar. É o momento que se vive o isolamento e a indiferença dos outros.

As atividades de lazer, de uma maneira geral, segundo as entrevistas coletadas, sempre foram simples e bastante residuais. As principais festas, em geral, eram os casamentos, as comemorações religiosas (quermesses), as festas juninas, as comemorações da semana da pátria, os campeonatos esportivos (especialmente o futebol) e em épocas de eleições, os comícios, que reuniam grande número de pessoas. Paulatinamente, essas formas de expressão popular foram perdendo espaço para outros tipos de festas que

destacam a presença de bandas ou grupos musicais de reconhecimento regional ou nacional. São festas que atraem grande número de simpatizantes, mas ao mesmo tempo se portam como atividades comerciais, ou seja, têm como expoente o retorno financeiro a partir da cobrança de ingressos, que, por isso, tendem excluir parte considerável dos moradores.

A Exposição Agropecuária de Caarapó (EXPOAC), anualmente realizada no segundo semestre, é o expoente do processo de modernização. É uma das principais festas na cidade, prestigiada pela sua população. Nela se encontram exposição e leilão de gado, *stands* de grandes empresas de máquinas agrícolas e insumos para a agricultura. Mas o principal atrativo da EXPOAC são as atrações musicais, basicamente grupos de música sertaneja de prestígio regional e nacional.

Em praticamente todas as cidades que se inseriram no processo de modernização da agricultura, as exposições agropecuárias têm forte apelo. Uma crítica que fazemos, entretanto trata-se da padronização desse tipo de evento que praticamente não demonstra nenhuma especificidade local. Basicamente as diferenças são o volume de negócios, empresas expositoras e atrações musicais presentes nos eventos em cada cidade (basicamente padronizadas pela música sertaneja). Em termos regionais, a Exposição Agropecuária de Dourados (EXPOAGRO) é a que possui maior prestígio, tanto pelo volume de negócios quanto pelas atrações musicais (em geral, apresentavam-se grupos musicais de maior prestígio nacional).

Outro fator relevante a se destacar em uma cidade pequena como Caarapó é o ambiente político que se estabelece. Assim como demonstrou Endlich (2009), a dominação de grupos políticos pelos quais se estabelecem práticas de coronelismo é presente nesse tipo de cidade. Em Caarapó, os grupos que disputam o poder político local já são conhecidos de longa data⁶⁴,

⁶⁴ Fato que alterou um pouco essa lógica foi à primeira eleição do atual prefeito Mateus Palma de Faria em 2004 quando o mesmo não fizera aliança política com a classe dos proprietários de terras. Já em sua reeleição pela sua significativa aprovação, a aliança política fora estabelecida com os proprietários de terras. Merecem destaque também as eleições dos

sendo que os mais poderosos são aqueles vinculados à grande propriedade fundiária. Os distritos de Caarapó (Cristalina e Nova América), mesmo carentes de políticas públicas, não conseguem eleger vereadores, sendo uma reclamação constante dos moradores, representando o sentimento de bairrismo.

As relações pessoais, característica dos modos de vida tradicionais, ainda permanecem em cidades pequenas como Caarapó. Trata-se basicamente de relações não-capitalistas, como relações de vizinhança, religiosas como o apadrinhamento. Em cidades pequenas nas quais o catolicismo é forte, o batismo se transforma numa relação que aproxima as famílias, criando vínculos de parentesco. Em Caarapó, a rua, em muitos casos, se transforma numa extensão da residência, nos botequins o ambiente de lazer e descanso do trabalhador após a jornada de trabalho. A escola, a praça pública são lugares que, para a comunidade local, além de seus sentidos originais são espaços de sociabilidade.

Festas tradicionais, como a Festa do Folclore, Carnaval Popular, Festa do Quentão, Festa do Padroeiro da cidade e dos bairros, mesmo mercantilizadas ainda possuem forte apelo na sociedade local. Destaque negativo para o fim da Festa Junina da cidade – a festa foi excluída do calendário de eventos em razão da reconstrução da praça. .

O que tentamos alertar é que parte dessas relações é diluída na medida em que se avançam outras condições de sociabilidade. Um exemplo foi a popularização da televisão, reduzindo o tempo dos moradores para as relações de vizinhança.

Entendemos que, numa cidade pequena, há maior relação de vizinhança e manutenção dos modos de vida tradicionais. Os modos de vida tradicionais, para nós, possuem um duplo sentido de análise. Por um lado, pode representar uma relação de proximidade entre os membros da sociedade, como o caso do

primeiros vereadores indígenas em Caarapó nas eleições de 2004 e 2008 (Vereadores Agripino e Otoniel Ricardo).

apadrinhamento de uma criança, que une a família e pode se transformar num elemento de defesa, por exemplo, em ter para quem recorrer em casos de dificuldade financeira. Outro elemento forte nesse tipo de compreensão são as relações comerciais não modernas, muito comum nesses tipos de núcleos urbanos, como a caderneta de anotações e notas promissórias, que, estabelecidas dentro de uma relação de confiança, permitem o acesso ao consumo para aqueles que não possuem ganhos fixos. O modo de vida tradicional, por se caracterizar como relação que não depende necessariamente da mediação monetária, tende a incorporar pessoas no seio de uma sociedade, por exemplo, o caso da religião.

Os modos de vida tradicionais transformam a vida particular em algo público. Isso tende a privar as pessoas da comunidade em se expressar mais livremente. Podemos citar as relações afetivas como namoro, amizades, que muitas vezes se transformam em novidades de domínio público numa sociedade dominada pela “fofoca”. As relações de apadrinhamento e parentesco, que por um lado, simboliza o estreitamento de relações familiares, por outro, pode significar a possibilidade de interferir na vida alheia.

Na cidade pequena, a sociedade embebida nos preceitos religiosos, geralmente é conservadora, machista e intolerante. O preconceito frente à opção sexual, por exemplo, tende a forçar os membros homossexuais a mudarem de cidade, normalmente para cidades de maior porte, onde a vida particular é menos exposta. Como afirmamos, ao mesmo tempo em que os membros possuem maior liberdade, como na possibilidade do uso dos espaços públicos (como a rua, a praça etc.), e pelo maior grau de segurança, por outro, o controle exercido na comunidade termina por reprimir a liberdade dos mesmos. Tudo que foge a uma regra socialmente padronizada, como opção sexual, política, religiosa, entre outras são passíveis de repressão moral da sociedade.

Na cidade de Caarapó o Jardim Santo Antonio foi um conjunto habitacional criado em 1992 basicamente para abrigar a população da cidade

de menor renda. Tradicionalmente é conhecido como um bairro de população muito pobre e com elevados índices de violência. Segundo entrevista concedida por Hélio Torres (presidente da associação de moradores) em 22 de dezembro de 2010, o Jardim Santo Antonio foi criado em 1992, com o nome de Jardim Vitória, sob a intenção de agregar respaldo a um grupo político. A alteração do nome do bairro foi uma mobilização popular inclusive para garantir auto-estima aos moradores e romper com o estigma da criação do bairro atrelado a questão política. Segundo Hélio Torres:

Hoje o bairro é mais tranquilo. Já foi mais violento quando o bairro foi criado, hoje o maior problema tem sido o uso de drogas. Muitas coisas no bairro melhoraram, como na oportunidade de emprego, melhorias no bairro. Mas ainda há muito descaso do poder público, falta assistência médica, melhorias no posto de saúde. No posto, para ser atendido, a pessoa precisa chegar de madrugada para ser atendido. Não há no posto um local para as pessoas ficarem, ficam no relento, se estiver frio, a coisa piora. O vereador Mario Valerio requisitou a construção de um espaço para que as pessoas se acomodem no tempo de espera, mas até agora não foi feito.

O Jardim Santo Antonio abriga basicamente trabalhadores de menor qualificação, especialmente os ocupados em trabalhos temporários no campo e em serviços domésticos. O bairro fora construído em uma área mais afastada na cidade, sem infraestrutura adequada, não possuía nenhuma ligação por rua asfaltada. Parte da infraestrutura necessária vem sendo construída nos últimos anos. É perceptível que o isolamento espacial e moral do bairro fez com as pessoas do local, marginalizadas por sinal, criam sentimento de auto-defesa,. Até os dias atuais, a sociedade ainda refere-se ao bairro pelo nome de Jardim Vitória.

A reivindicação por infraestrutura também foi apresentada pelos distritos da cidade durante a pesquisa.

Em Nova América as maiores reclamações estavam direcionadas à falta de pavimentação das ruas e a inexistência de um posto policial. Segundo o representante da associação dos moradores de Nova América, o Sr. Manoelito

Felix de Oliveira, em 18 de dezembro de 2010, o elemento de maior orgulho no distrito é a existência do frigorífico da DOUX, que possibilita o oferecimento de emprego para a população local. Afirmar que Nova América possui muita dependência em relação a Caarapó em termos de comércio e serviços. Não há no distrito, por exemplo, farmácia e posto de combustíveis. O entrevistado destaca também que no distrito seria relevante a existência de uma representação política (vereador) para a câmara municipal de Caarapó.

É perceptível pela paisagem urbana o empobrecimento do distrito, o que observa pela existência de construções simples ou velhas, sendo muitas dessas construções em madeira.

Foto 24: Aspecto do Distrito de Nova América – rua não pavimentada.
Fonte: Foto produzida em 18 de dezembro de 2010

Foto 25: Aspecto do Distrito de Nova América – rua pavimentada.
Fonte: Foto produzida em 18 de dezembro de 2010

Outras informações coletadas com moradores do Distrito de Nova América, como nas falas do presidente da Associação de Moradores Nilson Pereira da Costa em 18 de dezembro de 2010, ressaltam os problemas vivenciados no distrito, como baixa renda dos moradores, falta de assistência por parte do poder público, problemas decorrentes do alcoolismo. O entrevistado destaca a importância da empresa (DOUX) no distrito mesmo sendo perceptível o elevado índice de pobreza existente. Outro entrevistado, o diretor da Escola Estadual Frei João Damasceno, professor Nei Geller, afirma que somente na escola existem 78 alunos, de um universo de 296 matriculados na escola, que recebem benefício do Programa Bolsa Família, ou seja, 26,3% dos mesmos são caracterizados como pobres ou muito pobres. Entretanto, para o entrevistado, prevalece o sentimento enraizado nos moradores de simpatia ao lugar de residência, mesmo com os problemas enfrentados.

No Distrito de Cristalina, a infraestrutura urbana é um pouco melhor, sendo que uma parte significativa do distrito possui ruas asfaltadas, por exemplo. No entanto, assim como em Nova América, há uma série de problemas

decorrentes da falta de infraestrutura. O principal problema enfrentado por Cristalina, segundo o professor e representante da Associação dos Moradores, Eduardo Bonfá, em entrevista concedida em 19 de dezembro de 2010, seria a falta de pavimentação na rodovia estadual que liga o distrito à BR163 (que comunica Caarapó a Dourados). Além dos problemas decorrentes da comunicação do distrito com a cidade, o entrevistado também destaca problemas decorrentes da escassez de comércios e serviços, como farmácia, atendimento médico no posto de saúde (que só é oferecido pela prefeitura 3 vezes na semana), agência bancária e posto policial.

Eduardo Bonfá afirma que morar em Cristalina é vantajoso pela tranquilidade, apego familiar que existem entre os membros da comunidade (todos se conhecem), apego ao lugar. Para quem gosta de tranquilidade é o lugar ideal.

Foto 26: Distrito de Cristalina

Fonte: Foto produzida em 12 de janeiro de 2011

Foto 27: Distrito de Cristalina
Fonte: Foto produzida em 12 de janeiro de 2011

Eduardo Bonfá relata que ocorrem casos de novos moradores estarem migrando para o Distrito de Cristalina em decorrência do aumento da oferta de empregos. Diferente de Nova América, onde se expõe o sentimento de necessidade de um parlamentar local (vereador), o entrevistado afirma que uma Associação de Moradores atuante e fortalecida pode ser mais eficaz do que a eleição de um parlamentar do distrito, porque a força de reivindicação de uma associação supera a força de um parlamentar isolado.

Na reserva indígena Te`yi Kuê, entrevistamos dois representantes que nos proporcionaram informações importantes sobre a relação dos moradores da reserva e a cidade de Caarapó.

Segundo o professor, vereador e liderança indígena Otoniel Ricardo, entrevistado em 15 de janeiro de 2011, o contato mais próximo entre os membros da reserva indígena e a cidade de Caarapó só começa a partir dos anos 1990. Antes disso, as pessoas na reserva possuíam uma relação mais reservada entre si. Os indígenas na cidade sofriam preconceito por parte dos moradores da cidade, afetando diretamente sua auto-estima. Muitos indígenas

comercializavam seus produtos na cidade assim como praticavam mendicância e coletavam resíduos (lixo). Esse panorama começa a se alterar a partir de 1997, quando a comunidade passou a se organizar e a partir da educação oferecida na aldeia, começa a modificar suas realidades. Para Otoniel Ricardo,

Foi uma busca por direitos, dignidade. Os programas sociais do Estado permitiram a muitos daqui a não precisar mais pedir, mas foi principalmente pelo convencimento de que o ato de pedir era prejudicial para nós, reduzia nossa auto-estima e éramos desprestigiados na cidade. A partir da educação, de compreender nossos direitos, podíamos modificar nossa realidade. (...) A Funai que deveria ser nossa parceira só atrapalha, promove a desagregação dos membros. (...) nós organizamos internamente e pela política estamos conseguindo melhorar. Nossa última conquista foi uma linha de transporte que faz o percurso reserva-Caarapó, diminuindo assim a dependência aos taxistas para ir a Caarapó

A auto estima apontada por Otoniel Ricardo é referida também pela professora e diretora da Escola Municipal Nandejara Polo, Anari Felipe Nantes, em entrevista concedida em 22 de dezembro de 2010. Para a entrevistada, até 1998 havia muita exploração e preconceito em relação aos povos indígenas na cidade de Caarapó. Segundo Anari Felipe Nantes,

Havia muito preconceito, discriminação da população da cidade. Os indígenas eram muito explorados pelos comerciantes, pelos taxistas, havia muitos conflitos e forte baixa auto-estima dos indígenas na cidade. Relata que muitos indígenas se sentiam envergonhados da própria cultura, sendo comum dentro da cidade afirmarem serem paraguaios por vergonha da cultura.

O fato é que a sociedade local, em nenhum momento, integrou completamente o indígena. Houve o aumento do respeito da sociedade perante essa população a partir do momento que os mesmos passaram a se organizar enquanto classe e reivindicar seus direitos. Um exemplo desse preconceito pode ser medido pela inexistência de trabalhadores indígenas na cidade, mesmo para aqueles que possuam alguma qualificação. Aos indígenas tem sido relegadas funções como o corte de cana nas usinas da região, ou seja, os trabalhos mais insalubres e de menor remuneração.

Na questão política, os indígenas sempre foram tratados pelos políticos da cidade como eleitores que pudessem ser manipulados pelas mais diversas formas no período de eleições, como troca de votos por favores (dinheiro, bebidas etc.). Somente no momento em que os indígenas da reserva passaram a compreender que sua organização política poderia render frutos para a comunidade, a realidade passa a se modificar. A reserva indígena Te`yi Kue já elegera parlamentares (vereador) nas duas últimas eleições; os votos da reserva tiveram peso significativo na eleição para prefeito municipal nas eleições de 2004, além dos indígenas serem organizados seguindo uma linha política e drenando grande parte dos votos para candidato a deputado (estadual e federal), senadores, governador e presidente.

A organização dos indígenas politicamente tem permitido que os mesmos consigam parte de suas reivindicações. Segundo Otoniel Ricardo, somente no ano de 2010, foram destinados para a reserva Te`yi Kuê, cerca de 5 milhões de reais em emendas parlamentares. A reserva é uma das mais organizadas internamente, sendo referência para outras reservas indígenas do estado. Trata-se de uma luta por direitos, não por favores, fato que vem incomodando a classe política da cidade e a muitos comerciantes e prestadores de serviços, como o casos dos taxistas, acostumados a explorar os indígenas pelo comércio de produtos e serviços super-faturados.

Entretanto, um problema que afeta os indígenas da reserva Te`yi Kuê é o uso de drogas que, conseqüentemente, amplia os casos de violência numa proporção alarmante. Segundo Otoniel Ricardo, cerca de 40% dos adolescentes entre 12 a 16 anos estão envolvidos com drogas. Nessa faixa etária, apenas 10% nunca tiveram contato com algum tipo de droga. O problema com o uso de drogas é um problema sério na cidade de Caarapó (local de passagem da droga vinda do Paraguai para o resto do Brasil). A questão também foi observada nos distritos e a ampliação da violência decorrente do uso de entorpecentes tem sido preocupante para a comunidade local.

É interessante destacar que a mesma organização política detectada na reserva Te `yi Kuê não se verifica em Caarapó. A vontade de eleger um parlamentar local sempre fez parte do ideário dos moradores da cidade em eleições em nível estadual e nacional. Existe certo sentimento de necessidade de eleger um parlamentar local (especificamente um deputado estadual). A única vez que Caarapó elegeu esse tipo de representante foi na década de 1980 com a eleição do ex-prefeito municipal, o Sr. Nilson Lima. Em razão, especialmente das conjunturas políticas, da pouca projeção em nível estadual das lideranças políticas que pleiteiam esse tipo de cargo, e principalmente, pelo número de eleitores na cidade ser insuficiente para a eleição de um parlamentar estadual, Caarapó nunca mais possuiu esse tipo de representação política.

4.3 Modernização Urbana e Redefinição da Paisagem em Caarapó

Também é importante destacar que em Caarapó houve transformações urbanas do processo de modernização na cidade. Em Caarapó, a cultura em desprestigiar o passado tem sido a tônica. Nesse caso, diversas residências ou áreas de lazer e ambientes religiosos foram demolidos para se inserir modernos projetos arquitetônicos. Não se trata aqui de realizar apologias ao passado, mas a cultura da paisagem moderna tem imperado, não havendo praticamente nenhuma preocupação em preservar ambientes que relembrem o passado.

Acreditamos que uma das consequências dessa forma de pensar o urbano tenha levado em parte ao esquecimento de sua identidade histórica. Segundo depoimento da funcionária responsável pelo Museu Municipal⁶⁵, já

⁶⁵ O Museu Municipal de Caarapó, para o qual devemos agradecimentos pela disponibilização de documentos e fotografias, encontra-se instalado até o presente momento sem estrutura

foram realizados eventos junto às escolas da rede pública de ensino e oferta de palestras e oficinas para promover o aprofundamento dos conhecimentos históricos sobre a cidade, hoje, pouco conhecidos pelos moradores mais jovens.

Foto 28: Residência de Euclides Serejo – década de 1940

Fonte: Prefeitura Municipal de Caarapó, coletado em 15 de julho de 2010

física adequada, ocupando apenas uma pequena sala junto a outros departamentos na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Foto 29 – Antiga casa de comércio de erva-mate do Sr. Arceno Rojas – década de 1960

Fonte: Prefeitura Municipal de Caarapó, coletado em 15 de julho de 2010

As duas formas de construções urbanas apresentadas nas fotografias 28 e 29 são edificações que provavelmente ficarão apenas registradas em arquivos. A foto 28 é a antiga residência de Euclides Serejo Batista, antigo morador de Caarapó, comerciante e um dos principais personagens da política local. Sua residência, edificada em madeira, encontra-se à venda pelos familiares, ou seja, provavelmente será demolida. Já a foto 29 é de um antigo estabelecimento edificado na década de 1960 (e atualmente já demolido) que abrigava um comércio de erva-mate entre outros produtos, pertencente também a uma das principais figuras políticas de Caarapó. A fachada do prédio já se encontrava bastante descaracterizada, por outros tipos de estabelecimentos comerciais que ali existiram, quando realizada a fotografia.

Não apenas a parte que compreendem as edificações comerciais foram alteradas ou destruídas em Caarapó. Recentemente, a principal igreja da cidade, a Igreja Católica Matriz, edificada na década de 1960 foi demolida por razão de problemas estruturais do prédio. A antiga construção cederá seu espaço para um novo projeto arquitetônico já em fase de edificação.

Foto 30: Igreja Católica Matriz em construção – 1965

Fonte: Prefeitura Municipal de Caarapó, coletado em 15 de julho de 2010

Foto 31: Igreja Católica Matriz – antes de ser demolida

Fonte: Prefeitura Municipal de Caarapó, coletado em 15 de julho de 2010

O ambiente religioso sempre fez parte de toda construção simbólica de sociabilidade na cidade. Além das tradicionais missas, a Igreja, durante muito tempo na cidade, foi o principal ambiente para os encontros e conversas entre os membros da sociedade local. A destruição de um prédio não é apenas a destruição do mesmo em si, mas também o apagar de todo um processo de construção histórica entre os membros que compõem a sociedade local. Nossa crítica não está no fato da demolição em si, porque a mesma se fazia necessário por estar colocando em risco a vida de pessoas. A crítica refere-se ao sentido da modernidade apegado na sociedade local, para a qual a arquitetura desenvolvida sem nenhuma relação com as formas ou tradições culturais da cidade, apagando da memória e a história dos moradores de Caarapó.

Foto 32: Vista frontal do projeto da nova Igreja Católica Matriz
Fonte: Prefeitura Municipal de Caarapó, coletado em 15 de julho de 2010.

Outros ambientes também foram remodelados para atender ao aspecto da modernidade. O aspecto da atual praça central, cuja revitalização foi inaugurada em 2005, em muito pouco também se preocupou em resguardar os aspectos históricos da cidade. Não houve, por exemplo, preocupação em

instaurar na praça um ambiente que pudesse servir como espaço para a realização da Festa Junina, festa popular prestigiada pela população. Tal fato, também, pode ser observado na nova fachada do prédio da Prefeitura Municipal.

Foto 33: Praça Central de Caarapó – reinaugurada em 2005
Fonte: Prefeitura Municipal de Caarapó, coletado em 15 de julho de 2010.

Foto 34: Prefeitura Municipal de Caarapó – fachada revitalizada em 2006

Fonte: Prefeitura Municipal de Caarapó, coletado em 15 de julho de 2010.

Nosso ponto de crítica em ambas as fotografias, reconhecendo a beleza das paisagens no plano moderno, refere-se ao processo de artificialização das obras e à falta de preocupação com a história. Na praça central, observamos grande presença de ambientes com piso de concreto, em detrimento a áreas verdes. As figuras alusivas à fauna regional (muitas dessas espécies praticamente extintas em Caarapó) apontam para o fator simbólico de valorização de uma natureza que não faz parte da realidade. O prédio da Prefeitura Municipal, revitalizado com nova fachada, ganhou ares de modernidade e funcionalidade, mas também praticamente apagou da memória a antiga construção.

O fato de que as novas edificações poderiam ser necessárias em razão da funcionalidade e praticidade melhora o entendimento da necessidade do moderno. O moderno, que agora se coloca como necessário, é transvestido pelo ideário de progresso. A aceitação pelos moradores da cidade que a modernização é positiva, como o caso da praça municipal, muito utilizada pela população. No entanto, a memória vem-se perdendo, a ponto de os moradores mais jovens de Caarapó quase nada conhecerem da cidade. Entendemos ser esse exatamente o apelo do moderno: apagar a imagem de um momento de

precárias condições de existência dos moradores, para novos tempo de bonança, amparados na reprodução ampliada do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim chegamos ao momento final deste trabalho, fruto de alguns anos de pesquisa, intermináveis horas defronte ao computador (escrevendo e reescrevendo a tese) ou realizando reflexões acerca dos caminhos a percorrer. Como já afirmamos pontualmente na introdução, essa possibilidade de pesquisa começou durante o Encontro de Geógrafos da América Latina em 2005. Nesse evento, tive a felicidade de reencontrar o professor Dr. Júlio César Suzuki, pessoa admirável por sua simpatia e história de vida, com o qual firmei contato quando tive a oportunidade de conhecê-lo durante o Encontro Nacional de Geógrafos, em 2002, na cidade de João Pessoa. Nesse reencontro, Júlio, em 2005, já professor da Universidade de São Paulo nos fez o “inconveniente” convite para prestar a seleção para o programa de doutorado da USP, sob sua orientação.

A nós, que ainda estávamos realizando nossa dissertação de mestrado, tratava-se de um convite um tanto difícil de ser negado. De qualquer maneira, uma coisa é preciso reconhecer: valeu a pena.

Essa pesquisa iniciou-se, de fato, em 2007, quando começamos a frequentar disciplinas no Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. Desenvolver um projeto capaz de se transformar em tese era ainda o obstáculo a ser transposto, algo que só viera a acontecer em 2009, quando de fato fomos matriculados no programa.

Daquele momento até agora, nos dispusemos a desenvolver uma pesquisa acerca de um objeto menosprezado na Geografia: a relação cidade e pequena cidade.

Descobrimos que o estudo sobre cidades pequenas é um trabalho bastante árduo de ser realizado. E isso muito se deve pelas poucas pesquisas que procuraram se debruçar sobre as dinâmicas das pequenas cidades. Geralmente, os estudos sobre tal categoria procuram evitar possíveis deslizos

como a dificuldade em obter dados e informações, buscando assim, estudar a cidade pequena dentro de um conjunto de cidades, em uma regionalização.

Assim, procuramos estudar a cidade pequena como categoria de análise, capturando Caarapó em suas metamorfoses e a relação campo-cidade.

No primeiro capítulo, procuramos desvendar o processo histórico que levou a formação e ocupação de boa parte da porção sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul até o processo de formação da propriedade privada da terra, categoria que permitiu o desvendar de dois momentos: a transição da ocupação que em muitos momentos não necessariamente eram definidas por relações capitalistas, por formas capitalistas baseadas na troca monetária e no mercado.

No primeiro capítulo, retomamos a discussão da categoria fronteira como elo para a compreensão entre a ocupação sem a mediação da propriedade privada de compra e venda para uma ocupação com contornos capitalistas assentados na propriedade privada da terra. É importante reafirmar, por um lado, que a fronteira permite percorrer esses mundos, que a primeira vista parecem distintos, mas, inseridos dentro de uma análise de totalidade, nos permitem enxergar que mesmo as primeiras formas de ocupação estavam permeadas por várias relações capitalistas mesmo sem a existência definida de propriedade privada. Por outro lado, quando já existe o assentamento de relações capitalistas e da propriedade privada, ainda, permanecem relações não capitalistas de produção, como a recriação da agricultura camponesa.

No segundo capítulo, analisamos a territorialização das médias e grandes empresas no município de Caarapó. Nesse capítulo, em especial, abordamos o quanto as empresas promovem a comunicação do espaço dentro de um universo que envolve lugares e parâmetros mais diversos possíveis, ou seja, as empresas podem exercer desde relações no espaço regional a relações de cunho internacional. Esse capítulo permitiu compreender a importância dessas empresas na órbita da produção agrícola regional e na

interferência na produção do espaço urbano na cidade de Caarapó. Das novas grandes empresas que recentemente se assentaram em Caarapó, maior destaque se dá pela presença da Usina Cosan, que promoveu novo surto de dinamismo na cidade devido ao forte incremento de empregos gerados (470 na indústria e outros 1.500 no campo).

A partir da dinâmica industrial, há novas conformações na discussão campo-cidade, como observamos no capítulo 3.

No terceiro capítulo, discutimos as representações de categorias de grande importância nesse trabalho: a relação campo-cidade e os sentidos da pequena urbana. Nesse capítulo, discutimos a importância da cidade para o campo e vice-versa, apontamos os aspectos econômicos do município e concluímos que a cidade de pequeno porte pode ser dinâmica, pode estar inserida dentro de um processo amplo de reprodução do capital. Afirmamos que, de uma maneira geral, todos acabam tendo uma relação mais ou menos intensa com a cidade. O campo é ainda quem emprega muitos trabalhadores em Caarapó, tendo em vista que ainda existem cerca de 3000 trabalhadores rurais no município, segundo informações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Identificamos, nesse terceiro capítulo, que as cidades pequenas, como o caso estudado, são mediadas por relações gerais que as comparam a cidades médias e grandes, mas que, no entanto, as mesmas guardam condições particulares, como a presença do rural dentro da cidade, como o caso de chácaras na cidade e mesmo grandes lotes urbanos não edificadas que são destinados ao uso agrícola. Essa análise requer discutirmos a relação campo-cidade no momento atual, a tal ponto que, mesmo a cidade embebida nos parâmetros modernos de relações econômicas, ainda, convive com a presença do campo.

No quarto capítulo, no encerramento deste trabalho, procuramos demonstrar os impactos da especulação imobiliária, os modos de vida

tradicionais e suas alterações assim como o impacto da modernização urbana na cidade.

A cidade pequena, mesmo permanecendo com fortes vínculos rurais no seu espaço, pode conviver com intenso processo de valorização devido à especulação imobiliária. A elevação de preços dos imóveis urbanos, realidade, muitas vezes, atribuída às cidades de porte médio e grande, foi percebida em uma cidade de pequeno porte, como o caso estudado. A especulação imobiliária tem aspecto bastante nocivo para a população local uma vez que se trata de uma população financeiramente pobre.

Identificamos também que, na cidade pequena, há elementos interessantes para análise, tanto positivos quanto negativos, pensados a partir dos modos de vida dos moradores.

É importante destacar, por exemplo, que o modo de vida tradicional conservado em cidades pequenas, guarda algumas peculiaridades que não são encontradas em centros urbanos maiores. Podemos citar os índices de segurança, pois, nas cidades de pequeno porte, a criminalidade é inferior a grandes centros. Isso proporciona que as ruas, especialmente as calçadas, em frente às residências, possam se transformar em ambiente de uso coletivo, como nas brincadeiras das crianças, no bate-papo entre os vizinhos. Em cidades de pequeno porte, é comum o boteco da esquina, no qual muitos trabalhadores se reúnem após a jornada de trabalho.

Em cidades pequenas como Caarapó, a proximidade entre as pessoas reforçam muitas relações não-modernas. Em muitos estabelecimentos comerciais, há a possibilidade do morador adquirir produtos ou serviços a prazo sem a mediação monetária, como nas anotações em cadernetas, notas promissórias entre outras. Essas relações facilitam a reprodução daqueles que não possuem ganhos mensais fixos ou que não tenham acesso às formas modernas de crédito (cartão de crédito, cheque etc.). Trabalhadores ou pequenos produtores rurais realizam compras no comércio durante o ano para serem pagas somente no findar da colheita.

Outras relações pessoais, como o compadrio, e a devoção religiosa são marcantes e fortes nas cidades de pequeno porte. A relação de apadrinhamento é uma forma de aproximar famílias, inclusive em momentos difíceis. A relação de apadrinhamento pode se transformar numa relação de poder, próxima à concepção de coronelismo, sendo comuns figuras políticas da cidade se transformarem em padrinhos de um grande número de crianças, ampliando a antiga relação de troca de favores.

Em cidades de pequeno porte, há maior liberdade entre o ir e vir, muitos percursos podem ser realizados a pé, não há formas de transporte coletivo, não há congestionamentos de carros, gasta-se menos tempo entre o deslocamento entre a residência e o local de trabalho se comparado ao tempo de deslocamento nos grandes centros. Nas cidades pequenas, os espaços de lazer, como a praça pública, são valorizados, sendo o lugar de encontros e bate-papo nos finais de semana especialmente para jovens e adolescentes. A praça é também o ambiente de encontro aos domingos à noite após o culto religioso.

O mundo da mercadoria e a modernização econômica têm causado impactos na estrutura social na cidade de pequeno porte. A dimensão religiosa e o compadrio já não possuem o mesmo apelo de antes. A violência começa a fazer parte do cotidiano da cidade, como o crescimento do uso de drogas e diversos problemas de marginalidade decorrentes disso. Vem-se reduzindo as relações de vizinhança ao passo da inserção da modernidade no cotidiano das pessoas, como a ampliação e barateamento de equipamentos tecnológicos sofisticados, como a televisão, o celular, os computadores com internet e outros.

A cidade de Caarapó teve um crescimento de sua população e isso diretamente atinge a confiança dos moradores frente a essa nova leva de trabalhadores que migraram para a cidade em busca de empregos

Por um lado, os botecos de esquina, local de descanso dos trabalhadores no fim da jornada de trabalho não possuem mais o mesmo

prestígios de outros momentos. As atividades comerciais ainda permanecem utilizando práticas não modernas, mas paulatinamente vem introduzindo outras formas de trocas impessoais como o cartão de crédito.

Por outro, o modo de vida tradicional, característico de cidades pequenas, muitas vezes se revela como algo nocivo para a vida particular dos moradores.

A transformação da vida particular em algo de domínio público por meio das “fofocas”, é elemento que faz parte do cotidiano da vida dos moradores. As relações como o apadrinhamento em muitos casos revela numa possibilidade do padrinho interferir na vida da família alheia e na do afilhado. Em Caarapó, a Igreja Católica perdeu parte do seu antigo prestígio pela ampliação das igrejas protestantes na cidade.

Uma sociedade em que quase todos os moradores se conhecem, com forte presença dos preceitos religiosos, acaba por se transformar numa sociedade conservadora, machista e intolerante. Em uma cidade pequena, as orientações religiosa, sexual, política podem ser elementos de pesadas críticas e preconceitos de toda ordem.

Os moradores dos bairros populares, relegados por abrigarem trabalhadores de menor qualificação são igualmente marginalizados terminando por criar mecanismos de auto-defesa. Tal fato também fora observado no contato entre os membros da reserva indígena com a cidade. Tanto os indígenas reconhecem que não são assimilados pela sociedade local quanto a cidade (conservadora) não se dispõe a integrá-los.

Somente com a conscientização e organização política dos membros da reserva indígena, os mesmos passaram a receber mais respeito pela sociedade local. Ao compreender a lei e a cultura branca, os indígenas perceberam que podiam cobrar direito e respeito da sociedade, conseguiram a eleição de representantes parlamentares e se colocam como uma força política na sociedade local.

Para muitos, em Caarapó, acostumados com a exploração da sua força de trabalho, no superfaturamento dos produtos a eles comercializados e na facilidade de conseguir seus votos pela troca de favores, a organização desses moradores tem gerado grande perturbação, refletida na ampliação de novos preconceitos. O último tipo de preconceito verificado contra os indígenas tem sido a discussão acerca dos estudos antropológicos da FUNAI para o reconhecimento de terras indígenas na região, fato que tem levantado a discussão e o temor de uma forte classe dirigente (os proprietários de terras).

Por fim, não se pretendeu aqui esgotar a discussão acerca da categoria cidade pequena e muito menos sobre a relação campo-cidade, apenas propomos uma contribuição de análise, em compreender que a cidade pequena ainda possui laços fortes com o campo, entretanto a mesma pode se integrar nas mais modernas formas de comércio e comunicação fugindo assim em parte das relações hierárquicas que tradicionalmente relegaram a mesma a dependência direta da cidade maior e mais próxima. Outro ponto importante da análise foi a compreensão dos modos de vida dos moradores, que realizam, na cidade pequena, relações próprias de organização.

Esperamos que este trabalho possibilite novas reflexões acerca da produção do espaço em cidade de pequeno porte, ampliando os debates sobre uma categoria importante para a ciência geográfica.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

ABREU, Silvana de. **Planejamento Governamental: a SUDECO no espaço matogrossense – contexto, propósitos e contradições**. 2001. Tese (doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

ALBANEZ, Jocimar Lomba. **Sobre o processo de ocupação e as relações de trabalho na agropecuária: o extremo sul de Mato Grosso (1940-1970)**. 2003. Dissertação (mestrado em História) Departamento de Ciências Humanas, Centro Universitário de Dourados, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2003.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **As relações campo-cidade no Brasil do século XXI**. *Terra Livre*, São Paulo, AGB, v.21, p.25-39, jul/dez. 2003.

ARRUDA, Gilmar. **Frutos da Terra: os trabalhadores da Matte Larangeira**. Assis-SP, 1989. Dissertação (mestrado em História), Departamento de História do Instituto de Letras, História e Psicologia da Unesp, Campus de Assis, 1989.

ARROYO, María Mónica. **Território Nacional e Mercado Externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX**. 2001, Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

BERNARDELLI, Mara Lucia Falconi da Hora. **Pequenas cidades na região de Catanduva-SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias**. 2004, 347f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia – Unesp, Campus de Presidente Prudente.

BRAND, Antonio. **O confinamento e o seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá**. 1993. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 1993.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1987.

CAARAPONEWS. Disponível em: <<http://www.caaraponews.com.br>>. Acesso em: 22 de abril de 2011.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. **Produção, apropriação e consumo do espaço urbano: uma leitura geográfica da cidade de Dourados, MS**. Campo Grande: UFMS, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.I.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1994.

CORRÊA, Lúcia Salsa. **História e Fronteira: o Sul de Mato Grosso 1870-1920**. Campo Grande: UCDB, 1999.

DIAS, Leila Christina. Redes: Emergência e Organização. *In*: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 141-162.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: UNESP, 2009.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura: A Região de Ribeirão Preto – SP**. São Paulo: EDUSP, 2003.

FRESCA, Tânia Maria. Redefinição dos papéis das pequenas cidades na rede urbana do norte do Paraná. *In*: ENDLICH, Angela Maria, ROCHA, Márcio Mendes (orgs). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009. p.41-68.

GOLDENSTEIN, Léa; SEABRA, Manoel. Divisão Territorial do Trabalho e Nova Regionalização. *In*: **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo: USP-FFLCH, 1982. p.21-47. n.01.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: Instituto de Economia/ Unicamp, 1996.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de Mato Grosso do Sul**. Brasília: IBGE, 1980, 1991, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem Demográfica de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: IBGE, 1996, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Demográficos de Caarapó**. Brasília: IBGE, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem Demográfica de Caarapó**. Campo Grande: IBGE, 1996, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem Sistemática dos estabelecimentos agropecuários de Mato Grosso**. Campo Grande: IBGE, 1960, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de Mato Grosso**. Brasília: IBGE, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem Sistemática dos estabelecimentos agropecuários de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: IBGE, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de Mato Grosso do Sul**. Brasília: IBGE, 1985, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de Mato Grosso do Sul**. Brasília: IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Levantamento Sistemático da produção agrícola de Mato Grosso**. Campo Grande: IBGE, 1970, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Levantamento Sistemático da produção agrícola de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: IBGE, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PIB a preços correntes e per capita - Municípios de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: IBGE, 2008.

IPEA, IBGE, UNICAMP. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**: configurações atuais e tendências na rede urbana. Brasília: IPEA, 2001. v.1

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2001.

LENCIONI, Sandra. **Agricultura e Urbanização**: a capitalização no campo e a transformação da cidade, Jardinópolis, o estudo de um lugar. 1985. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1985.

LENHARO, Alcir. **Colonização e Trabalho no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1986.

LIMONARD, Ester. Brasil século XXI, regionalizar para que? Para quem? *In*: LIMONARD, Ester; MOREIRA, Ruy; HAESBAERT, Rogério (orgs). **Brasil Século XXI**: por uma outra regionalização. Rio de Janeiro: Limonard, 2004. p.54-66.

LOMBA, Gilson K.; VALENTE, Marcio.R.P.; SILVA, Wadson. L. da. **O Estado, a Piratini e o produtor**: o papel desses agentes na atividade avícola no município de Caarapó-MS. 1994. Monografia (Graduação em Geografia) Curso de Geografia, Centro Universitário de Dourados, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

MARQUES, Marta Inez M. **O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira-PB**. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1994.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1990.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. **FRONTEIRA**, a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: Ensaio de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política – Karl Marx; apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de José Paulo Neto. São Paulo: Cortex, 1998.

MISUZAKI, Márcia Yukari. **Monopolização do Território e Reestruturação Produtiva na Avicultura em Mato Grosso do Sul**. 2003. Tese (doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.

MOTTA, Diana Meirelles; MUELLER, Charles Curt; TORRES, Marcelo de Oliveira. **A dimensão urbana do desenvolvimento econômico-espacial brasileiro**. Texto para discussão. Brasília: Ipea, n. 530, 1997. 45p.

MOREIRA, Ruy. A Nova Divisão Territorial do Trabalho e as Tendências da Configuração do Espaço Brasileiro. *In*: LIMONARD, Ester; MOREIRA, Ruy; HAESBAERT, Rogério (orgs). **Brasil Século XXI**: por uma outra regionalização. Rio de Janeiro: Limonard, 2004. p.123-152.

MOURA, Rosa. Qual o papel dos pequenos municípios na escala local do desenvolvimento? *In*: ENDLICH, Angela Maria, ROCHA, Márcio Mendes (orgs). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009. p.15-40.

MORENO, Gislaene. **Os (des)Caminhos da Apropriação Capitalista da Terra em Mato Grosso**. 1993. Tese (doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1993.

NARDOQUE, Sedeval. **Renda da terra e produção do espaço urbano em Jales - SP**. 2007. 445f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Câmpus Rio Claro, 2007.

OLIVEIRA, Ramão Vargas de. **Conhecendo Caarapó**: Geopolítica do Município. Campo Grande: Matriz Gráfica, 1987.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. *In*: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs). **O Campo no Século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004. p. 29-70.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Barbárie e Modernidade**: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *In: Terra Livre*. São Paulo: AGB, jul/dez 2003. p.113-156, n.21

PRADO Jr. Caio. **A questão agrária brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Tremores e Esperanças: O antigo Sul de Mato Grosso e o Estado Nacional Brasileiro. *In: MARIN, Jérri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves. (orgs). História, região e identidades*. Campo Grande: ed. UFMS, 2003. p.19-46

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo Sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). *In: LAMOSO, Lisandra Pereira (org). Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. Dourados: UFGD, 2008. p.15-75

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções do território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: espaço e tempo: razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1994.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão arranha o céu**: a lógica da reprodução monopolista da cidade. 1991. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1991.

SILVA, Mário César Tompes da. **Expansão do complexo agroindustrial e o processo de mudança no espaço de Dourados**. 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1992.

SILVA, Mário César Tompes. **Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados**. 2000, 350f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

SILVA, Armando C. da. **A metrópole ampliada e o bairro metropolitano** – O caso de São Paulo: O Bairro da Consolação. 1982. 483f. Tese (Livre Docência). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1982.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SUZUKI, Júlio César. **De povoado a cidade**: A transição do rural ao urbano em Rondonópolis. 1996, 214f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.

SUZUKI, Júlio César. **A gênese da moderna cidade de São Paulo**: Uma contribuição da Geografia Urbana à história da cidade. 2002, 158f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.

WANDELEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Mundo Rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2003.

VILADESAU, Tomás Palau. EL agronegocio de la soja en Paraguay – antecedentes e impactos sociales y económicos. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). **Campesinato e agronegócio da América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.17-43.

Sítios na Rede Mundial de Computadores

(não mencionamos aqui as datas de acesso, pois as mesmas já foram citadas no texto)

www.adm.com

www.agrencogroup.com

www.caaraponews.com.br

www.caixa.gov.br

www.cargil.com.br

www.coamo.com.br

www.cosan.com.br

www.cvale.com.br

www.fribrasil.com.br

www.novamerica.com.br

http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp